



LIFE Project Number

LIFE07/NAT/P/000654

FINAL Report

Covering the project activities from 01/01/2009 to 31/12/2012

Reporting Date

20/08/2013

LIFE+ PROJECT NAME and Acronym

LIFE Estepárias

Conservation of Great Bustard, Little Bustard and Lesser Kestrel in the Baixo Alentejo cereal steppes

Data Project

Project location	Four Portuguese SPA: Castro Verde, Vale do Guadiana, Piçarras and Mourão/Moura/Barrancos
Project start date:	01/01/2009
Project end date:	31/12/2012
Total Project duration (in months)	48 months
Total budget	1.604.021,00 € (approved)
EC contribution:	1.203.016,00 € (approved)
(%) of total costs	75%
(%) of eligible costs	75%

Data Beneficiary

Name Beneficiary	Liga para a Protecção da Natureza (LPN)
Contact person	Ms Rita Alcazar
Postal address	Estrada do Calhariz de Benfica, 187, 1500-124 Lisboa
Visit address	Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho, Ap. 84, 7780-909 Castro Verde
Telephone	+ 351 21 7780097; +351 286328309
Fax:	+ 351 21 7783208; +351 286328316
E-mail	rita.alcazar@lpn.pt
Project Website	www.lifeesteparias.lpn.pt

1. Índice

Índice

1.	Índice.....	1
2.	Resumo da Execução (Português e Inglês)	3
2.1.	Resumo da Execução (Português).....	3
2.2.	Executive Summary (English)	6
3.	Introdução.....	10
3.1.	Enquadramento e Objetivos	10
3.2.	Resultados esperados de longo prazo.....	12
4.	Gestão Administrativa.....	14
4.1.	Descrição do Sistema de Gestão	14
4.2.	Avaliação do Sistema de Gestão	17
4.2.1.	Em termos processuais	17
4.2.2.	Obstáculos encontrados	17
4.2.3.	Replicação Técnica	18
4.2.4.	Comparação com os objetivos previstos	18
4.2.5.	Eficácia das atividades de disseminação.....	18
4.2.6.	Continuação do futuro e ameaças remanescentes	19
5.	Componente Técnica	20
5.1.	Execução por Ação	20
5.1.1.	Ações preparatórias, elaboração de planos de gestão e/ou de ação.....	20
5.1.1.1.	A.1. - Cartografia das áreas prioritárias para as espécies alvo e identificação dos gestores do território	20
5.1.1.2.	A.2. Definição de Protocolos de Gestão para explorações agrícolas e para Zonas de Caça	21
5.1.1.3.	A.3. Identificação de boas práticas em vedações para minimizar impactes nas espécies-alvo.....	25
5.1.1.4.	A.4. Prever os impactes das alterações climáticas nas espécies alvo e definir medidas de mitigação	29
5.1.1.5.	A.5. Formação para aquisição de competências no manuseamento, tratamento e recuperação de Abetarda e Sisão	33
5.1.2.	Compra/Aluguer de terrenos e/ou de direitos.....	34
5.1.2.1.	B.1. Compra de terrenos em áreas de elevada sensibilidade para Abetarda.....	34
5.1.2.2.	B.2. Pagamentos de Compensação para a remoção de vedações.....	35
5.1.2.3.	B.3. Aluguer de longa duração para a construção de Paredes de Nidificação	36
5.1.3.	Medidas de conservação concretas.....	36
5.1.3.1.	C.1. Promover sinergias com gestores cinegéticos para a conservação da Abetarda e do Sisão	36
5.1.3.2.	C.2. Proteção das áreas de parada nupcial de Abetarda	41
5.1.3.3.	C.3. Gestão do habitat nos terrenos adquiridos	41
5.1.3.4.	C.4. Nova Parede de Nidificação para colónia de Peneireiro-das-torres.....	43
5.1.3.5.	C.5. Implementação de um Programa de Recuperação para aves estepárias	44
5.1.3.6.	C.6. Minimizar os impactes das linhas elétricas nas espécies alvo	45

5.1.4.	Gestão do projeto e monitorização	47
5.1.4.1.	E.1. Comissão de Acompanhamento Técnico-Científica.....	47
5.1.4.2.	Monitorização do Projeto	47
5.2.	Avaliação	47
5.3.	Avaliação dos benefícios de longo prazo	58
5.4.	Disseminação.....	59
5.4.1.	Balanço das atividades de disseminação por ação	61
5.4.1.1.	D.1. Implementação de um programa de participação pública	61
5.4.1.2.	D.2. Organização do Workshop “Patologias, tratamento e recuperação de Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres”	63
5.4.1.3.	D.3. Organização do Workshop “Conservação do ecossistema pseudo-estepário”	64
5.4.1.4.	D.4. Website do projeto (micro-site)	65
5.4.1.5.	D.5. Produção dos materiais de sensibilização.....	66
5.4.1.6.	D.6. Atividades de Educação Ambiental com as escolas	68
5.4.1.7.	D.7. Produção de Manuais de Boas Práticas	71
5.4.1.8.	D.8. Visitas Guiadas.....	72
5.4.1.9.	D.9. Informação e comunicação aos meios de comunicação social.....	73
5.4.1.10.	D.10. Participação em eventos e reuniões com stakeholders.....	74
5.4.1.11.	D.11. Painéis de divulgação	76
5.4.2.	Relatório Layman (Relatório para Leigos).....	77
5.4.3.	Plano de Conservação Pós-LIFE.....	78
6.	Comentários ao Relatório Financeiro	79
6.1.	Custos incorridos	79
6.2.	Sistema de Contabilidade.....	89
6.3.	Disposições entre Beneficiários	90
6.4.	Relatório de Auditoria	91

2. Resumo da Execução (Português e Inglês)

2.1. Resumo da Execução (Português)

O Projeto LIFE Estepárias teve como principal objetivo promover a conservação da Abetarda, do Sisão e do Peneireiro-das-torres, nas suas principais áreas de ocorrência em Portugal e numa perspetiva de longo prazo. A área de intervenção abrangeu a ZPE de Castro Verde, Vale do Guadiana, Piçarras e Mourão/Moura/Barrancos. Os objetivos do Projeto LIFE Estepárias foram:

1. Proteger as áreas de maior importância para a Abetarda durante a época de reprodução (áreas de “lek”);
2. Melhorar o sucesso reprodutor e a produtividade das espécies-alvo através da gestão do habitat (nomeadamente o impacto negativo das vedações), minimização da perturbação e recuperação de indivíduos feridos e debilitados;
3. Minimizar o impacto das linhas elétricas nas espécies-alvo;
4. Promover a recolonização do Peneireiro-das-torres na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos;
5. Definir medidas de mitigação para reduzir o impacto das alterações climáticas nas espécies-alvo;
6. Promover a participação de agricultores, proprietários e gestores cinegéticos na implementação de ações de gestão para as espécies-alvo;
7. Consultar e promover o envolvimento dos atores locais relevantes e das comunidades locais na conservação a longo prazo do ecossistema pseudo-estepário;
8. Promover a sensibilização e melhorar a disseminação da informação relativamente às boas práticas que beneficiam a gestão do habitat das espécies chave.

Os principais resultados alcançados ao longo do Projeto LIFE Estepárias foram:

- Aquisição de terrenos na ZPE de Castro Verde (168,4ha), pela LPN, numa área de elevada sensibilidade para a Abetarda (parada nupcial, nidificação e internada). Nestes terrenos ocorrem também sisões durante a época de reprodução e é um território de caça de Peneireiro-das-torres. Estes terrenos ficarão destinados em exclusivo e em definitivo à conservação da natureza e à proteção da Abetarda e restantes aves estepárias;
- Gestão do habitat nos terrenos adquiridos, através da elaboração de um Plano de Gestão que definiu as intervenções em termos de:
 - Gestão agrícola, com a manutenção da rotação cereal-pousio;
 - Gestão cinegética, com a definição de uma área de refúgio com atividade venatória interdita inserida na atual Zona de Caça Associativa;
 - Gestão de infraestruturas:
 - Colocação de dois portões nas entradas da propriedade;
 - Colocação de dois painéis de sinalização a identificar a propriedade, os fins da aquisição e o financiamento;

- Construção de passagens para a fauna e sinalização em 84% (4.090 metros) das vedações existentes (que pertencem aos proprietários das herdades vizinhas);
 - Remoção de 367 metros de vedação existente no interior da herdade;
 - Instalação de 3 pontos de abeberamento e de alimentação suplementar;
- Melhoramento do habitat de nidificação de Peneireiro-das-torres, com a construção de uma torre de nidificação, com 80 novos locais. O modelo de torre de nidificação utilizado é em alvenaria, com caixas-ninho no interior, o que permite uma maior sustentabilidade a longo prazo em termos de durabilidade e uma melhor adaptação aos efeitos das alterações climáticas;
- Construção de uma torre de nidificação para Peneireiro-das-torres na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos, no Concelho de Moura, para promover a recolonização natural da espécie nesta antiga área de ocorrência e potenciar o alargamento da área de distribuição em Portugal;
- Correção de 40km de linhas elétricas na ZPE de Castro Verde (15,2 km com Fireflies Rotativos, 14,9 km com Fireflies Fitas e 9,8 km com Espirais Duplas coloridas e isolamento de 146 apoios das tipologias mais perigosas para eletrocussão), para minimizar a colisão de Abetarda e de Sisão e a eletrocussão de Peneireiro-das-torres. Além da redução de mortalidade das espécies alvo do projeto, a consequente monitorização destas correções permitiu determinar a eficácia das várias tecnologias de sinalização anti-colisão, identificando os Fireflies Rotativos como os mais eficazes para minimizar a colisão de Abetarda e Sisão, o que será um importante contributo para futuras intervenções efetuadas pela EDP Distribuição Energia, SA;
- Melhoramento das condições do habitat em áreas de parada nupcial de Abetarda, com a remoção de 2.036 metros de vedações em 3 áreas;
- Desenvolvimento e demonstração de boas práticas em vedações para diminuir o efeito barreira e o perigo de colisão das aves, nomeadamente da Abetarda. Testaram-se metodologias em mais de 48 km de vedações, com sinalização em cerca de 41 km e instalação de 184 passagens em 28 km. As soluções desenvolvidas foram integradas nos Manuais de Boas Práticas Agrícolas e Cinegéticas e utilizadas para fundamentação por entidades envolvidas na gestão de Medidas Agroambientais;
- Estabelecimento de Protocolos de Colaboração para 11 propriedades para ações de gestão em vedações e construção de torres de nidificação, abrangendo 3.535 hectares;
- Desenvolvimento de iniciativas inovadoras com os gestores cinegéticos, através do estabelecimento de 12 protocolos, numa área de 18.121 hectares nas ZPE de Castro Verde, Piçarras e Vale do Guadiana. Através do trabalho de colaboração com os gestores cinegéticos promoveu-se a inclusão de 37 pontos de alimentação e de 35 pontos de abeberamento acessíveis à Abetarda, na gestão cinegética atual. Para minimizar a predação nas aves estepárias fomentaram-se as populações de espécies-presa alternativas,

nomeadamente o coelho, com a construção de 5 ilhas de marouços com 4 unidades cada (20 unidades no total);

- Realização de um estudo científico para analisar potenciais cenários dos efeitos das alterações climáticas. Paralelamente, testaram-se medidas de mitigação da seca que, em complementaridade com as sinergias estabelecidas com os gestores cinegéticos, permitiram estabelecer as bases para possíveis intervenções de emergência que possa ser necessário implementar no terreno em anos de seca;
- Especialização e adaptação de um centro de recuperação da fauna selvagem na reabilitação de aves estepárias, nomeadamente Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres. Durante quatro anos foram recolhidas 247 aves das três espécies alvo do projeto, das quais 121 Peneireiros-das-torres foram recuperados e devolvidos à natureza (49%). Promoveu-se também o envolvimento dos agricultores, proprietários e caçadores na recolha e encaminhamento das aves, tendo como pólo inicial o Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho (CEAVG), na ZPE de Castro Verde;
- Consulta às populações locais para compreender as posições dos residentes face à conservação das aves estepárias, que apesar de considerarem importante a conservação da natureza, acham que existe falta de apoios financeiros, que há políticas desajustadas e desarticuladas e necessidade de maior envolvimento dos atores locais;
- Promoção da sensibilização ambiental para diminuir o desconhecimento do público sobre as aves estepárias e incentivar o envolvimento de todos na conservação destas espécies, através de diversas atividades:
 - Atividades de educação ambiental com a participação de mais de 1.100 alunos, de 68 turmas de 20 escolas;
 - Realização de 8 visitas guiadas e cerca de 60 palestras e atividades de sensibilização efetuadas (com pelo menos 2.000 pessoas envolvidas);
 - Produção de diversos materiais de comunicação: microsite, DVD vídeo, Brochura (Português e Inglês), Cartazes (5 tipos), Pastas, Autocolantes (3 tipos), Conto Infantil, Newsletters semestrais (8 edições), Manuais de Boas Práticas (Agrícola e Cinegética), Relatório Layman (Português e Inglês);
 - Colocação de 42 painéis de divulgação e produção de 1 Roll-up para eventos;
 - Produção de uma edição especial da Revista Liberne, de 46 notícias em meios de comunicação da LPN e 8 Notas de Imprensa;
 - Referência às atividades do projeto em cerca de 60 notícias na imprensa escrita, rádio, televisão e internet;
 - Realização do Workshop “Patologias, Tratamento e Recuperação de Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres” e do Seminário “Conservação das Estepes Cerealíferas”.

As aves estepárias estão fortemente dependentes da gestão agrícola que é efetuada nas suas áreas de ocorrência. No Programa de Desenvolvimento Rural Português (PRODER), no âmbito da Política Agrícola Comum, estão disponíveis Medidas Agroambientais para a manutenção da

rotação cereal-pousio, às quais os agricultores podem aderir por um período de 5 anos, caso estejam interessados. Por este motivo, o Projeto LIFE Estepárias não incluiu nenhuma medida de gestão do habitat agrícola. No entanto, manteve-se a articulação com as entidades ligadas à implementação das Medidas Agroambientais através da participação nas Estruturas Locais de Apoio (ELA) das Intervenções Territoriais Integradas (ITI), nomeadamente nas boas práticas em vedações e pontos de abeberamento. Assim, os resultados obtidos durante o Projeto LIFE Estepárias foram sendo disseminados também desta forma.

Apesar dos impactos positivos gerados pelas intervenções do Projeto LIFE Estepárias, o pilar principal de conservação destas espécies é a manutenção da rotação cereal-pousio, pelo que quando não se consegue assegurar esta base essencial o habitat não reúne as condições mínimas para a ocorrência das espécies. Neste sentido, o PRODER tem sido totalmente ineficaz na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos, pelo que, no geral, as tendências populacionais das três espécies foram positivas, com exceção desta ZPE.

Algumas das problemáticas abordadas pelo Projeto LIFE Estepárias são comuns a outras áreas de ocorrência destas espécies e da Rede Natura 2000, tanto em Portugal como noutros países da Europa. Através dos Manuais de Boas Práticas e da comunicação em rede com outros projetos foi possível maximizar o potencial de replicação das medidas desenvolvidas e demonstradas ao longo destes quatro anos de projeto.

O envolvimento e dedicação da equipa do Projeto foram peças fundamentais para alcançar com sucesso os objetivos que foram inicialmente propostos. A experiência entretanto adquirida, alicerçada no Plano de Conservação Pós-LIFE, permitirá continuar a trabalhar na proteção destas espécies ameaçadas a médio e longo prazo, contando também com o apoio e o envolvimento de diferentes parceiros.

2.2. Executive Summary (English)

The main goal of this Project is to promote the conservation of Great Bustard, Little Bustard and Lesser Kestrel in their main Portuguese distribution area, in a long-term conservation perspective. The Project area was four SPA: Castro Verde, Mourão/Moura/Barrancos, Vale do Guadiana e Piçarras. The main objectives of this Project were the following:

1. To protect the most important areas for the Great Bustard during the breeding season (“lek” areas);
2. To improve breeding success and productivity of target species through habitat management (namely, the negative impact of fences), mitigation of disturbance and recovery of injured and weak individuals;
3. To minimize the impacts of power lines on target species;
4. To promote the re-establishment of the Lesser Kestrel in the Mourão/Moura/ Barrancos SPA;

5. To define mitigation measures for reducing the impact of global climate change on target species;
6. To promote the participation of farmers, landowners and game managers in the implementation of management actions for target species;
7. To consult and promote the involvement of relevant stakeholders and local communities in the long-term conservation of the pseudo-steppe ecosystem;
8. To raise awareness and improve the dissemination of information about best practices that benefit habitat management for target species.

The main results obtained during Project LIFE Estepárias were:

- Purchase of land at Castro Verde SPA (168,4ha), by LPN, an area of high sensitivity for Great Bustard (for mating, nesting and wintering). These lands are also a breeding area for the Little Bustard and a feeding area for the Lesser Kestrel. These new lands will be exclusively and definitively dedicated to the long term nature conservation and protection of Great Bustard and other steppe birds;
- Habitat management of the acquired lands, through the development of a Management Plan that defined the interventions in terms of:
 - Agricultural management, with the maintenance of rotation between dry cereal crops and fallows;
 - Game management, with the implementation of a refuge area with game practice forbidden inside the current Associative Game Area;
 - Infrastructure management:
 - Placing two gates at the entrances of the property;
 - Placing two signalling panels identifying the property, the purpose of the acquisition and financing;
 - Construction of fauna pass ways and signalization in 84% (4090 meters) of existing fences (which belong to the owners of neighbouring farms);
 - Removal of 367 meters of existing fence inside the homestead;
 - Installation of 3 watering and supplementary feeding points;
 - Improvement of the breeding conditions for the Lesser Kestrel with the building of a breeding tower with 80 new locations. The tower model used is in masonry, with nest boxes inside, which allows a greater long-term sustainability in terms of durability and a better adaptation to the effects of climate change;
- Construction of one breeding tower for Lesser Kestrel in the Mourão/Moura/Barrancos SPA, at the Municipality of Moura, to promote the natural recolonization of the species in this former occurrence area and boost the enlargement of the distribution area in Portugal.
- Correction of 40km of power lines in the Castro Verde SPA (15,2km of FBF (*FireFly Bird Flappers*) of the “Rotating” type, 14,9km of FBF of the type “Ribbons” and 9,8km of BFD (*Bird Flight Diverter*) of the type two coloured double spiral and the isolation of 146 pylons of the most dangerous typologies for electrocution), to decrease the collision of Great Bustard and Little Bustard and the electrocution of Lesser Kestrels. In addition of reducing mortality of the project target species, the resulting monitoring of these corrections

allowed to determine the effectiveness of various anti-collision signalling technologies, identifying the FBF (*FireFly Bird Flappers*) of the “Rotating” type as the more effective to minimize the collision of Great Bustard and Little Bustard, which will be an important contribution to future interventions made by EDP Distribution;

- Improvement of breeding habitat conditions in lek areas for Great Bustard, with the removal of 2036 meters of fences, in 3 areas;
- Development and demonstration of good practices for fences, to reduce the barrier effect and the danger of collision of birds, namely Great Bustard. Methodologies were tested in more than 48km of fences with signalization at about 41km and installation of 184 fauna pass ways at 28km. The solutions developed were integrated into Good Practices Manuals and used by entities involved in the management of Agri-Environmental Measures;
- Establishment of Collaboration Protocols for 11 properties, to implement management measures in fences and building breeding towers;
- Development of innovative initiatives with game managers, through the establishment of 12 protocols, in an area of 18,121 hectares in the Castro Verde SPA, Piçarras SPA and Vale do Guadiana SPA. Through collaborative work with game managers, was promoted the inclusion of 37 feeding points and 35 watering points accessible to the Great Bustard, in the current game management. To minimize predation on steppe birds, populations of alternative prey species were promoted, namely the wild rabbit, with the construction of five islands of artificial rabbit burrows (“pile of stones”) with 4 units each (20 units in total);
- Conducting a scientific study to examine potential scenarios of the effects of climate change. In parallel, we tested drought mitigation measures which, in complementarity with the synergies with game managers, helped to establish the bases for possible emergency interventions that may be necessary to implement on the ground during drought years;
- Specialization and adaptation of a wildlife rehabilitation centre in steppe birds rehabilitation, namely Great Bustard, Little Bustard and Lesser Kestrel. During the four years, 247 birds of the three species targeted by the project were collected, of which 121 Lesser Kestrels were recovered and returned to nature (49%). It also promoted the involvement of farmers, landowners and hunters in the collecting and forwarding of the birds, with the Environmental Education Centre of Vale Gonçalinho in Castro Verde SPA as a support structure;
- Consultation of local communities to understand the positions of the residents towards the conservation of steppe birds, which despite considering nature conservation important, think there is a lack of financial support, inappropriate and disjointed policies and need for greater involvement of local actors;
- Promoting environmental awareness to reduce the lack of knowledge of the public about the steppe birds and encourage everyone's involvement in the conservation of these species through several activities:
 - Environmental education activities carry out with over 1,100 students from 68 classes in 20 schools;

- Conducting 8 field trips and about 60 lectures and other awareness activities carried out (with at least 2,000 people involved);
- Production of various communication materials: microsite, DVD Video, Brochure (Portuguese and English), Posters (5 types), Folders, Stickers (3 types), Children's Tale, Newsletters (8 editions), Manuals of Good Practice (Agricultural and Game), Layman Report (Portuguese and English);
- Placement of 42 dissemination panels and production of 1 Roll-up for events;
- Production of a special edition of the magazine "Liberne", 46 news in LPN media and 8 Press Releases;
- Reference to project activities in about 60 news in the press, radio, television and internet;
- Realization of the Workshop "Pathology, Treatment and Recovery of Great Bustard, Little Bustard and Lesser Kestrel" and the Seminar "Conservation of cereal steppes".

Steppe birds are highly dependent of the Agricultural Management that is made in their occurrence areas. In the Portuguese Rural Development Program (PRODER), in the scope of the Common Agricultural Policy, Agro-environmental Measures for the maintenance of the rotation cereal crop-fallow have been made available, which farmers can adopt for a period of 5 years, in case they are interested. For this reason, Project LIFE Estepárias did not include measures of agricultural habitat management. However, the articulation with the organizations with responsibilities in the implementation of the Agro-environmental Measures has been conducted through participation in Local Support Structures of Integrated Territorial Interventions (ITI), namely for the good practices in fences and watering points. Therefore, the results obtained during the Project LIFE Estepárias were also being disseminated this way.

Despite the positive impacts generated by the interventions of the Project LIFE Estepárias, the main pillar of species conservation is the maintenance of the dry cereal crop-fallowings rotation, so when it's not provided this essential basis, the habitat does not meet the minimum conditions for the occurrence of the species. In this way, the Proder has been totally ineffective in the Mourão/Moura/Barrancos SPA, so that, in general, the population trends of the three species were positive, with the exception of this SPA.

Some of the themes approached by Project LIFE Estepárias are common to other areas of occurrence of these species and of the Natura 2000 Network, both in Portugal and in other European countries. Through the Good Practices Manuals and the network communication with other projects it was possible to maximize the replication potential of the measures developed and demonstrated during these four years of project.

The commitment and dedication of the project team was instrumental to successfully achieve the goals that were initially proposed. The experience acquired in the meanwhile, built on the Post-LIFE Conservation Plan, will allow us to continue working for the protection of these threatened species in a medium and long term, counting also with the support and involvement of different partners.

3. Introdução

3.1. Enquadramento e Objetivos

O Projeto LIFE Estepárias pretendeu promover a conservação na região do Baixo Alentejo de três aves estepárias ameaçadas: a Abetarda (*Otis tarda*), o Sisão (*Tetrax tetrax*) e o Peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*).

As três espécies-alvo deste projeto são aves estepárias de conservação prioritária, altamente vulneráveis a alterações das práticas agrícolas que, num passado recente, causaram a perda e fragmentação do seu habitat. Este é um dos principais fatores para o estatuto de conservação desfavorável que possuem a nível nacional, europeu e mundial. Mas não são só as alterações na agricultura (por exemplo, a conversão para regadio ou para culturas permanentes como o olival e a vinha) que ameaçam estas aves. As ameaças à sua conservação incluem a florestação de terras agrícolas, o abandono do meio rural, a colisão com linhas elétricas e vedações, a eletrocussão nos postes de eletricidade, a fragmentação das populações provocada por vedações e estradas, a perturbação, a predação excessiva e as alterações climáticas.

Devido às mudanças que ocorreram na agricultura ao longo da segunda metade do século XX, estas aves estepárias sofreram uma redução drástica das suas populações, tendo desaparecido de diversos países ou ocorrendo apenas em áreas muito restritas. As populações portuguesas destas espécies não foram exceção. Devido ao desaparecimento dos sistemas de agricultura extensiva de sequeiro, em que as culturas de cereal com rotações com pousios e as pastagens foram substituídas por agricultura intensiva de regadio, olival, vinha ou floresta, as populações portuguesas destas três espécies estão agora reduzidas a poucas áreas na região do Alentejo. Acresce ainda que se verifica uma grande concentração dos núcleos reprodutores apenas na Zona de Proteção Especial (ZPE) de Castro Verde, onde ocorre mais de 80% da população de Abetarda, 70% de Peneireiro-das-torres e 50% de Sisão.

As aves estepárias estão fortemente dependentes da gestão agrícola que é efetuada nas suas áreas de ocorrência, que determinam a base principal do seu habitat. No Programa de Desenvolvimento Rural Português (Proder), no âmbito da Política Agrícola Comum, estão disponíveis Medidas Agroambientais para a manutenção da rotação cereal-pousio, às quais os agricultores podem aderir por um período de 5 anos, caso estejam interessados. Por este motivo, o Projeto LIFE Estepárias não incluiu nenhuma medida de gestão do habitat agrícola.

O Projeto LIFE Estepárias teve como principal objetivo promover a conservação da Abetarda, do Sisão e do Peneireiro-das-torres, nas suas principais áreas de ocorrência em Portugal e numa perspetiva de longo prazo. Os objetivos do Projeto LIFE Estepárias foram:

1. Proteger as áreas de maior importância para a Abetarda durante a época de reprodução (áreas de “lek”);
2. Melhorar o sucesso reprodutor e a produtividade das espécies-alvo através da gestão do habitat (nomeadamente o impacto negativo das vedações), minimização da perturbação e recuperação de indivíduos feridos e debilitados;
3. Minimizar o impacto das linhas elétricas nas espécies-alvo;

4. Promover a recolonização do Peneireiro-das-torres na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos;
5. Definir medidas de mitigação para reduzir o impacto das alterações climáticas nas espécies-alvo;
6. Promover a participação de agricultores, proprietários e gestores cinegéticos na implementação de ações de gestão para as espécies-alvo;
7. Consultar e promover o envolvimento dos atores locais relevantes e das comunidades locais na conservação a longo prazo do ecossistema pseudo-estepário;
8. Promover a sensibilização e melhorar a disseminação da informação relativamente às boas práticas que beneficiam a gestão do habitat das espécies chave.

Este projeto promoveu uma colaboração estreita com agricultores, proprietários, gestores de caça e outros intervenientes, de forma a envolvê-los nos esforços para a conservação destas três espécies. Assim, foi possível desenvolver e disseminar boas práticas e experiência adquirida, promovendo o trabalho em equipa e aprendizagem mútua.

O Projeto LIFE Estepárias decorreu em quatro Zonas de Proteção Especial (ZPE), localizadas na região do Baixo Alentejo, em Portugal (Mapa 1 no Anexo 7.2.2): Castro Verde (85.345 ha), Vale do Guadiana (76.547 ha), Piçarras (2.827 ha) e Mourão/Moura/Barrancos (84.909 ha).

As principais ameaças e problemáticas de conservação abordadas no Projeto LIFE Estepárias foram:

- Perda e fragmentação do habitat (por transformação da agricultura de sequeiro em regadio ou em culturas permanentes como o olival e a vinha, florestação de terras agrícolas, abandono do meio rural);
- Desaparecimento dos locais de nidificação;
- Interação com linhas elétricas (colisão e eletrocussão);
- Predação e perturbação;
- Interação com vedações (colisão e efeito barreira);
- Alterações climáticas.

Apesar de localizadas no interior do Baixo Alentejo, as quatro ZPE de intervenção do projeto tem um contexto sócio-económico relativamente distinto. As ZPE de Castro Verde e de Piçarras apresentam situações semelhantes, devido em parte à grande proximidade entre elas. Na ZPE de Castro Verde, tal como na ZPE de Piçarras, a atividade agrícola tem uma grande dominância, com mais de 70% de ocupação do território, mas a atividade mineira é o grande impulsionador económico da região. Aqui a atividade agrícola é essencialmente extensiva, de sequeiro, com rotação anual de culturas e complementada com a produção de carne (ovinos e bovinos) e montados.

Na ZPE do Vale do Guadiana a atividade agrícola e florestal tem uma grande dominância (27% de áreas agrícolas extensivas, 16% de montados e 9% floresta) mas os matos e as pastagens espontâneas têm aumentado (24%), fruto do abandono e despovoamento rural. A atividade cinegética tem algum impacto em termos económicos.

Na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos a atividade agrícola é a atividade económica predominante mas muito associada a uma agricultura mais intensiva, com rega e ausência de rotações e a culturas permanentes como o olival.

Sendo regiões rurais com carácter essencialmente agrícola, o Projeto LIFE Estepárias pretendeu contribuir para ampliar o conhecimento sobre as formas de gestão do território mais sustentáveis e que permitem assegurar a conservação a longo prazo destas espécies ameaçadas.

3.2. Resultados esperados de longo prazo

Um dos marcos mais significativos do Projeto LIFE Estepárias foi a aquisição de 168,4ha de terrenos com excelente estado de conservação do habitat para a conservação a longo prazo das aves estepárias. Estes terrenos passaram a integrar a rede de Reservas da Biodiversidade da LPN e existe o compromisso de longo prazo para manter o habitat em condições favoráveis.

Na torre de nidificação construída na ZPE de Castro Verde, verificaram-se em 2013 duas tentativas de nidificação por Peneireiro-das-torres, pelo que é expectável uma ocupação crescente nos próximos anos e que seja uma colónia consolidada no prazo de 5 anos. Na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos a torre de nidificação está mais afastada de colónias atualmente existentes, pelo que a sua ocupação deverá ser um processo mais moroso, esperando-se indícios de ocupação por Peneireiro-das-torres nos próximos 5 anos e que a colónia esteja consolidada nos próximos 10 anos.

As linhas elétricas representam uma das principais causas de mortalidade não natural de Abetarda e de Sisão. Na ZPE de Castro Verde, durante 3 anos de monitorização em linhas elétricas, das 45 espécies registadas, o Sisão foi a 2ª espécie com maior mortalidade observada (n=29) e a Abetarda a 4ª espécie (n=18). As correções efetuadas permitiram determinar qual o tipo de sinalizador mais eficaz para reduzir a mortalidade destas espécies, sendo esta a orientação aconselhada para futuras intervenções da EDP Distribuição Energia, SA em áreas estepárias. Nos troços corrigidos com Fireflies Rotativos e Fitas é expectável verificar-se uma redução de mortalidade de 100% e 67%, respetivamente, para Abetarda e Sisão, contribuindo-se, assim, decisivamente para minimizar uma ameaça que condiciona o crescimento das tendências populacionais destas duas espécies. As correções efetuadas para minimizar a eletrocussão (isolamento de 146 apoios mais perigosos) contribuirão também para evitar a mortalidade de Peneireiro-das-torres durante os próximos anos.

Com o Centro de Recuperação capacitado tecnicamente para estas três espécies, espera-se que doravante possam ser devolvidos anualmente à natureza 50% das aves recolhidas, contribuindo para aumentar todos os anos as taxas de sobrevivência destas espécies.

Através do trabalho desenvolvido para compreender o impacte das alterações climáticas e que tipo de medidas podem ser implementadas para suprir a escassez de água e de alimento, foi possível estabelecer as bases para implementar um plano de emergência, em conjunto com agricultores e gestores cinegéticos, numa futura situação de seca extrema, conseguindo minimizar a mortalidade associada a estes fatores climáticos.

As intervenções efetuadas em vedações foram pioneiras em Portugal e permitiram analisar o impacto destas estruturas, sensibilizar os agricultores e proprietários para a problemática e testar soluções. As correções de vedações efetuadas pelo Projeto LIFE Estepárias são já um importante contributo para melhorar as taxas de sobrevivência destas espécies, mas com a inclusão das boas práticas desenvolvidas nos normativos das ITI efetuada será possível alargar ainda mais esta intervenção.

A sensibilização que se efetuou junto dos vários públicos do projeto permitiu reduzir o desconhecimento sobre estas espécies e explicar os impactes de determinadas atividades na sua conservação, procurando criar um sentimento de pertença por este património natural da região do Alentejo.

Com exceção da ZPE de Mourão/Moura/Barrancos, onde urge implementar medidas agroambientais que promovam o habitat das aves estepárias de maneira a reverter a tendência de decréscimo populacional e desaparecimento local, verificou-se uma tendência populacional positiva para as três espécies-alvo do projeto (Gráficos 2 a5 no Anexo 7.2.2).

Tal como indicado pelo estudo científico efetuado sobre os cenários das alterações climáticas, desde que se mantenham políticas agroambientais ajustadas à conservação destas espécies estepárias (como ainda acontece na ZPE de Castro Verde), é expectável que se continuem a verificar tendências populacionais positivas para estas três espécies nos próximos anos.

Neste sentido, será importante continuar a sensibilização dos decisores governamentais nacionais (dado que localmente já existe esse reconhecimento) para a importância destas medidas agroambientais terem um correto enquadramento das especificidades locais e com compensações justas pelos serviços ambientais prestados.

4. Gestão Administrativa

4.1. Descrição do Sistema de Gestão

O Beneficiário Coordenador do Projeto LIFE Estepárias é a LPN e os Beneficiários Associados são a EDP Distribuição Energia, SA e o CIS. Como cofinanciadores do projeto participaram 3 empresas: EDP Holding, REN e Somincor. Os técnicos encarregues tanto da coordenação global do projeto (assegurada por Rita Alcazar) como do controlo financeiro do projeto (assegurado por Paula Maria Lopes), tinham experiência prévia na gestão de projetos LIFE, o que facilitou a operacionalização do projeto.

Para assegurar a boa implementação do projeto, ficou acordado inicialmente a realização de reuniões semestrais. Embora estas tenham ocorrido com regularidade semestral nos primeiros anos do projeto, passaram depois a ser anuais e em complementaridade à reunião anual da Comissão de Acompanhamento Técnico Científica. No entanto, a comunicação com cada Beneficiário Associado foi sempre efetuada com regularidade com recurso a correio eletrónico, telefone, videoconferência e reuniões temáticas de trabalho, dado tratar-se muitas vezes de questões muito específicas relacionadas com a implementação das respetivas ações.

A LPN realizou reuniões periódicas entre os técnicos afetos ao projeto, com uma periodicidade mensal, para acompanhamento e planeamento da implementação das ações. A equipa da LPN esteve sediada em Castro Verde, no Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho. O controlo financeiro do projeto foi efetuado na sede da LPN, em Lisboa, tendo o trabalho de equipa sido efetuado maioritariamente por correio eletrónico, telefone e videoconferência e pontualmente com reuniões presenciais. Entre 2009 e 2011, um dos técnicos da LPN esteve sediado no centro de recuperação em Évora.

No Anexo 7.2.3. (Figura 1, 2 e 3) apresenta-se o organigrama atualizado com a estrutura de gestão do projeto, a equipa de trabalho da LPN e a equipa de trabalho do CIS. O Beneficiário Associado EDP-Distribuição Energia, SA não teve formalmente pessoal imputado à execução do projeto, sendo dois os técnicos que acompanharam a implementação do mesmo (Carlos Alberto Rochinha e Joana Bernardo).

A ligação com os cofinanciadores foi assegurada essencialmente por correio eletrónico e telefone e pontualmente com reuniões de trabalho. Os relatórios de progresso do projeto foram enviados de acordo com o protocolado com cada cofinanciador (REN semestralmente e EDP e Somincor anualmente).

Foram também estabelecidos os contactos com as entidades e pessoas individuais que estiveram representadas na Comissão de Acompanhamento Técnica e Científica.

Ao longo do projeto realizaram-se quatro visitas de Acompanhamento da Equipa Externa de Acompanhamento do Programa LIFE+ (Astrale), sendo que em 2011, a visita incluiu também técnicos da Unidade LIFE da Comissão Europeia. Em Junho de 2013 realizou-se a última visita de acompanhamento.

A LPN celebrou Protocolos de parceria com os dois Beneficiários Associados do Projeto (CIS e EDP Distribuição Energia, SA), seguindo o modelo de minuta proposto pela Comissão Europeia para

estes Protocolos. A LPN celebrou também Protocolos com as empresas cofinanciadoras do projeto (REN, Somincor e EDP Holding).

Os Protocolos efetuados tanto com Beneficiários Associados como com os cofinanciadores foram já enviados para a Comissão Europeia com anteriores relatórios de progresso, nomeadamente:

- Beneficiário Associado CIS: enviado com o Relatório Inicial, em Setembro de 2009;
- Beneficiário Associado EDP Distribuição Energia, SA: enviado com o Relatório Intercalar, em Março de 2011;
- Cofinanciador REN: enviado com o 1º Relatório de Progresso, em Janeiro de 2010;
- Cofinanciador Somincor: enviado com o 1º Relatório de Progresso, em Janeiro de 2010;
- Cofinanciador EDP Holding: enviado com o 2º Relatório de Progresso, em Março de 2012.

A contabilidade do projeto, organizada nos termos da legislação portuguesa por um Técnico Oficial de Contas (TOC) credenciado, foi acompanhada pela empresa de contabilidade InforServiços, Contabilidade e Fiscalidade, Lda., até Julho de 2011. A partir dessa data, a contabilidade do projeto passou a ser acompanhada pela empresa Newgest – *Business Consulting*. A auditoria financeira foi realizada por João Monarca Pires, com o número de Revisor Oficial de Contas 988, da empresa JMP – João Monarca Pires, SROC, Unipessoal, Lda, com sede na Av. das Nações Unidas, n.º 23, Escritório A, Telheiras, 1600-531 Lisboa.

O apoio jurídico essencial para a implementação de diversas ações de gestão do habitat (A2, A3, A4, B1, B2, B3, C1), nomeadamente para o estabelecimento dos contratos de gestão com os proprietários e gestores cinegéticos e aquisição de terrenos, foi efetuado pela empresa Miranda, Correia, Amendoeira & Associados.

Desde o início do projeto efetuaram-se os seguintes relatórios:

- Relatório Inicial;
- Relatório de Progresso 1, que incluiu como anexos os seguintes relatórios:
 - Relatórios Técnicos das Ações A1, C5, D1 e E4;
- Relatório Intercalar, que incluiu como anexos os seguintes relatórios:
 - Anexos do Relatório Intercalar
 - Relatórios Técnicos das Ações A3, A4, C5, D1, D6 e E4;
 - Relatório Inicial da Ação A4 efetuado pelo Centro de Ecologia Aplicada Baeta Neves (ISA): Estudo Científico “Estabelecer cenários sobre os efeitos das alterações climáticas na Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres”;
 - Relatórios de Avaliação da Herdade das Figueiras e da Herdade dos Touris;
 - Manuais da Ação de Formação “Manuseio, tratamento e recuperação de aves estepárias”;
- Relatório de Progresso 2, que incluiu como anexos os seguintes relatórios:
 - Relatórios Técnicos das Ações C5, C6 e E4;
 - Relatório de Progresso da Ação A4 efetuado pelo Centro de Ecologia Aplicada Baeta Neves (ISA): Estudo Científico “Estabelecer cenários sobre os efeitos das alterações climáticas na Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres”;

- Dossier do Projeto de Arquitetura entregue para Licenciamento da Torre de Nidificação da Ação C3;
- Relatório Final, que inclui como anexos os seguintes relatórios:
 - Anexos do Relatório Final;
 - Relatórios Técnicos das Ações A4, C1, C5, D1 e E4;
 - Resumos das Reuniões da Ação D1;
 - Relatório de Final da Ação A4 efetuado pelo Centro de Ecologia Aplicada Baeta Neves (ISA): Estudo Científico “Estabelecer cenários sobre os efeitos das alterações climáticas na Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres”;
 - Relatório Layman;
 - Plano de Conservação Pós-LIFE;
 - Relatório Financeiro Final;
 - Relatório de Auditoria.

Os Relatórios das Ações A4, C1 e E4 contêm alguma informação sensível relativa à localização das espécies do projeto pelo que não faremos uma divulgação alargada dos mesmos (nomeadamente na Internet).

O Relatório Final, alguns dos relatórios técnicos mais importantes e materiais de comunicação foram também enviados para o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), dado serem a Autoridade Nacional de Conservação da Natureza.

A equipa do projeto participou em algumas representações oficiais, relacionadas com a conservação das aves estepárias na área de intervenção do projeto. Entre elas, destacam-se a participação nas reuniões da Estrutura Local de Apoio (ELA) da Intervenção Territorial Integrada de Castro Verde e da ELA da Intervenção Territorial Integrada das Zonas Rede Natura do Alentejo. Muito do trabalho de cada uma das ELA é efetuado também com recurso a correio eletrónico (consultas escritas). Também se participou nas reuniões do Conselho Cinegético Municipal de Castro Verde e nas reuniões do Observatório das Dinâmicas Regionais “Valorização Económica do Espaço Rural”, organizado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, em Évora (2 reuniões). A equipa do projeto participou também nas reuniões do Plano de Gestão do Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG) e nas reuniões do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do PNVG.

Ao longo do projeto, alguns alunos do Ensino Profissional e do Ensino Superior realizaram estágios curriculares nas temáticas abordadas pelo projeto, num total de 20 alunos (conforme indicado no Relatório de Progresso 2).

Em 2012, procedeu-se à alteração do centro de recuperação responsável pelo tratamento de aves estepárias, do CARAS em Évora para o RIAS em Olhão, conforme exposto e acordado com a Comissão Europeia.

Em 2012 foi necessário proceder à substituição de uma viatura acidentada (Peugeot Bipper 27-IC-50), tendo-se adquirido uma viatura em 2ª mão (Citroen Nemo, 02-HN-22).

4.2. Avaliação do Sistema de Gestão

4.2.1. Em termos processuais

No geral o sistema de gestão do projeto funcionou bem, embora nem sempre tenha sido fácil a articulação em conjunto com os Beneficiários Associados, dadas as temáticas abordadas por cada um serem demasiado específicas. Assim, optou-se por realizar reuniões de trabalho parciais com cada Beneficiário Associado, o que demonstrou ser mais produtivo. A comunicação com o Beneficiário Associado CIS nem sempre foi fácil, dado haver alguma indisponibilidade de tempo por parte das coordenadoras desta equipa, o que tornou mais moroso alguns processos e dificultou a integração dos resultados obtidos noutras tarefas do projeto.

Relativamente à LPN, a distância entre os membros de toda a equipa tornou um pouco mais lenta a resolução de algumas situações, que foram ultrapassadas com uma melhoria da organização e comunicação interna.

Uma das principais dificuldades sentidas foi na comunicação do projeto, onde poderia ter sido vantajoso ter um técnico permanente dedicado a estas atividades. Como a comunicação do projeto foi efetuada pela equipa do projeto complementarmente às restantes atividades (nomeadamente às medidas de gestão do habitat e de educação ambiental), esta componente terá sido “prejudicada” em detrimento de alcançar outras metas e objetivos do projeto. Acresce que houve dificuldades na produção de alguns materiais, o que tornou o processo mais moroso para todas as atividades de comunicação.

4.2.2. Obstáculos encontrados

A motivação da equipa de trabalho é uma das peças essenciais para execução bem sucedida de um projeto da envergadura de um projeto LIFE. Sendo projetos que decorrem em áreas com poucos recursos humanos qualificados, as equipas são maioritariamente constituídas por técnicos que estão deslocalizados. Acresce que o trabalho associado a um projeto deste tipo é bastante exigente pois requer trabalho de campo, capacidade de lidar com as comunidades locais e de negociar com as pessoas para implementar as medidas de gestão propostas, sendo necessária muita determinação para prosseguir com os objetivos estabelecidos.

As mudanças de técnicos ao longo do projeto dificultaram também o desenvolvimento de algumas ações, pois além de ser necessário o tempo de adaptação e integração inicial nos assuntos de cada nova pessoa, também houve “perda” de informação na transição das pastas.

Uma dificuldade logística que se verificou foram as viaturas, nomeadamente a sua aquisição, que foi morosa para conseguir encontrar viaturas com os valores disponíveis e que requereram uma maior procura de alternativas que permitissem assegurar as tarefas do projeto e ter uma garantia de uso de longo prazo. Além disso, houve alturas em que se revelou necessário carros todo-o-terreno adicionais ao existente para o projeto (tendo-se utilizado outras viaturas da LPN), e aconteceram avarias e acidentes que deixaram temporariamente as viaturas inoperacionais. Para aproveitar ao máximo as viaturas em termos de comunicação do projeto, o carro de substituição adquirido foi decorado com fotografias das aves e o código QR para o micro-site do projeto (Figura 4 e 6 no Anexo 7.3.1).

4.2.3. Replicação Técnica

A experiência adquirida ao longo do projeto LIFE pode ser replicada quer noutras regiões de Portugal, quer noutros países onde estas espécies ocorram. No entanto, o financiamento poderá ser a maior limitação a uma aplicação numa escala mais alargada. Este é o caso, por exemplo, para as torres de nidificação, cujo custo é bastante elevado, apesar de ser uma solução que permita garantir a viabilidade de uma colónia a muito longo prazo.

As correções nas vedações também só serão efetuadas pelos proprietários se existirem apoios financeiros nesse sentido.

As medidas implementadas com os gestores cinegéticos podem continuar a ser replicadas na sua gestão e também ser disseminadas junto de outros caçadores como bons exemplos.

A experiência adquirida na correção de linhas elétricas foi partilhada, para ser aplicada noutras zonas com características estepárias em Portugal e também com outros países (nomeadamente Espanha e Argentina). Também o conhecimento adquirido na recuperação de aves pode ser partilhado com outros centros de recuperação nacionais e estrangeiros.

4.2.4. Comparação com os objetivos previstos

De um modo geral, os objetivos do projeto foram todos alcançados e nalguns casos conseguiu-se ultrapassar as metas previstas. Uma das maiores dificuldades foi na elaboração dos materiais de comunicação, em que apesar de se ter cumprido o previsto, foi necessário um maior envolvimento e acompanhamento por parte da equipa do projeto.

4.2.5. Eficácia das atividades de disseminação

Em termos das atividades de disseminação houve uma boa aceitação por parte das escolas, que participaram com entusiasmo. Tanto o Workshop como o Seminário foram eventos importantes para o intercâmbio e atualização de experiências, que tiveram uma boa participação. As solicitações para realizar apresentações sobre o projeto e a adesão às atividades desenvolvidas demonstraram também o interesse suscitado pelas atividades do projeto.

A repercussão nos meios de comunicação social poderia ter sido maior, mas dado o contexto sócio-económico do país, as notícias relacionadas com Ambiente diminuíram significativamente. Acresce que a temática da conservação das aves estepárias já é abordada em Portugal há duas décadas pelo que o “fator” novidade se esbate um pouco, mesmo quando estão a ser exploradas ameaças diferentes. Como já foi referido, poderia ter sido vantajoso ter um técnico de comunicação afeto em permanência ao projeto, pois poderia facilitar o contato com os meios de comunicação social. As dificuldades que se verificaram na produção de alguns materiais de comunicação (DVD, brochura, manuais de boas práticas e relatório Layman), condicionaram também alguma da eficácia de comunicação do projeto.

4.2.6. Continuação do futuro e ameaças remanescentes

Desde que se concluiu o Plano Setorial da Rede Natura 2000 e a classificação de ZPE adicionais para a proteção de aves estepárias (em 2008), que a perda e fragmentação do habitat (devido à conversão de áreas agrícolas extensivas de sequeiro em áreas agrícolas de regadio, culturas agrícolas permanentes como o olival e a vinha e a florestação de terras agrícolas) constituem uma ameaça menos eminente.

Contudo, se não existirem medidas agroambientais adequadas tecnicamente às necessidades ecológicas das aves estepárias e justas na compensação que é dada aos agricultores pelo serviço ambiental efetuado, dificilmente se conseguirá manter o estado de conservação favorável destas espécies. Um exemplo disso é a ZPE de Mourão/Moura /Barrancos, onde muitas áreas extensivas foram convertidas noutros usos agrícolas e nas áreas que permanecem com cultivos anuais estes não são adequados à ocorrência de aves estepárias, existindo uma grande hostilidade à conservação da natureza por ter defraudado expectativas de desenvolvimento económico.

Mesmo nas zonas agrícolas extensivas, a existência de trabalhos agrícolas durante a época de reprodução (nomeadamente a mobilização de solos em pousios e o corte de fenos) condicionam muito o sucesso reprodutor destas espécies que nidificam no solo, como é o caso da Abetarda e do Sisão, limitando o seu crescimento populacional. Acresce que para aumentar o rendimento agrícola, muitos agricultores têm optado pelo aumento do encabeçamento, muitas vezes com gado bovino (que tem apoios financeiros mais significativos que os ovinos), não sendo ainda perceptível o impacto concreto destas alterações.

Assim, a ameaça da perda e fragmentação do habitat permanece mas muito associada às políticas agrícolas atuais e futuras (neste momento ainda se desconhece como irão ser as medidas agroambientais do futuro quadro de financiamento comunitário).

A ameaça do desaparecimento dos locais de nidificação do Peneireiro-das-torres continua a verificar-se, pois ainda existem diversas colónias de grande dimensão em antigos edifícios rurais. No entanto, os novos locais que foram até agora disponibilizados atenuam parcialmente esta situação.

A interação com linhas elétricas (colisão e eletrocussão) continuará a existir, sobretudo enquanto todas as linhas mais perigosas não estiverem corrigidas. Contudo, a existência de novas linhas em áreas sensíveis está mais condicionada e dever-se-á procurar continuar a corrigir os troços mais problemáticos.

A predação tem tendência para aumentar nos anos mais secos, pelo que será importante estabelecer formas de apoiar os gestores cinegéticos para que as espécies presa alternativas sejam suficientemente abundantes e que não se verifiquem situações de escassez de água e de carência alimentar para espécies como a Abetarda.

As vedações têm tendência para continuar a aumentar, pelo que será importante criar legislação no sentido de minimizar o seu impacto.

5. Componente Técnica

5.1. Execução por Ação

5.1.1. Ações preparatórias, elaboração de planos de gestão e/ou de ação

5.1.1.1. A.1. - Cartografia das áreas prioritárias para as espécies alvo e identificação dos gestores do território

Com esta Ação pretendeu-se ter uma correta noção das áreas mais importantes para intervenção, dispondo-se de informação geográfica digital que apoiasse a implementação das medidas de gestão do habitat. Esta Ação foi implementada pela LPN.

Foi efetuada a compilação em Sistema de Informação Geográfica (SIG) da informação anteriormente disponível para as espécies-alvo, informação cedida por investigadores e entidades e obtida através de trabalho de campo (no âmbito desta Ação e da Ação E4 de monitorização dos resultados do projeto). Os dados recolhidos foram os seguintes:

- Atualização da cartografia de uso do solo para as quatro ZPE para confirmação da área estepária existente atualmente, recorrendo à fotografia aérea de 2006 disponível no GoogleEarth. Esta cartografia é particularmente relevante para a ZPE de Mourão/Moura/Barrancos dado que nesta ZPE se têm verificado muitas alterações no uso do solo;
- Informação sobre a distribuição de colónias de Peneireiro-das-torres em 2006, do Projeto LIFE Peneireiro (LIFE02/NAT/P/8481);
- Informação sobre a ocorrência de Abetarda na ZPE de Castro Verde, cedida por Pedro Rocha no âmbito da sua Tese de Doutoramento, nomeadamente as áreas de parada nupcial;
- Censo de Primavera de Abetarda de 2009, 2010, 2011 e 2012. Para a ZPE de Castro Verde o censo foi efetuado em parceria entre a LPN e o ICNF (DCNF Alentejo/PNVG). Para a ZPE de Piçarras e Mourão/Moura/Barrancos, a LPN acompanhou a equipa do ICNB em 2009 e 2010, e nos anos seguintes efetuou o trabalho de campo. Para a ZPE do Vale do Guadiana, esta informação foi solicitada ao ICNF (DCNF Alentejo/PNVG), cujo trabalho de campo foi acompanhado pela LPN;
- Informação do censo pós-reprodutor de Abetarda para a ZPE de Castro Verde para 2009, 2010 e 2011 (trabalho efetuado pela LPN no âmbito da Ação E4);
- Informação sobre a distribuição e abundância de Sisão do censo nacional (2003 a 2006) do Projeto LIFE Sisão (LIFE02/NAT/P/8476), que foi solicitada e disponibilizada pela SPEA;
- Informação sobre os censos de Sisão na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos, efetuados pela REN, em 2008/09 e 2009/2010 no âmbito de Medidas de Compensação da Linha de Alta Tensão Alqueva-Espanha;
- Informação sobre os censos de Primavera de Sisão para as ZPE de Vale do Guadiana, Piçarras e Castro Verde (efetuados pela LPN em 2009 e 2010, no âmbito da Ação E4);

- Informação sobre os registos de observação de Peneireiro-das-torres na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos durante a Primavera de 2009 (efetuados pela LPN no âmbito da Ação B3 e E4);
- Levantamento da localização das vedações existentes e tipologia nas áreas identificadas como prioritárias para as espécies-alvo na ZPE de Castro Verde. Este levantamento foi mais moroso e complexo do que inicialmente previsto, dada a grande densidade de vedações existentes e a ausência de trabalho de base prévio;
- Compilação da localização e tipologia das linhas elétricas de média tensão existentes na ZPE de Castro Verde, com identificação da perigosidade para as aves. Alguma desta informação foi cedida pela EDP Distribuição Energia, SA;
- Informação dos limites das Zonas de Caça, por tipo de gestão, cedidas pela Direcção Regional das Florestas do Alentejo (DRFA) da ex-Autoridade Florestal Nacional (AFN). Esta informação foi cedida em 2009 e atualizada em 2011 e 2012. Esta informação incluía também a identificação das associações de caçadores encarregues da sua gestão;
- Levantamento cartográfico dos proprietários e limites de propriedades nas áreas mais importantes para a Abetarda, através de consulta dos mapas cadastrais disponíveis na Câmara Municipal de Castro Verde e no Registo Notarial.

Esta Ação teve início com o início do projeto e ficou concluída no final de 2009, conforme previsto no cronograma inicial. No entanto, como o SIG é uma ferramenta chave para a decisão da implementação das medidas concretas de gestão e para a elaboração dos acordos efetuados, foi permanentemente atualizada ao longo do projeto.

Com o Relatório Técnico de Progresso, em 2010, foi efetuado um Relatório Técnico e foi enviada uma cópia digital da informação compilada em formato de Sistema de Informação Geográfica (para programa ArcGis ou GoogleEarth), com o Relatório Intercalar em 2011. A elaboração do Relatório Técnico era o indicador de performance previsto para esta Ação, tendo sido executado.

5.1.1.2. A.2. Definição de Protocolos de Gestão para explorações agrícolas e para Zonas de Caça

Esta Ação, implementada pela LPN, teve como objetivo efetuar contactos com diferentes intervenientes no terreno (agricultores, proprietários, rendeiros, gestores cinegéticos) para aferir a possibilidade de implementar as medidas previstas nas Ações preparatórias ou de gestão concreta do habitat. Com esta Ação, pretendeu-se também estabelecer os acordos de gestão e efetuar os Protocolos de Gestão ou de Colaboração necessários para a implementação das ações de gestão do habitat.

A meta prevista em termos de contactos estabelecidos para esta Ação situava-se no estabelecimento de 20 contactos, o que se conseguiu ultrapassar nas quatro ZPE de intervenção do projeto, tendo-se efetuado pelo menos 49 contactos (Tabela 1 no ANEXO 7.2.5). Alguns contactos foram mais informais, por vezes decorrentes de contactos em reuniões e não estão aqui

contabilizados, embora tenham contribuído para o conhecimento da equipa (por exemplo, com agricultores e caçadores). Foram também efetuados alguns contactos com investigadores ou entidades públicas, nomeadamente para as Ações B2, B3 e E4, que não estão aqui contabilizados.

Os contratos de gestão foram elaborados com o apoio jurídico da equipa de advogados que acompanhou o projeto na empresa Miranda, Correia, Amendoeira & Associados, aproveitando a experiência anterior da LPN em projetos LIFE (LIFE Peneireiro – LIFE02/NAT/P/ 8481 e LIFE LINCE Moura/Barrancos – LIFE06/NAT/P/191). Nalgumas situações, foi necessário efetuar dois protocolos distintos apesar da entidade cooperante ser a mesma, dado as intervenções previstas serem de génese diferente ou terem sido acordadas em momentos distintos, tendo sido, por isso, contabilizados independentemente.

O primeiro Contrato de Gestão estava previsto para Julho de 2010 mas apenas foi assinado em Dezembro de 2010, no âmbito da Ação B2 para a remoção de vedações (enviado juntamente com o Relatório Intercalar). Os restantes contratos seguiram um modelo semelhante com os ajustamentos necessários a cada Ação e propriedade (conforme exemplos já enviados em anexo no Relatório Intercalar e Relatório de Progresso 2), com exceção do Protocolo com a DRAPAL, dado envolver uma entidade governamental (Anexo 7.2.6).

A Tabela 1 resume a informação relativa aos Contratos/Protocolos de Gestão da Ação A2 com agricultores e proprietários (Mapa 2 e 3 no Anexo 7.2.2). No que se refere à Ação A3, não estavam previstos protocolos, pelo que apenas se efetuaram quando houve intervenções nas vedações para a instalação de passagens para a avifauna, por se considerar uma situação mais “intrusiva” e potencialmente mais conflituosa em caso de danos.

Associado à gestão dos terrenos adquiridos, foram ainda efetuados 5 contratos com propriedades contíguas à herdade adquirida no projeto (Fontes Bárbaras Novo, Fontes Bárbaras Velho – duas herdades-, Chaminé da Perdigoa e Monte Branco Novo), para se efetuar a sinalização e instalação de passagens nas respetivas vedações. Esta foi a solução encontrada dado que as vedações pertencem a estas propriedades. Como estes proprietários não manifestaram interesse na remoção das vedações, esta foi a única forma de minimizar o impacto das vedações nos terrenos adquiridos.

Não foi possível concluir o protocolo previsto com Manuel Alho para instalação de passagens em vedações, nos Braciais, ZPE do Vale do Guadiana por falta de interesse da parte do próprio em participar no projeto com um vínculo contratual. Também na Herdade do Poço Seco, na ZPE de Piçarras não foi possível concluir o protocolo, pois a propriedade está a ser vendida e o processo de transição ainda não está concluído (foi efetuado um Contrato de Promessa de Compra e Venda apenas) e a situação da titularidade é mais complexa, não se tendo procedido à instalação de passagens.

Até ao final do projeto ficaram concluídos 11 Protocolos com proprietários, com uma área abrangida de 3.535 hectares, o que ultrapassou a meta de 300 a 450ha previstos para estes protocolos com proprietários. Estes protocolos abrangeram intervenções efetuadas nas ZPE de Castro Verde (10) e de Mourão/Moura/Barrancos (1).

No âmbito desta Ação, foi também elaborado o Plano de Gestão da Herdade das Figueiras, conforme estava previsto para os novos terrenos adquiridos no âmbito da Ação B1 e implementação no âmbito da Ação C3 (segue em anexo). Este documento inclui uma situação de referência em termos biológicos, de ordenamento do território, estatuto legal e plano de gestão dos habitats (agrícola, cinegética, património edificado, linhas de água, vigilância).

Tabela 1. Protocolos de gestão concluídos com Proprietários durante o Projeto LIFE Estepárias, com indicação da ZPE, nome da herdade, proprietário, área de intervenção e Ação do projeto.

ZPE	Herdade	Proprietário	Área de intervenção (ha)	Ação
	Monte dos Bispos	Lar Jacinto Faleiro	657	A3
	Monte dos Pereiros	Lar Jacinto Faleiro	434	A3
	Herdade da Sete	Somincor	210	A3
	Monte das Pereiras	António F. Colaço	202	A3
	Monte da Hortinha	Maria José Figueiras	123	A4/B2/C2
	Herdade das Mestras	Maria Odile Lampreia	315	B2/C2
Castro Verde	Monte das Fontes Barbas Novo	Diogo Perdigão	90+73	A3/C3
	Monte das Fontes Barbas Velho (1)			
	Monte das Fontes Barbas Velho (2)	Isabel Estevão	101	A3/C3
	Chaminé da Perdigoa	José Fernandes	92	A3/C3
	Monte Branco Novo	Ernesto Fialho	34	A3/C3
Mourão/Moura/Barrancos	Monte dos Lameirões	DRAPAL	1.398	B3/C4
TOTAL CONCLUÍDO			3.535 ha	

A Tabela 2 resume os Protocolos de Gestão que foram efetuados com gestores cinegéticos para Zonas de Caça (ZC), no âmbito da Ação C1 (Mapa 6 e 7 no Anexo 7.2.2.). No total efetuaram-se 12 protocolos, que abrangem uma área de 18.121 hectares, o que ultrapassa a meta prevista de 3.000 a 4.000ha. Com estes protocolos abrangeram-se intervenções efetuadas nas ZPE de Castro Verde (10), Vale do Guadiana (1) e Piçarras (1), onde se tinha confirmação de ocorrência de Abetarda no período reprodutor e pós-reprodutor e se justificava as intervenções previstas na Ação C1 (Mapa 4 e 5 no Anexo 7.2.2.).

Os Protocolos de Gestão com as Zonas de Caça seguem todos um modelo semelhante, o qual foi adaptado em função das características específicas de cada Zona de Caça e das intervenções implementadas (Anexo 7.2.7).

Dos Protocolos que estavam previstos no Relatório de Progresso 2, não se conseguiu concretizar a assinatura com a ZCA da Albergaria e a ZCT de Penilhos na ZPE de Castro Verde e com a ZCA dos Carapetos na ZPE do Vale do Guadiana. Em alternativa, conseguiu-se concluir protocolos com a ZCT da Sobreira na ZPE de Castro Verde, com a ZCA da Cabeça da Serra na ZPE de Piçarras e a ZCA dos Braciais na ZPE do Vale do Guadiana.

Tabela 2 - Protocolos de Gestão com Zonas de Caça, no âmbito da Ação C1 concluídos durante o Projeto LIFE Estepárias, com indicação da ZPE, nome e tipologia da Zona de Caça, Concessionário da Zona de Caça, área da Zona de Caça e área inserida em cada ZPE. Legenda: ZCA – Zona de Caça Associativa, ZCT – Zona de Caça Turística, ZCM – Zona de Caça Municipal.

ZPE	ZONA DE CAÇA	CONCESSIONÁRIO	ÁREA (ha)	ÁREA INSERIDA NA ZPE (ha)
Castro Verde	ZCA da Corte Ruiva	Associação de Caçadores da Corte Ruiva	397	397
	ZCA de Herdade dos Mouras e Outras	Clube de Caçadores de Entradas	2.161	2.161
	ZCA de Entradas	Clube de Caçadores de Entradas	4.194	4.194
	ZCA de Albernoa	Clube de Caçadores do Monte da Vinha	694	694
	ZCA de Albernoa 2	Clube de Caçadores do Monte da Vinha	2.228	1.667
	ZCA do Carregueiro	Clube de Caçadores e Pescadores do Carregueiro	1.084	1.084
	ZCA dos Bispos e Outras	Associação de Caçadores os Nhucas	2.054	1.675
	ZCT da Sobreira e Outras	Manuel Caetano Mestre	2.089	2.089
	ZCT do Monte Rolão	Castro Caça - Sociedade Turística de Caça Lda	1.596	1.596
	ZCT do Castelejo e Anexas	Cremilde Garrido de Brito Paes	567	567
Piçarras	ZCA da Cabeça da Serra	Associação de Caçadores da Cabeça da Serra	836	531
Vale do Guadiana	ZCA dos Braciais	Associação de Caçadores dos Braciais	1.466	1.466
TOTAL CONCLUÍDO			19.366 ha	18.121 ha

Esta Ação iniciou-se no princípio do projeto mas teve um atraso na sua conclusão, inicialmente prevista para o final de 2011, e se arrastou até ao final do projeto. No entanto, conseguiu-se

ultrapassar a meta prevista tanto em área abrangida como em número de protocolos. Quanto ao número de protocolos, tinha-se previsto o estabelecimento de 10 a 15 e foi possível concretizar até ao final do projeto um total de 23 (11 com proprietários e 12 com Zonas de Caça).

O número de protocolos estabelecidos para a ZPE de Castro Verde reflete, por um lado, a maior área territorial com habitat adequado para aves estepárias mas, também, a presença de um efetivo populacional mais elevado que justificam a necessidade das intervenções.

O estabelecimento de acordos é sempre um processo de negociação muito sensível e moroso. Ao longo desta Ação, esta situação foi um desafio constante, sendo que algumas situações não tiveram a conclusão desejada. No entanto, os resultados obtidos foram bastante satisfatórios, graças ao empenho árduo da equipa do projeto, e ultrapassaram as expectativas iniciais. A homologação do Protocolo com a DRAPAL foi talvez o processo mais difícil, sobretudo pela demora de respostas por parte das entidades governamentais centrais, as quais condicionaram temporalmente a execução da Ação C4. O estabelecimento de Protocolos com as ZC também foi mais moroso do que inicialmente previsto pois, regra geral, a gestão das ZC é efetuada como uma atividade adicional, pelo que foi mais complexa e morosa a articulação com as pessoas encarregues da gestão quotidiana e com os dirigentes responsáveis pela formalização dos Protocolos.

5.1.1.3. A.3. Identificação de boas práticas em vedações para minimizar impactes nas espécies-alvo

Com esta Ação, da responsabilidade da LPN, pretendeu-se identificar medidas que permitam minimizar o impacte decorrente do acentuado aumento de vedações que se verificou nos últimos anos. Como referido em anteriores relatórios, esta Ação foi bastante mais exigente e complexa do que o previsto, pois as vedações são consideradas pelos proprietários e/ou agricultores como infraestruturas muito importantes para a sua gestão e representam um investimento dispendioso.

Apenas com o trabalho agora desenvolvido no âmbito deste projeto se começou a aprofundar esta temática, que estava já identificada mas não devidamente avaliada ou quantificada, e começou a ser perceptível a densidade deste tipo de estruturas na paisagem. Outro aspeto relevante é que praticamente não existe uma situação de referência relativamente ao impacte deste tipo de estruturas na avifauna e, em particular, nas aves estepárias apesar de ser reconhecida como uma ameaça para estas espécies (sobretudo para a Abetarda e o Sisão, que apresentam características ecológicas específicas, com fases do seu ciclo de vida em que predominantemente caminham e não voam).

Esta Ação teve início em Março de 2009, acompanhando a cartografia que foi necessário efetuar no âmbito da Ação A1.

A cartografia com a localização das vedações foi cruzada com a informação das espécies nas áreas mais prioritárias para identificação das zonas de intervenção mais importantes, tendo-se também tido em consideração os registos de mortalidade existentes para definir pontos de atuação mais

críticos para as espécies, nomeadamente para a Abetarda. De referir, que a extensão de vedações cartografada (cerca de 350km em apenas 11% da ZPE de Castro Verde) superou muito o que era expectável.

Embora existam diferentes tipologias de vedações, são duas as ameaças que se destacam e que afetam essencialmente a Abetarda e o Sisão:

- Colisão: o impacte mais negativo decorre da existência de arame farpado nas fiadas superiores das vedações que provocam ferimentos nas aves que podem levar à sua morte;
- Efeito barreira: por provocar a separação das aves, sobretudo na fase em que as crias ainda não são voadoras e estão mais dependentes da presença da progenitora (podendo dificultar a fuga a predadores ou impossibilitar o acesso a zonas de alimentação e/ou abeberamento) e também por fragmentar as áreas de parada nupcial e acasalamento.

Para aferir quais as medidas de intervenção possíveis, começou por se efetuar um levantamento do conhecimento que já existia sobre esta temática. Em Espanha, o Projeto LIFE 00 NAT/E/7348 “Management of the ZEPA-LIC La Serena and surrounding mountain ranges”, foi uma das referências encontradas, nomeadamente para minimizar a colisão. Para minimizar o efeito barreira não se dispunha de nenhuma referência, exceto exemplos conhecidos no terreno para passagem para pessoas (caçadores, por exemplo).

Assim, para a colisão iniciou-se a seleção de alternativas de sinalização das fiadas superiores da vedação, que decorreram durante 2009 e início de 2010 na Herdade do Vale Gonçalves da LPN (conforme descrito nos relatórios anteriores), tendo-se testado 10 opções diferentes. Na candidatura do projeto tinha-se considerado a opção de substituir o arame farpado por vedação elétrica, no entanto, esta possibilidade não foi bem acolhida pelos agricultores, dado que acontecem com frequência furtos das baterias elétricas e esta opção acaba por não ter a eficácia desejada.

Os testes de seleção que foram efetuados pretenderam aferir, por um lado, o efeito visual e, por outro, a durabilidade dos materiais. Procurou-se que a solução encontrada fosse durável, de fácil implementação e de baixo custo para facilitar a execução pelos proprietários e agricultores.

Os sinalizadores selecionados consistem em pequenas placas de PVC PaLight (próprias para uso no exterior), com 20x10cm, em cor branca e em cor negra, que devem ser colocadas de forma alternada para garantir a visibilidade em diferentes situações. As placas são afixadas na fiada superior de arame farpado da vedação com abraçadeiras plásticas (próprias para uso no exterior).

A sinalização foi efetuada essencialmente em novas vedações ou em vedações onde existiam casos confirmados de colisão.

Em 2012, as intervenções efetuadas concentraram-se nas vedações das cercas contíguas à Herdade das Figueiras, no âmbito das medidas de gestão nos terrenos adquiridos neste projeto (Ação C3) e dos troços necessários para a monitorização da eficácia desta medida (Ação E4), contando nalguns casos com o apoio de voluntários (Figura 8 no Anexo 7.3.1).

Ao longo do projeto efetuou-se a sinalização em aproximadamente 41km (40.773 metros), o que ultrapassou os 4.000 metros previstos (Tabela 3 e Mapa 8 e 9 no Anexo 7.2.2.).

Para maximizar a sensibilização para este tipo de intervenção em termos de área abrangida e aproveitando material excedentário existente (que não representou, portanto, um acréscimo financeiro para o projeto) efetuou-se sinalização na Herdade do Poço Seco (ZPE de Piçarras) e na Herdade do Dorde e Herdade dos Braciais (ambas na ZPE do Vale do Guadiana).

A sinalização de vedações não está prevista em nenhuma medida agroambiental (mesmo nas ITI), embora se esteja a procurar sensibilizar as diversas entidades para esta problemática e para a necessidade de implementar este tipo de medidas de minimização.

Os resultados da monitorização da sinalização não foram conclusivos quanto à eficácia da sinalização, requerendo um maior esforço de amostragem, tanto na extensão da área amostrada como temporalmente.

Tabela 3 - Resumo das intervenções efetuadas em vedações ao longo do Projeto LIFE Estepárias, tanto em termos de sinalização como de instalação de passagens.

ZPE	Propriedade	Área de Intervenção (ha)	Comprimento vedações com melhoramentos (m)	Comprimento vedações sinalizadas (m)	Comprimento vedações com passagens (m)	Nº de passagens	Tipo de passagem
	Herdade da Sete	210	8952	4303	8951	46	Porta
	Herdade das Pereiras	202	2339	1327	2339	6	Depressão
	Herdade dos Bispos	657	11179	10009	8446	58	Porta
	Fontes Bárbaras Velho (2)	101	2450	2450	2450	23	Porta pequena
	Fontes Bárbaras Novo + Fontes Bárbaras Velho (1)	163	3764	3490	3764	32	Porta pequena
Castro Verde	Monte dos Pereiros	434	3690	3690	950	4	Paus desencontrados
	Monte Branco Novo	34	316	316	316	5	Porta pequena
	Chaminé da Perdigoa	92	940	200	940	10	Porta pequena
	Herdade do Vale Gonçalvesinho	241	6349	6349	-	-	-
	Herdade de Belver	743	3944	3944	-	-	-
	Herdade de S. Marcos	408	500	500	-	-	-
Piçarras	Monte do Pôço Seco	305	1050	1050	-	-	-
Vale Guadiana	Herdade do Dorde	207	1700	1700	-	-	-
	Herdade dos Braciais	36	1445	1445	-	-	-
TOTAL EXECUTADO		3833	48618	40773	28156	184	

Relativamente à minimização do efeito barreira das vedações, nomeadamente no período pós-reprodutor, desenvolveram-se 6 modelos diferentes de passagens para vedações: Porta, Depressão, Paus Desencontrados, Desfasada, Portão com Passagem e Porta Pequena. O modelo

“Porta Pequena” foi desenvolvido em 2012 e é uma adaptação do modelo “Porta”, adaptado para explorações com ovinos.

A adesão pelos proprietários e agricultores à instalação de passagens é mais cautelosa do que a colocação dos sinalizadores, que teve uma boa aceitação por parte dos agricultores, proprietários e caçadores. A correção de vedações com passagens varia consoante o tipo de gado em cada exploração, dado que uns modelos podem ser aplicados com gado bovino e outros com gado ovino. As soluções para o gado ovino são mais complexas e exigiram um maior esforço da equipa do projeto para encontrar soluções inovadoras, dado que os borregos mais pequenos conseguem esgueirar-se por aberturas semelhantes às necessárias para uma Abetarda.

Em 2012, procedeu-se à instalação de passagens nas vedações em redor da Herdade das Figueiras, tendo alguns destes proprietários concordado em intervenções adicionais em vedações situadas no interior das suas propriedades. Não foi possível efetuar um acordo escrito com o proprietário dos Braciais, pelo que não se instalaram passagens na ZPE do Vale do Guadiana.

Com o projeto LIFE Estepárias, procedeu-se à instalação de 184 passagens para a fauna em 8 propriedades da ZPE de Castro Verde, em 28.156 m de vedações (Tabela 3 e Mapa 8 e 9 no Anexo 7.2.2). A intervenção efetuada ultrapassou a meta prevista no projeto de 3.000m.

Estava previsto que esta Ação terminasse no final de 2010, mas dado o seu carácter muito experimental e demonstrativo, prolongou-se até meados de 2012, o que permitiu maximizar a sensibilização para esta ameaça e para as formas de a minimizar.

Os resultados obtidos na monitorização das passagens, efetuados por armadilhagem fotográfica, mostram que as passagens tipo “Porta” (para explorações com gado bovino) são utilizadas pela Abetarda, cumprindo os objetivos propostos, mas para as restantes não se teve nenhuma confirmação de utilização por Abetarda. Apesar das passagens tipo “Paus Desencontrados” (para explorações com gado ovino) terem sido ajustadas, aumentando o espaço “inter-paus” não se verificou o atravessamento por Abetarda. Para as passagens do tipo “Porta Pequena” o período de monitorização parece não ter sido suficiente para comprovar a utilização por Abetarda.

O impacto que as vedações podem causar nas aves é já reconhecido por agricultores, proprietários e caçadores (Figura 7 no Anexo 7.3.1). No entanto, as vedações são cada vez mais um recurso necessário para o manejo do gado, que se faz cada vez menos presencialmente devido à escassez de mão-de-obra. A tendência será, portanto, de que estas estruturas continuem a aumentar e é necessário encontrar formas de conciliar as atividades económicas, como é o caso da agricultura que assegura o habitat de nidificação, alimentação e refúgio, com a conservação das aves estepárias.

O trabalho desenvolvido nesta Ação foi inovador e teve um bom acolhimento por parte de agricultores, proprietários, caçadores e entidades envolvidas no licenciamento deste tipo de estrutura (nomeadamente as entidades que participam na ELA e que podem, assim, fundamentar mais corretamente os pareceres e orientações que emitem). Desta forma, funcionou também como um forte instrumento de sensibilização, pois é possível explicar a ameaça que este tipo de estrutura representa e mostrar a aplicabilidade, custos e os resultados obtidos das soluções propostas.

Os proprietários e agricultores são recetivos à implementação de melhoramentos nas vedações, desde que estas possam continuar a cumprir a sua função de contenção do gado. Na ITI de Castro Verde é obrigatório o parecer da ELA para os beneficiários aderentes que queiram colocar novas vedações ou que pretendam proceder a arranjos com recurso aos Investimentos Não Produtivos. Neste sentido, a ELA incluiu nos seus Normativos regras relativamente às vedações que têm sido muito debatidas e até bastante contestadas pelos agricultores. Numa 1ª fase, os Normativos da ELA apenas permitiam a colocação da vedação desde que esta ficasse colocada a 20cm do chão. Numa 2ª fase, já como resultado do trabalho de experimentação devolvido no âmbito deste projeto, adicionou-se a possibilidade de colocação de passagens do tipo “Porta”, de 250 em 250m. Esta Ação teve, por isso, uma especial importância pois o teste de soluções e a sua demonstração foi incorporada nos Normativos elaborados pela ELA da ITI de Castro Verde e da Rede Natura 2000 do Alentejo, contribuindo para implementar e replicar as boas práticas desenvolvidas no projeto.

O trabalho de teste e seleção efetuado no âmbito desta Ação foi compilado num relatório técnico, que seguiu em anexo com o Relatório Intercalar, e serviu de base para a elaboração dos manuais de boas práticas previstas na Ação D7.

Já em 2013 detetou-se um problema com os sinalizadores desenvolvidos, pois com ventos muito fortes (superiores a 80 km/h) os sinalizadores contribuíram para arrancar e partir a fiada de arame farpado, o que gerou algumas queixas de alguns proprietários. A solução poderá passar por efetuar alguns furos adicionais na placa PVC, de modo a diminuir a resistência ao vento e verificar os pontos de afixação do arame nos postes.

Esta temática de conservação da natureza sobre a interação entre aves estepárias e vedações deverá continuar a ser abordada pela LPN, pois requer um maior aprofundamento na eficácia das metodologias encontradas.

5.1.1.4. A.4. Prever os impactes das alterações climáticas nas espécies alvo e definir medidas de mitigação

Esta Ação divide-se em duas componentes: (1) um estudo científico sobre os impactes das alterações climáticas subcontratado ao Centro de Ecologia Aplicada Baeta Neves (CEABN), do Instituto Superior de Agronomia, (2) e o teste de diferentes tipos de pontos de abeberamento e alimentação para utilização por Abetarda e Sisão em períodos de maior escassez de recursos, de modo a disseminá-los junto de agricultores e gestores cinegéticos, que foi efetuado pela LPN.

O estudo científico “Estabelecer Cenários sobre os Efeitos das Alterações Climáticas na Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres” é composto por 3 relatórios que se complementam. Dois destes relatórios já foram enviados previamente (com o Relatório Intercalar e com o Relatório de Progresso 2), seguindo o último relatório em anexo a este relatório.

Estes relatórios incluíram 2 artigos científicos publicados, que foram parcialmente financiados pelo Projeto LIFE Estepárias no âmbito deste estudo científico da Ação A4: Delgado, A. & Moreira, F.

[2010]. Between-year variations in Little Bustard *Tetrax tetrax* population densities are influenced by agricultural intensification and rainfall. IBIS, 152, pp.633-642 e Moreira *et al.* 2012. Population trends in the steppe birds of Castro Verde in the period 2006-2011: consequences of a drought event and land uses changes? Airo22: 79-89 (2012).

No balanço global, este estudo refere os impactes que as alterações climáticas poderão ter nas populações das três espécies alvo, nomeadamente o desaparecimento das atuais áreas de ocorrência e deslocação das aves para áreas mais a norte. Mas realça, que embora esta ameaça seja possível, terá um impacte a longo prazo, sendo mais premente a ameaça a curto prazo decorrente de políticas agrícolas que têm um impacte direto na conservação do habitat destas espécies e que poderão condicionar o futuro destas espécies, antes de se sentirem os efeitos das alterações climáticas.

Em 2009, decorreu o levantamento das diferentes alternativas que já estavam a ser implementadas no terreno por agricultores e gestores cinegéticos. No período de 2010 a 2012, efetuou-se o teste de vários tipos de bebedouros de modo a selecionar o modelo mais adequado às aves estepárias, principalmente às espécies-alvo (Abetarda e Sisão). No total, em 2010 e 2011 (Tabela 4 e Mapas 10 e 11 no Anexo 7.3.1), foram testados 6 modelos de bebedouros nas 6 Herdades da LPN, num total de 34 bebedouros, procurando assegurar sempre que possível pelo menos um ponto de água acessível às aves por cada 100ha (incluindo pegos, nascentes, barragens e charcas).

Tabela 4 – Resumo dos testes com bebedouros efetuados na Ação A4. As colunas referentes a 2012 refletem as alterações efetuadas para a tipologia mais aconselhada (Modelo 5). Legenda: Modelo 1 – Bidão de 220l, com gamela em PVC e proteção exterior de vedação de arame; Modelo 2 - Bidão de 220l, com gamela em PVC e proteção exterior de armação de ferro forrada com rede malha-sol; Modelo 3 - Bidão de 220l, com gamela em PVC com grade sem proteção exterior; Modelo 4 - Bidão de 220l, com gamela em cimento sem proteção exterior; Modelo 5 - Manilha de betão 110l, com gamela em PVC com grade sem proteção exterior; Modelo 6 – Manilha de betão de 110L, com gamela em betão e sem proteção exterior.

Herdade	Teste						2012					
	Mod.1	Mod.2	Mod.3	Mod.4	Mod.5	Mod.6	Mod.1	Mod.2	Mod.3	Mod.4	Mod.5	Mod.6
Vale Gonçalinho	2	1	1	0	1	0	0	1	0	1	1	2
Figueiras	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	2	1
Chada	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Marcos	3	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0
Belver	5	1	0	1	3	2	0	0	0	1	3	2
Paraíso	2	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
TOTAL	14	4	1	2	8	5	0	1	0	3	7	5
	34						16					

Dos 6 modelos testados, aquele que se verificou ser mais adequado à maioria das situações em áreas de estepe cerealífera, onde não existe o constrangimento da caça maior (como os javalis), mas onde o gado pode consumir a água (ovino) ou derrubar os bebedouros (bovino) é o Modelo 6. A manilha de betão utilizada como reservatório nestes bebedouros é mais resistente e permite manter a qualidade da água. Estas manilhas devem ser enquadradas com um marouço (monte) de pedra em redor, para dificultar o acesso do gado à gamela. As gamelas de betão disponibilizam uma menor quantidade de água (que é controlada automaticamente com recurso a uma boia para evitar o desperdício de água) e com a proteção de arame, dificulta-se o abeberamento pelo gado. Apesar da gamela não ter uma aparência muito “natural”, desde que esteja cheia até ao seu nível máximo é passível de ser utilizada por Abetardas. O reduzido tamanho pode dificultar a sua deteção, pelo que é importante manter estes pontos de água permanentemente em funcionamento para criar habituação.

Em 2012, procedeu-se a adaptações, nomeadamente na tipologia da gamela, que foi substituída por gamelas de cimento mais pequenas mas que evitam o consumo pelo gado, e efetuou-se a monitorização por armadilhagem fotográfica (Ação E4). Os modelos que não funcionaram foram removidos (por estarem danificados) ou adaptados (nomeadamente com a colocação das gamelas de cimento) para abeberamento da fauna selvagem.

Através da monitorização (Ação E4) foi possível comprovar a utilização dos bebedouros por 18 espécies silvestres (10 aves e 8 mamíferos: Rolieiro, Chasco-ruivo, Texugo, Lebre, Coelho-ibérico, Leirão). Mas não se conseguiu comprovar, através de armadilhagem fotográfica, a sua utilização pelas espécies-alvo. No caso do Sisão, verificou-se que este raramente ingere água, obtendo este recurso a partir dos alimentos sólidos que consome. Quanto à Abetarda apesar de não ter sido possível comprovar a utilização destas estruturas durante o período de monitorização, existe uma observação direta, realizada por um membro da equipa, da espécie a utilizar um bebedouro semelhante a este modelo.

Desta forma, considerou-se que este modelo de bebedouro, com o reservatório em manilha de betão e com a gamela de cimento enquadrado com um marouço de pedras e sem vedação em redor, deveria ser a boa prática para recomendar aos gestores cinegéticos e agricultores.

Também se observou o abeberamento de água por Abetarda em bebedouros do gado, desde que estes sejam rasteiros, o que também é indicado como uma boa prática possível, a ser implementada, por exemplo, pelos agricultores.

Além dos bebedouros, que são uma solução mais artificial mas que podem ser de extrema utilidade numa situação de emergência como uma seca prolongada, incentivou-se como boas práticas a existência de charcas e barragens (Figura 12 no Anexo 7.3.1), desde que acessíveis às aves estepárias (sem vedações em redor ou com passagens para a fauna).

Além dos bebedouros, em 2012, testou-se uma outra alternativa: muretes de pedra posta em pequenos barrancos (pequenas linhas de escorrência de água) (Figura 9 no Anexo 7.3.1). Neste sentido foram construídos 21 muretes em duas das herdades da LPN (Vale Gonçalves e Belver) para testar o funcionamento e utilidade destas estruturas enquanto locais de retenção de água e melhoramento da flora e fauna (sobretudo de insetos). Foi possível verificar que, em termos de retenção de água a médio prazo estas estruturas são pouco eficazes, dada a sua permeabilidade

(apesar de serem eficazes na prevenção da erosão do solo), mas o prolongamento do período de encharcamento poderá ser vantajoso em termos de disponibilizar vegetação verde por um período mais alargado de tempo e, conseqüentemente, uma maior abundância de insetos, sendo, por isso, uma solução interessante para fomento de áreas de alimentação naturais. Para aferir a real utilidade destas estruturas para as três espécies-alvo do projeto seria necessário mais tempo do que havia disponível no projeto e um esforço de amostragem elevado (por exemplo, comparar a flora e entomofauna em linhas de água com e sem muretes).

No que diz respeito aos pontos de alimentação, testou-se o espalhamento de sementes em faixas de leguminosas (locais que tradicionalmente as aves estepárias reconhecem como locais de alimentação e que se assemelham aos suvadouros) e em redor dos bebedouros instalados no terreno. Os espalhamentos foram testados no período de 2010 a 2012. No total foram testados 24 pontos de alimentação com localizações diferentes, dos quais 18 permaneceram em funcionamento no terreno durante 2012 para monitorização da sua utilização (Tabela 5 e Mapas 12 e 13 no Anexo 7.3.1).

Tabela 5 – Resumo dos pontos de alimentação suplementar nas Reservas da Biodiversidade da LPN, no decorrer do projeto.

	Teste		2012	
	Faixa	Redor de Bebedouro	Faixa	Redor de Bebedouro
Herdade				
Vale Gonçalinho	2	3	0	3
Figueiras	1	3	1	3
Chada	2	0	0	0
São Marcos	1	3	1	2
Belver	1	6	0	6
Paraíso	0	2	0	2
TOTAL	7	7	2	16
	24		18	

Através da monitorização na Ação E4, foi possível confirmar a utilização (consumo de sementes por espalhamento) destes locais por 10 espécies, incluindo a Abetarda.

O espalhamento de sementes não é eficaz quando existe gado equino e ovino, pois consomem as sementes rapidamente e quase na totalidade, não ficando sementes disponíveis para as aves. Os tipos de comedouros utilizados pelos gestores cinegéticos, por exemplo para Perdiz, e que poderiam ser utilizados para evitar o consumo do alimento pelo gado, não são utilizados por Abetarda. Apesar dos esforços desenvolvidos, não foi possível encontrar uma solução que permita a alimentação da Abetarda e Sisão e que evite a alimentação do gado. Assim, a seleção dos locais para espalhamento deve ter em consideração o pastoreio do gado.

Os espalhamentos deverão ser realizados no período de Verão (desde Junho até às primeiras chuvas de Outubro), com uma periodicidade semanal. No caso de ser difícil suportar os custos para estes abastecimentos, a periodicidade deve ser mensal. Cada espalhamento deverá ser efetuado dentro de uma circunferência de raio igual a 10 metros, onde devem ser espalhadas 8 a 10 kg de sementes (metade de trigo e metade de “mistura corrente para aves”).

No que se refere ao teste de medidas de mitigação da seca, nomeadamente pontos de abeberamento e fornecimento suplementar de alimento durante o período do Verão, foi elaborado o Relatório Final previsto para esta Ação, que inclui os progressos efetuados e as boas práticas identificadas que serão disseminadas, nomeadamente nos Manuais de Boas Práticas (Ação D7), que complementam o Relatório de Progresso enviado com o Relatório Intercalar e conforme previsto no projeto.

5.1.1.5. A.5. Formação para aquisição de competências no manuseamento, tratamento e recuperação de Abetarda e Sisão

Esta Ação foi concluída em 2010. Dado que as tarefas e competências previstas na Ação C5 foram efetuadas com a colaboração de outro centro de recuperação, que não o inicialmente previsto, a informação disponível foi cedida aos técnicos que trabalharam na reabilitação das aves, nomeadamente no RIAS.

Conforme descrito em anteriores relatórios, a ação de formação foi efetuada pelo ICNB, em articulação com a equipa de veterinários contratada pelo projeto (empresa VetNatura), e decorreu no Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho, no dia 18 de Junho de 2010. Os formadores do ICNB (DGAC-Sul) foram o Dr. Pedro Rocha e o Dr. Carlos Carrapato e da equipa de veterinários que apoia o projeto, o Dr. Pedro Melo (Vetnatura). A formação abrangeu os seguintes aspetos (Plano de Formação):

- Introdução de cariz teórico, resumo dos trabalhos existentes relativos ao manuseio/captura/recuperação de otidídeos;
- Causas de ingresso/receção de aves estepárias para recuperação - resumo dos trabalhos do PNVG (apresentação de casos de estudo, com destaque para a Abetarda);
- Instalações para recuperação de otidídeos, gestão de espaços e precauções a adotar;
- Experiência em termos de procedimentos adequados:
 - Manipulação de abetarda e de sisão;
 - Acondicionamento e transporte;
 - Alimentação em fase de recuperação;
 - Imobilização e tratamento;
 - Métodos de marcação e seguimento;
 - Libertação;
 - Sessão prática de manipulação (utilização de uma ave doméstica).

Durante a sessão de formação, o manual de procedimentos foi sendo melhorado em resultado do debate efetuado, tendo sido incorporadas algumas sugestões. Este manual e as apresentações efetuadas seguiram em anexo ao Relatório Intercalar. Esta ação de formação complementou a outra ação de formação que tinha sido efetuada em 2009 pela técnica do projeto Ana Rita Sanches, vocacionada para as questões dos Primeiros Socorros, e cujo Manual já foi enviado previamente.

5.1.2. Compra/Aluguer de terrenos e/ou de direitos

5.1.2.1. B.1. Compra de terrenos em áreas de elevada sensibilidade para Abetarda

A aquisição de terrenos na ZPE de Castro Verde que constituem a Herdade das Figueiras concretizou-se em dois momentos (Mapa 14 no Anexo 7.2.2). Numa 1ª fase, procedeu-se à aquisição de 150,3 hectares (que abrangiam um Prédio Urbano e um Prédio Rústico) em Fevereiro de 2011 (com uma escritura de retificação em Junho de 2011). Numa 2ª fase, procedeu-se à aquisição de 18,1 hectares no dia 10 de Maio de 2012, cuja respetiva escritura consta do Anexo 7.2.4.

Esta segunda aquisição foi possível devido a realocação das verbas previstas nas Ações B2 e B3, que não foram necessárias para cumprir os objetivos previstos nessas Ações (e com consentimento prévio da Comissão Europeia) e à isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas (IMT) que foi atribuído à 1ª aquisição (embora não tenha sido isentado na 2ª aquisição).

Assim, no total efetuou-se uma aquisição de 168,4 hectares de novos terrenos, que estão em definitivo afetos para os fins de conservação da natureza, conforme estipulado nas Disposições Comuns do Programa LIFE+. Estes terrenos integram agora a Rede de Reservas da Biodiversidade da LPN. A meta prevista para esta Ação era de 150 hectares, que se conseguiu ultrapassar.

Conforme referido no Relatório Intercalar, previamente à aquisição efetuou-se uma avaliação por um avaliador independente (Jorge Batista) credenciado pelo Ministério das Finanças para estes fins.

A Herdade das Figueiras está localizada na ZPE de Castro Verde e o estado de conservação do habitat estepário é excelente. Esta propriedade é utilizada como área de parada nupcial por Abetardas. Em concreto, o grupo de indivíduos que se localiza neste sector da ZPE costuma permanecer nesta área e é observado com frequência em parada nupcial na herdade. Esta propriedade é também utilizada no período pós-reprodutor pelas fêmeas de Abetarda acompanhadas com juvenis. Esta é também uma zona utilizada por Sisão e em 2004 e 2005, existem registos de nidificação confirmada de Peneireiro-das-torres nas ruínas dos edifícios que pertencem à Herdade.

Na Ação C3 descreve-se as medidas de gestão que estão previstas implementar na propriedade e que foram formalizadas através da elaboração de um Plano de Gestão previsto na Ação A2.

5.1.2.2. B.2. Pagamentos de Compensação para a remoção de vedações

A Ação B2 foi uma das mais difíceis de implementar durante o Projeto LIFE Estepárias. No atual contexto de despovoamento das zonas rurais, agravado pela crise económica, as vedações são consideradas pelos proprietários como investimentos essenciais (até por serem dispendiosas) para a gestão da sua propriedade e foi muitíssimo difícil encontrar proprietários que estivessem disponíveis para colaborar na sua remoção, mesmo mediante uma compensação financeira.

Apesar dos esforços efetuados foi impossível efetuar a remoção de vedações na ZPE do Vale do Guadiana, como se tinha previsto no projeto. Esta situação foi dificultada por as áreas de ocorrência de Abetarda e de Sisão nesta ZPE serem relativamente reduzidas e apesar de haver várias propriedades de pequena dimensão nestas áreas de ocorrência, o número de gestores é relativamente reduzido e existem alguns conflitos entre vizinhos.

Na ZPE de Castro Verde, apesar dos inúmeros esforços efetuados, apenas se conseguiu remover vedações em 3 áreas de parada nupcial de Abetarda de 3 propriedades (Tabela 6 e Mapa 16 no Anexo 7.2.2.), sendo que numa delas foi uma remoção parcial (pois tratava-se de uma vedação dupla, que foi removida de um lado e instaladas passagens do outro lado). A outra remoção ocorreu nos novos terrenos adquiridos pelo projeto, que tinham sido identificados como prioritários para remoção previamente à sua aquisição.

Tabela 6 – Resumo das remoções de vedações efetuadas no Projeto LIFE Estepárias

ZPE	Propriedade	Área de Intervenção (ha)	Comprimento vedações com remoção (m)	Observações
Castro Verde	Monte da Hortinha	123	635	
	Herdade das Mestras	315	1034	Remoção parcial
	Herdade das Figueiras	168	367	Novos terrenos adquiridos pelo Projeto LIFE Estepárias.
TOTAL EXECUTADO			2036	

Aas metas previstas para esta Ação previam a intervenção em 2 a 3 locais importantes para a Abetarda, numa extensão de 2.000 a 3.000m, o que se pode considerar que foi parcialmente cumprido.

A vantagem alcançada foi que estas intervenções não requereram o pagamento de nenhuma compensação, que os proprietários dispensaram, tendo o financiamento previsto sido utilizado para a aquisição de terrenos adicionais na Ação B1, conforme acordado entretanto com a Comissão Europeia.

5.1.2.3. B.3. Aluguer de longa duração para a construção de Paredes de Nidificação

Esta Ação também teve algumas dificuldades de implementação, primeiro na seleção do local mais apropriado e posteriormente na homologação do Protocolo de Colaboração com a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL) por parte da Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural.

Em termos de seleção do local, numa 1ª etapa, tentou-se a colaboração de proprietários na zona de Mourão junto à fronteira, onde ainda existe algum habitat em boas condições e que está mais próximo das áreas de nidificação espanholas. No entanto, os proprietários não estavam interessados em estabelecer acordos escritos (sobretudo por tão longa duração), mesmo que tivesse disponíveis montantes muito superiores aos que tinham sido previstos no projeto. Assim, optou-se por uma área em Moura, onde o habitat também tem boas condições embora esteja mais distante de colónias de Peneireiro-das-torres que poderiam facilitar a colonização natural da nova estrutura (Mapa 3 no Anexo 7.2.2).

O Protocolo de Colaboração com a DRAPAL foi formalmente homologado a 6 de Março de 2012 (Anexo 7.2.6.), por um período de vigência de 15 anos a contar da data de homologação. Sendo a DRAPAL uma entidade pública, não houve pagamento da compensação inicialmente prevista para um proprietário privado, tendo estes montantes sido utilizados na aquisição de novos terrenos.

Assim, as metas previstas para esta Ação foram alcançadas de acordo com o previsto.

5.1.3. Medidas de conservação concretas

5.1.3.1. C.1. Promover sinergias com gestores cinegéticos para a conservação da Abetarda e do Sisão

A Ação C1 teve como objetivo desenvolver sinergias com Zonas de Caça (ZC) para melhorar a gestão cinegética de forma a abranger espécies de aves estepárias, como a Abetarda (dado que o Sisão não permanece nas zonas mais áridas durante o verão e efetua movimentos dispersivos para locais com maior abundância de alimento), procurando criar melhores condições de habitat, nomeadamente para o período de verão e para anos de seca (como uma medida de minimização das alterações climáticas).

Em termos de pontos de abeberamento e de alimentação suplementar, pretendeu-se implementar as medidas identificadas na Ação A4 como mais adequadas para a Abetarda no período pós-reprodutor.

O trabalho desenvolvido nesta Ação consta de um Relatório que segue em anexo.

As ZC envolvidas no Projeto foram previamente identificadas como prioritárias, tendo por base a informação compilada no âmbito da Ação A1 e dos resultados obtidos durante as ações de monitorização do Projeto (Ação E4) (Mapa 4 e 5 no Anexo 7.2.2.). As áreas consideradas mais importantes correspondem a zonas de maior densidade de Abetarda no Censo pós-reprodutor (maior abundância de fêmeas e juvenis), por este ser o período que coincide com a época venatória, mas também pela maior fragilidade dos indivíduos no período juvenil e durante o

período seco do ano (com maior escassez de alimento e água, que se acentua criticamente em anos de seca).

Embora estivesse inicialmente previsto intervenções nas quatro ZPE de atuação do projeto, esta Ação não implementou nenhuma medida na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos. Esta situação teve por base a situação muito frágil das populações de Abetarda (e também de Sisão) que se verificaram nesta ZPE no decorrer do projeto e que carecem de uma intervenção em termos da manutenção do habitat das espécies (como seja a manutenção de áreas de sequeiro com cultivos de cereal e pastagens), que este projeto não pôde abranger pois à data da candidatura, em 2007, havia previsões de medidas agroambientais para esta ZPE. Infelizmente, só em 2011 é que estas medidas estiveram disponíveis para a adesão dos agricultores (ITI Zonas Rede Natura do Alentejo), mas são pouco ajustadas à realidade agrícola de Mourão e Moura, pelo que não se registaram adesões de agricultores nesta zona. Neste contexto, considerou-se que seria um pouco desajustado estar a investir em melhorar o habitat pós-reprodutor, quando existem tantos problemas na manutenção do estado de conservação favorável do habitat de Abetarda e Sisão.

Assim, foram identificadas 21 ZC na ZPE de Castro Verde, 3 na ZPE de Piçarras e 5 na ZPE do Vale do Guadiana como potenciais áreas de intervenção (Mapa 17 no Anexo 7.2.2). Destas 29 potenciais ZC (que correspondem a 42.244 hectares) estabeleceram-se Protocolos de Colaboração com 12 ZC (10 na ZPE de Castro Verde, 1 na ZPE de Piçarras e 1 na ZPE do Vale do Guadiana (Tabela 2 e Tabela 7), abrangendo uma área de 18.121 hectares (correspondentes a 42% da área prioritária identificada), refletindo a importância de cada ZPE relativamente à ocorrência e abundância de Abetarda.

As medidas implementadas nas ZC (que variaram para cada caso específico) foram:

- Instalação de bebedouros do modelo “Manilha” em pontos estratégicos da ZC, complementando a rede de pontos de abeberamento já existente acessível para a Abetarda;
- Fornecimento de mistura corrente de sementes e de trigo, por meio de espalhamento, junto aos bebedouros instalados;
- Fornecimento de mistura corrente de sementes e de trigo por meio de espalhamento em suvadouros (rodados ou eiras) instalados em locais estratégicos na ZC onde ocorre Abetarda;
- Sinalização das Áreas de Refúgio (“Santuário”) com sinalética adequada;
- Construção de luras artificiais para coelhos (“marouço”) para contribuir para a recuperação das populações de Coelho e procurar reduzir a pressão de predação sobre as aves selvagens e cinegéticas.

As ZC prioritárias foram contatadas para se apresentar o Projeto LIFE Estepárias, os seus objetivos gerais de conservação da Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres, bem como, as medidas de gestão do habitat que se pretendem implementar conjuntamente com as ZC. Estes contatos permitiram também conhecer o interesse de cada entidade gestora nas questões relacionadas com a conservação das aves estepárias e o interesse e disponibilidade dos concessionários em

colaborar com o Projeto LIFE Estepárias. Permitiram também conhecer os modelos de gestão já implementados nestas ZC e aferir a sua adequação para a Abetarda.

Na ZPE de Castro Verde, fruto dos esforços de conservação e sensibilização levados a cabo durante as duas últimas décadas, todos os gestores cinegéticos se mostraram bastante sensibilizados relativamente à problemática da conservação das aves estepárias e disponíveis para cooperar com o Projeto LIFE Estepárias. Na ZPE de Piçarras, o contato com os gestores de caça foi mais difícil, tendo a equipa do projeto solicitado apoio aos representantes da FAC e da ANPC na Comissão de Acompanhamento Técnico e Científica. Na ZPE do Vale do Guadiana, já existiam alguns contatos prévios e houve apoio do Parque Natural do Vale do Guadiana para obter outros. No entanto, alguns gestores não mostraram interesse na celebração escrita de Protocolos de Colaboração, embora gostassem de colaborar com as intervenções previstas.

Tabela 7 – Resumo das medidas implementadas por Zona de Caça no projeto LIFE Estepárias. A área indicada corresponde à identificada nas Portarias oficiais. Legenda: ZCA – Zona de Caça Associativa; ZCT – Zona de Caça Turística; ZCM – Zona de Caça Municipal. (*) - no âmbito da Ação A4/C3 foram instalados 3 bebedouros nos novos terrenos adquiridos que serão geridos pela LPN, pelo que não estão aqui incluídos.

ZPE	ZONA DE CAÇA	CONCESSIONÁRIO	ÁREA (ha)	ÁREA INSERIDA NA ZPE (ha)	Pontos de Alimentação (nº)	Bebedouros (nº)	Marouços
Castro Verde	ZCA da Corte Ruiva	Associação de Caçadores da Corte Ruiva	397	397	2		2 (8)
	ZCA de Herdade dos Mouras e Outras	Clube de Caçadores de Entradas	2.161	2.161		(*)	
	ZCA de Entradas	Clube de Caçadores de Entradas	4.194	4.194	5	5	
	ZCA de Albernoa	Clube de Caçadores do Monte da Vinha	694	694	2	1	
	ZCA de Albernoa 2	Clube de Caçadores do Monte da Vinha	2.228	1.667	3	3	
	ZCA do Carregueiro	Clube de Caçadores e Pescadores do Carregueiro	1.084	1.084		3	
	ZCA dos Bispos e Outras	Associação de Caçadores os Nhucas	2.054	1.675	10	10	1 (4)
	ZCT da Sobreira e Outras	Manuel Caetano Mestre	2.089	2.089		2	
	ZCT do Monte Rolão	Castro Caça - Sociedade Turística de Caça Lda	1.596	1.596	3	3	
	ZCT do Castelejo e Anexas	Cremilde Garrido de Brito Paes	567	567	4		1 (4)
Piçarras	ZCA da Cabeça da Serra	Associação de Caçadores da Cabeça da Serra	836	531	4	4	
Vale do Guadiana	ZCA dos Braciais	Associação de Caçadores dos Braciais	1.466	1.466	4	4	1 (4)
TOTAL CONCLUÍDO			19.366 ha	18.121 ha	37	35	20

Numa perspetiva de continuidade pós-projeto, os Protocolos de Colaboração que foram estabelecidos com as ZC previram a implementação das medidas pela LPN durante o Projeto LIFE Estepárias, mas a sua manutenção (incluindo o enchimento dos bebedouros e espalhamento das sementes), mesmo durante o projeto, seria efetuada pelos gestores cinegéticos, cabendo à LPN a verificação da correta implementação. Desta forma, foi possível reduzir o esforço da equipa do projeto e assegurar um funcionamento no pós-LIFE.

Em 2012, manteve-se e alargou-se a área de intervenção na ZPE de Castro Verde e implementaram-se medidas nas ZPE de Piçarras e Vale do Guadiana. Os marouços para coelho que estavam previstos foram implementados na primavera de 2012, na ZPE de Castro Verde e na ZPE do Vale do Guadiana, tendo sido possível efetuar 5 marouços com 4 unidades cada (estavam previstos 4 marouços).

Assim, efetuaram-se 12 Protocolos de Colaboração, com 10 entidades gestoras diferentes, que abrangem uma área total de 18.121 hectares, tendo-se implementado um total de 37 pontos de alimentação, 35 bebedouros e 5 (20) marouços (Tabela 7 e Mapas 6 e 7 no Anexo 7.2.2). As intervenções efetuadas variaram em função da especificidade de cada ZC, pois nalguns casos não havia necessidade de alimentação suplementar e noutras de pontos de abeberamento adicionais. Para a localização dos marouços, dado o objetivo de redução da predação, teve-se em consideração os locais de nidificação e de pós-reprodução de Abetarda, confirmados com observações da equipa do projeto no terreno.

Em termos de área abrangida, ultrapassou-se a meta prevista no projeto que se situava entre os 3.000 e 4.000ha. Também no que respeita ao número de marouços previstos, se ultrapassou o previsto (estavam previstos 4 marouços com 4 unidades cada), tendo-se confirmado a sua ocupação por coelho (através da presença de latrinas).

Os 35 bebedouros foram instalados em 9 ZC (mais 3 bebedouros na Herdade das Figueiras numa décima ZC, que não estão aqui contabilizados por serem da responsabilidade da LPN).

Em termos da densidade de bebedouros e de pontos de alimentação, tinha-se previsto uma média de 1/100ha. Para calcular esta densidade, teve-se em consideração não só os bebedouros instalados pelo projeto mas também todos os pontos de água existentes acessíveis a Abetarda (nascentes, pegos, charcas). Para 5 ZC, a densidade de pontos de abeberamento cumpriu este requisito (que foi ultrapassado em duas ZC); para outras 5 ZC a densidade de bebedouros ficou muito próximo da média necessária e em 2 ZC ficou abaixo (Figura 1). Nestes dois casos não foi possível acordar a distribuição de bebedouros adicionais, pois os gestores das ZC manifestaram que teriam dificuldade em assegurar o seu abastecimento regular.

Para o espalhamento de sementes (Figura 13 e 14 no Anexo 7.2.2), foram privilegiadas as áreas de observação de Abetarda no período pós-reprodutor (incluindo suvadouros ou faixas de leguminosas) e os bebedouros colocados (para maximizar probabilidade de alimentação e abeberamento e minimizar o esforço de manutenção e reabastecimento). Tal como o abastecimento dos bebedouros, os espalhamentos ficaram a cargo dos gestores cinegéticos (com uma monitorização de controlo por parte da LPN), numa ótica de incutir a sustentabilidade da manutenção no pós-projeto.

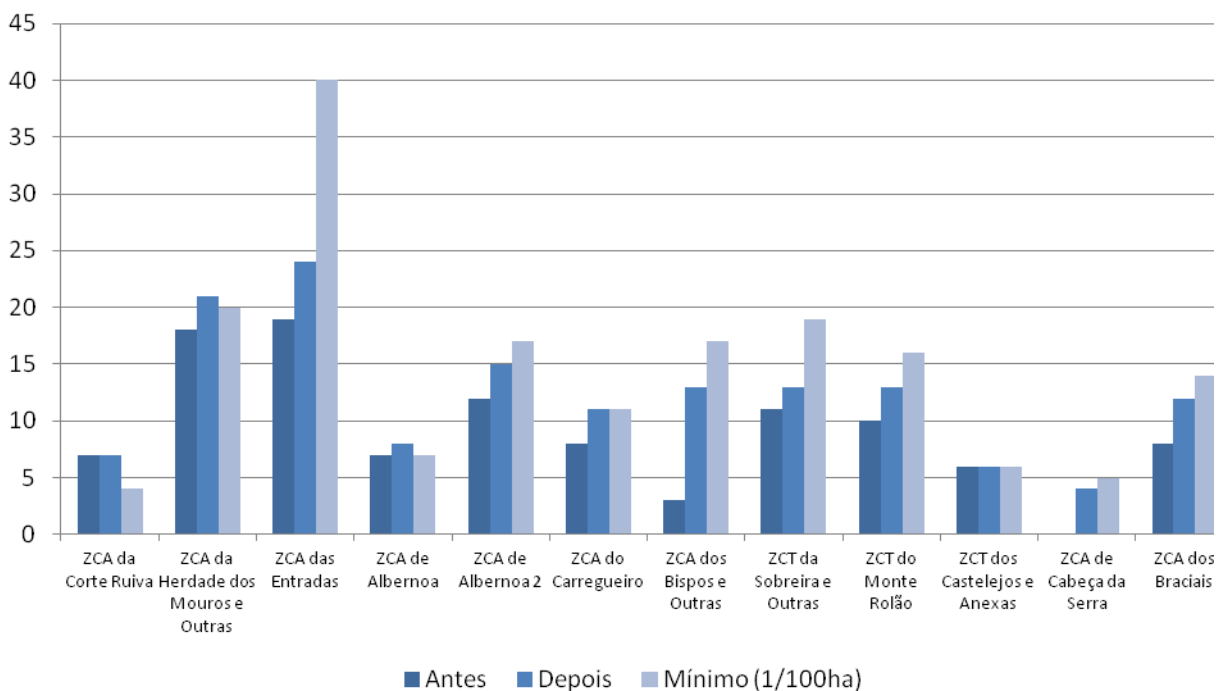


Figura 1 – Número de pontos de abeberamento permanentes existentes no território de cada ZC antes e depois da finalização da Ação C.1. Na ZCA da Herdade dos Mouros e Outras foram instalados 3 bebedouros no âmbito da Ação A.4.

No total foram disponibilizadas cerca de 12 toneladas de sementes para 37 pontos de alimentação em 9 ZC, que foram utilizadas em 2011, 2012 e uma reserva para 2013 para o pós-LIFE (Figura 13 no Anexo 7.3.1). Relativamente aos pontos de alimentação não foi possível cumprir a densidade de 1/100ha em nenhuma ZC, apenas com estes pontos suplementares. No entanto, é notório que, num ano climatológico normal, as estepes cerealíferas conseguem disponibilizar recursos alimentares que dificilmente se conseguem contabilizar (como as faixas de leguminosas das medidas agroambientais, os restolhos e os pousios).

As intervenções efetuadas no Projeto LIFE Estepárias em termos de pontos de alimentação suplementar permitiram, contudo, demonstrar que numa situação extrema de falta de alimento (como um ano de seca), se pode implementar um plano de emergência que permita minimizar a escassez de alimento e para os quais os gestores cinegéticos já estarão sensibilizados para atuar.

A sinalização das Áreas de Refúgio apenas se efetuou numa ZC na ZPE de Castro Verde. Esta sinalização não é obrigatória por lei, o que dificulta muito a sua concretização no terreno.

Esta Ação teve um ligeiro atraso no seu arranque e houve algumas dificuldades em conseguir estabelecer contato com os interlocutores nas ZC (muitas vezes a pessoa encarregue da gestão quotidiana não é dirigente da entidade concessionária, pelo que exigiu tempo adicional para acordar as medidas necessárias no terreno e o estabelecimento formal do Protocolo de Colaboração). No entanto, o balanço em termos de sensibilização dos gestores cinegéticos foi muito positivo, o que ficou patente pela disponibilidade de outras ZC terem contactado a equipa, já

no final do projeto, com intenções de estabelecer parcerias (que não se concluíram por o projeto estar a terminar). Ficou patente que as ZC podem contribuir ativamente para a conservação de espécies, que não as cinegéticas, desde que possam ter algum apoio para o acréscimo de recursos que podem ser necessários (como as sementes, por exemplo, que a Abetarda pode consumir em abundância e que são dispendiosas).

5.1.3.2. C.2. Proteção das áreas de parada nupcial de Abetarda

Esta Ação decorreu dos acordos efetuados no âmbito da Ação C2. Em Março de 2011, foi efetuada a remoção dos 600m de vedação na ZPE de Castro Verde, na Herdade da Hortinha (Tabela 6 e Mapa 16 no Anexo 7.2.2).

A remoção parcial de 1.034 metros na Herdade das Mestras (e consequente instalação de 11 passagens na Herdade dos Bispos) foi efetuada em Setembro de 2012, assim como, a remoção de 367 metros na Herdade das Figueiras. As remoções tiveram que ser adiadas para o mês de Setembro para evitar a perturbação durante a época de reprodução de 2012.

A meta prevista nesta Ação era a remoção de 1.000 a 2.000 metros de vedações para proteção de 2 a 3 áreas de parada nupcial. Considerando a totalidade das intervenções efetuadas (2.036 metros em 3 áreas), foi possível atingir esta meta, embora em apenas uma das ZPE previstas.

5.1.3.3. C.3. Gestão do habitat nos terrenos adquiridos

As intervenções efetuadas nesta Ação tiveram por base a situação de referência e medidas previstas no Plano de Gestão para os terrenos adquiridos no âmbito do Projeto LIFE Estepárias (Herdade das Figueiras), efetuado na Ação A2.

As medidas de gestão que foram implementadas no terreno foram (Mapa 15 do Anexo 7.2.2.):

- Gestão agrícola: em cooperação com agricultores locais, manteve-se a rotação cereal-pousio com faixas de leguminosas de primavera para a avifauna, benéfica para as espécies-alvo do projeto e essencial para manter o estado de conservação favorável do seu habitat;
- Gestão cinegética: a herdade está inserida na Zona de Caça Associativa de Mouras e Outras Entradas (Processo nº 3953). Para assegurar que nesta zona a perturbação permanece reduzida e que as aves, nomeadamente a Abetarda, possam ter aqui uma área de refúgio, acordou-se com a entidade gestora, que a totalidade da área permaneceria como “Santuário / Área de refúgio”, não sendo possível caçar dentro dos seus limites e procedeu-se à sua sinalização antes da época venatória de 2011 (que teve início em 15 de Agosto). Ficou também acordado que além de não se caçar na área da herdade também se evitaria o seu atravessamento por caçadores, sobretudo se acompanhados por cães de caça, durante as jornadas de caça;

- Gestão das vedações:
 - Portões: nos locais onde existiam portões em vedação de rede (2), estes foram substituídos por portões de ferro que permitem a passagem das aves (Figura 17 no Anexo 7.3.1);
 - Vedações no interior da herdade: em Setembro de 2012 foram removidos 367 metros de vedação junto ao monte (mencionados na Ação B2 e C2), mas numa área onde havia observações de machos de Abetarda em parada nupcial. Manteve-se apenas um pequeno parque vedado para apoio ao manejo do gado;
 - Vedações do perímetro da herdade (pertencem todas aos proprietários vizinhos): dos 7554 metros de perímetro da propriedade cerca de 34% não dispõe de vedações e dado o impacte destas infraestruturas para as espécies alvo do projeto, nomeadamente para a Abetarda, optou-se por não colocar nenhuma vedação nestes locais embora estivesse inicialmente previsto no projeto. Para as vedações existentes foi possível acordar com 4 vizinhos a instalação de passagens ou de sinalização, ou de ambas (Tabela 8).

Assim, foi possível estabelecer acordos para que cerca de 30% do perímetro tenha ficado sinalizado e com passagens para a fauna, 17% apenas com sinalização, 8% apenas com passagens e só 10% ficou sem nenhuma intervenção. Assim, foi possível intervir em 4.090 metros, ou seja, em 84% das vedações existentes no perímetro da herdade.

Contudo, é possível que no pós-LIFE, a LPN ainda consiga acordar a instalação de passagens para a fauna adicionais e a sinalização dos 800 metros em que não se conseguiu intervir durante o projeto. As intervenções foram efetuadas no verão de 2012.

Tabela 8: Resumo das intervenções efetuadas, com o respetivo comprimento, nas vedações que constituem o perímetro da Herdade das Figueiras.

	Comprimento (em metros)			Proporção do perímetro (%)
Sem vedação		2.559,15		34,33
Com passagens e sem sinalização	4.895,61	609,63	4.090,06	8,18
Com passagens e com sinalização		2.191,92		29,40
Com sinalização		1.288,51		17,28
Sem sinalização e sem passagens		805,55		10,81

- Melhoria dos locais de nidificação para Peneireiro-das-torres: foi construída uma torre de nidificação (com o mesmo modelo do projeto de arquitetura que foi preparado para a Ação C4), com 80 novos locais de nidificação (Figura 15 e 16 no anexo 7.3.1.). Para

minimizar o efeito de predação de potenciais crias que possam cair do ninho, colocou-se uma vedação em redor da torre.

A construção da torre requereu um Pedido de Licenciamento para Edificação à Câmara Municipal de Castro Verde (após se ter solicitado o Parecer obrigatório ao ICNF por se situar numa zona da Rede Natura 2000). Este processo ainda foi moroso, pelo que a torre só ficou concluída no final de Julho de 2012. Por este motivo não se efetuou a ocupação por Peneireiro-das-torres durante o prazo de execução do projeto. No entanto, em 2013, verificaram-se duas tentativas de nidificação por Peneireiro-das-torres (que não foram bem sucedidas, devido aparentemente a predação e competição inter-específica por Rolieiros que nidificaram com sucesso na torre). É expectável que em 2014 mais casais tentem nidificar e que já se verifiquem casos de sucesso reprodutor;

- Pontos de abeberamento e alimentação suplementar: foram implementados 3 bebedouros e espalhamento de sementes no seu redor e em faixas de leguminosas;
- Comunicação: no âmbito da Ação D12 efetuaram-se dois painéis para identificação da propriedade e do financiamento que possibilitou a sua aquisição (Figura 17 31 No Anexo 7.3.1). Apesar da identificação colocada, não se tem efetuado uma divulgação alargada da localização, dada a elevada sensibilidade da herdade e de forma a minimizar a perturbação.

Esta Ação decorreu de acordo com o previsto tendo-se alcançado a implementação das medidas de gestão previstas.

5.1.3.4. C.4. Nova Parede de Nidificação para colónia de Peneireiro-das-torres

A torre de nidificação que foi construída na Herdade dos Lameirões (Concelho de Moura, Freguesia de Safara, ZPE de Mourão/Moura/Barrancos), na propriedade da DRAPAL, é idêntica à edificada na Herdade das Figueiras, na ZPE de Castro Verde.

A construção decorreu durante a primavera de 2012, tendo ficado concluída no final do mês de Junho. Desta forma, não ficou concluída para a época de nidificação de 2012, pelo que não foi utilizada por Peneireiro-das-torres. Para minimizar esta situação, em 2012, 9 dos indivíduos de Peneireiro-das-torres recuperados, foram aqui libertados. Em 2013, foram efetuadas 3 visitas ao local, não se tendo ainda registado a colonização natural pela espécie.

No âmbito do pós-LIFE, a LPN pondera continuar a efetuar libertações de Peneireiros-das-torres neste local para tentar maximizar o potencial de colonização natural. Dada a distância a colónias existentes, o processo de colonização natural poderá ser mais lento que noutras estruturas idênticas já disponibilizadas pela LPN para esta espécie (nomeadamente em anteriores Projetos LIFE).

A meta de construção de uma torre de nidificação na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos foi, portanto, alcançada.

5.1.3.5. C.5. Implementação de um Programa de Recuperação para aves estepárias

O objetivo desta Ação é reunir pela primeira vez em Portugal num centro de recuperação de fauna as competências técnicas e as instalações necessárias adaptadas ao acolhimento, tratamento e recuperação de aves estepárias, que possuem especificidades de recuperação mais exigentes que outras espécies (nomeadamente a Abetarda e o Sisão que são muito vulneráveis ao manuseamento).

Os objetivos previstos para esta Ação foram alcançados, embora em 2012 tenha havido necessidade de efetuar uma alteração relativamente ao centro de recuperação a ser considerado centro de referência e para o pós-LIFE. Assim, a partir do início de 2012, a recuperação das aves passou a ser efetuada no RIAS (Centro de Recuperação e Investigação de Animais Selvagens), situado em Olhão (Algarve) e gerido pela Associação Aldeia.

Esta Associação tem um Protocolo com o ICNF para garantir o funcionamento e gestão deste Centro de Recuperação (que pertence fisicamente ao ICNF), com financiamento assegurado através da empresa ANA Aeroportos, pelo menos até 2017, o que permite assegurar uma continuidade de recursos humanos e logísticos especializados na recuperação de aves selvagens. Com a experiência adquirida com o Projeto LIFE Estepárias, concluiu-se a capacitação para aves estepárias, nomeadamente Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres, deste centro.

Em 2012, foram recolhidas para recuperação no RIAS 123 indivíduos: 120 crias de Peneireiro-das-torres, uma cria e um macho juvenil de Abetarda e uma fêmea adulta de Sisão. Destes, apenas foi possível efetuar a recuperação de 58 Peneireiros-das-torres e conseqüente devolução à natureza (Figura 18 no Anexo 7.3.1). O ano de 2012 registou o maior número de aves recolhidas para recuperação, devido a um maior esforço na vigilância mas também à ocorrência de uma onda de calor no pico de saída de crias do ninho (sendo que em apenas 3 dias se recolheram cerca de 60 crias de Peneireiro-das-torres). A cria recém-nascida que deu entrada, em Maio, com uma pata amputada por uma gadanheira durante o corte de feno (Figura 19 no Anexo 7.3.1), tendo sucumbido cerca de 1 mês depois. Em 2012, não deu entrada mais nenhuma ave destas 3 espécies noutros centros de recuperação portugueses.

Desde o início do Projeto LIFE Estepárias, ingressaram para recuperação 247 aves (60 em 2009, 42 em 2010, 22 em 2011 e 123 em 2012), das quais 240 Peneireiros-das-torres, 4 Sisões e 3 Abetardas, com uma taxa média de libertação de 49% (121 aves) para os 4 anos do projeto.

De referir que, em Abril de 2013 foi recolhido, na ZPE de Castro Verde, um macho adulto de Abetarda com um ferimento na asa (patágio), que foi recuperado no RIAS e que foi devolvido à natureza com sucesso. Esta recuperação é demonstrativa da aprendizagem adquirida tanto pelos técnicos da LPN como pelos técnicos do RIAS na reabilitação de uma espécie tão sensível como é a Abetarda.

Juntamente com este relatório segue o Relatório Anual da Ação C5 para 2012, onde consta toda a informação detalhada sobre esta Ação e que sumariza os 4 anos do Projeto LIFE Estepárias relativamente à recuperação de aves das espécies alvo do projeto.

5.1.3.6. C.6. Minimizar os impactes das linhas elétricas nas espécies alvo

Existem duas causas principais de mortalidade provocada pelas linhas elétricas na avifauna: colisão com cabos condutores e cabos de guia e eletrocussão nos apoios (i.e. postes de eletricidade). Estudos recentes demonstram que atualmente uma das ameaças mais preocupantes para Abetarda e Sisão é a colisão com linhas de eletricidade, que se estima ser responsável pela mortalidade de um elevado número de indivíduos desta espécie, anualmente. No caso do Peneireiro-das-torres, a ameaça associada às linhas elétricas está relacionada com a eletrocussão nos postes de eletricidade, que nalguns casos podem matar dezenas de indivíduos.

Esta Ação teve como objetivo minimizar o impacte de linhas elétricas na Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres, na ZPE de Castro Verde, e foi implementada pela EDP Distribuição Energia, SA em quatro fases (Tabela 9). No total foram corrigidos 39,9 km de linhas elétricas e 146 apoios, o que permitiu alcançar a meta prevista de 40km.

Tabela 9 - Extensão de linhas elétricas corrigidas na ZPE de Castro Verde, por ano.

	Fase de implementação das correções			
	km	%	Nº de Apoios	Observações
2009	6,20	15	36	Correção efetuada em Janeiro de 2010
2010	14,70	37	61	Correção efetuada em Janeiro de 2011
2011	17,50	44	49	Correção efetuada em Agosto e Setembro de 2011 (com exceção de um troço que só foi completado em Dezembro de 2011)
2012	1,50	4	-	Correção efetuada em Novembro de 2012
TOTAL	39,90	100%	146	

Relativamente à sinalização anti-colisão implementada, foram utilizados três tipos de sinalizadores para testar a sua eficácia na minimização da colisão de Abetarda e Sisão (Tabela 10 e Mapa 18 no ANEXO 7.2.2):

- BFB-Espirais duplas de duas cores: 9,80km
- FBF-Fitas: 14,9km
- FBF-Rotativos: 15,2km.

Em termos globais, foram implementados 3.818 sinalizadores, dos quais 578 BFD-Espirais duplas, 1.445 FBF-Rotativos e 1.795 FBF-Fitas. Os sinalizadores foram espaçados, para que de perfil a linha tenha sinalização de 10 em 10 metros. Desta forma, como estas linhas elétricas têm 3 cabos condutores, em cada cabo foi colocado um sinalizador a cada 30 m.

Para a minimização da eletrocussão efetuou-se o isolamento de 146 apoios (Tabela 10), com Manga isoladora preta e/ou Tubo de borracha cinzento. Os apoios em TAL (Triângulo Rígido), que

é considerada a tipologia mais perigosa para a Avifauna, foram praticamente todos isolados, totalizando 53 destes apoios. Os apoios em GAL (Galhardete) não são, regra geral, considerados tão perigosos para as aves como os apoios TAL. Ainda assim, em 7 dos troços corrigidos procedeu-se ao isolamento deste tipo de apoios para reforçar a sua segurança para as aves, nomeadamente dos apoios mais perigosos (seccionadores e transformação). Desta forma, foram intervencionados 93 apoios em tipologia GAL.

Com o Relatório de Progresso 2 seguiu um Relatório que resumiu as intervenções efetuadas em cada troço.

Tabela 10 - Troços de linhas elétricas corrigidas no âmbito da Ação C6, na ZPE de Castro Verde, em 2010 e 2012, com indicação do tipo de medidas anti-colisão e anti-eletrocussão implementadas.

	NOME	CÓDIGO	TIPOLOGIA	ANTI-COLISÃO		ANTI-ELECTROCUSSÃO
				EXTENSÃO (km)	SINALIZADOR	Nº APOIOS
A	Aljustrel	0211L3008300	TAL	5.40	BFD-Espirais duplas	35
B	Aljustrel Ramal	0201L30083k1	GAL	2.10	BFD-Espirais duplas	-
C	Albernoa	0201L2008500	GAL	3.30	FBF-Rotativos	-
D	Monte das Moiras-Pestanas	0206L2001669	GAL	1.70	FBF-Rotativos	-
E	Vale de Açor	0209L2001872	TAL	2.30	BFD-Espirais duplas	2
G	Corte Pequena	0209L20018B4	GAL	4.60	FBF-Fitas	19
H	Lagoa da Mó	0206L2001660	GAL	1.50	FBF-Rotativos	10
I	Mte da Chaminé	0206L2001661	GAL	0,13	FBF-Rotativos	1
J	Mourão-Barrigoa	0206L2001663	GAL	2.60	FBF-Rotativos	11
K	São Marcos	0206L2001858	GAL	5.00	FBF-Fitas	31
L	Apariça	0206L2001861	GAL	1.10	FBF-Fitas	5
M	Galeguinha	0206L2001857	GAL	2.70	FBF-Fitas	16
N	Rolão	0206L2001856	TAL	2.20	FBF-Rotativos	16
O	Namorados	0209L2001800	GAL	3.75	FBF-Rotativos	-
P	Monte Navarro	0209L20018C2	TAL	1,5	FBF-Fitas	Já estavam isolados
TOTAL				39,90		146

A eficácia dos três tipos de sinalizadores foi avaliada no âmbito da Ação E4, tendo-se concluído que os sinalizadores FBF Rotativos são os mais eficazes para reduzir a mortalidade de Abetarda e

Sisão (100%). Os sinalizadores FBF Fitas também apresentam uma redução significativa na mortalidade (67%) mas não são tão eficazes como os FBF Rotativos.

Durante o trabalho de monitorização desta Ação (3 anos), encontraram-se 270 vestígios de mortalidade, de 45 espécies, das quais o Sisão é a 2ª espécie com maior número de registos (n=29) e a Abetarda a 4ª espécie (n=18). Assim, verificou-se uma mortalidade média observada de 4,35 aves/km/ano (0,12 aves/km/ano para a Abetarda e 0,2 aves/km/ano para o Sisão), sendo de realçar que estes valores se referem apenas à mortalidade observada, pelo que os valores reais serão superiores, e que estão aqui incluídos todos os troços amostrados, ou seja, troços corrigidos que têm menor taxa de mortalidade.

5.1.4. Gestão do projeto e monitorização

5.1.4.1. E.1. Comissão de Acompanhamento Técnico-Científica

A 4ª Reunião da Comissão de Acompanhamento Técnico-Científica (CATC) realizou-se no dia 28 de Novembro de 2012, no Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho, em Castro Verde, tendo-se apresentado e discutido o trabalho desenvolvido durante 2012, o balanço final do projeto, os manuais de boas práticas e trabalhou-se em conjunto na elaboração do Plano de Conservação Pós-LIFE, integrando-se os diversos contributos efetuados pelos Conselheiros à versão prévia preparada pela LPN.

A constituição da CATC, Folha de Presenças da 4ª Reunião e as Actas da 3ª e 4ª Reuniões constam do Anexo 7.2.8. Esta Ação decorreu de acordo com o previsto.

5.1.4.2. Monitorização do Projeto

Esta Ação teve como objetivo a monitorização das ações de gestão do habitat do projeto. Os resultados mais significativos foram resumidos em cada uma das ações para facilitar a perceção dos resultados obtidos. Juntamente com este Relatório Final segue o Relatório Técnico Anual desta Ação.

5.2. Avaliação

No geral, o projeto conseguiu atingir todas as metas previstas, e em diversos casos foram inclusivamente ultrapassadas. Nalgumas ações foi necessário um alargamento temporal para a sua implementação. Um marco muito importante e significativo foi a aquisição de 168,4 hectares de novos terrenos para a proteção de Abetarda a longo prazo.

O estudo e teste da eficácia das alternativas de sinalização de vedações e de instalação de passagens para a fauna foram mais complexos e como estão muito dependentes dos ciclos biológicos das espécies (nomeadamente o período pós-reprodutor) foram mais morosos do que o previsto. Esta revelou ser uma temática que interessa muito aos agricultores e para a qual foi muito pertinente o projeto ter iniciado trabalho, pois permitiu, por um lado, demonstrar aos

agricultores que existe um impacto negativo decorrente de opções de gestão agrícola e, por outro lado, trabalhar para encontrar alternativas compatíveis que conciliem a atividade agrícola com a proteção das aves estepárias.

Dada a enorme extensão destas estruturas e muitas vezes existiam vedações paralelas que funcionam como autênticas armadilhas para a fauna, este tipo de intervenção deveria ser ponderado a uma escala de intervenção ainda maior do que o que foi alcançado com este projeto apesar das metas previstas terem sido ultrapassadas), através de uma ação de gestão concreta.

O trabalho com os gestores cinegéticos também foi muito revelador da disponibilidade existente para colaborar na conservação destas espécies ameaçadas, sendo notório que com algum apoio para a logística (nomeadamente aquisição de sementes) podem implementar medidas que contribuem para a manutenção do estado de conservação favorável destas espécies, até porque muitas das medidas que favorecem a direta e indiretamente Abetarda têm também um impacto positivo nas espécies de caça menor (Perdiz, Coelho e Lebre). Estas sinergias com caçadores e agricultores podem ser elementos chave para minimizar o impacto em anos de seca, contribuindo para o sucesso reprodutor destas aves.

O trabalho com a EDP Distribuição Energia, SA foi importante para demonstrar a especificidade da interação das aves estepárias com as linhas elétricas, tendo sido muito positivo o estudo de diferentes alternativas de sinalização anti-colisão que sejam eficazes especificamente para estas espécies. Este conhecimento deve ser agora aplicado em correções de outras áreas críticas para Abetarda e Sisão além das que já foram implementadas neste projeto (só a ZPE de Castro Verde tem cerca de 300km de linhas elétricas).

A capacitação de um centro de recuperação de fauna selvagem, integrado na Rede Nacional de Centros de Recuperação de Fauna e com funcionamento regular, para o tratamento destas espécies foi também essencial para que se possam recuperar os indivíduos destas espécies e minimizar a sua mortalidade.

Uma lacuna grande do projeto foi não ter sido possível trabalhar a componente associada à atividade agrícola, por haver alguma possibilidade de sobreposição com o PRODER, pelo que as medidas previstas na candidatura foram removidas na fase de avaliação. Assim, temáticas como o impacto do corte de fenos e possíveis soluções não foram aprofundadas ao longo deste tempo e continuam a ser um dos pontos de maior conflito entre a atividade agrícola e a conservação das aves estepárias (pois mesmo os aderentes às medidas agroambientais podem fazer corte de fenos numa proporção da área semeada com cereal). E nestas situações, o PRODER não é eficiente (a gestão das ELA está dependente de uma entidade estatal com uma administração muito burocrática), nem permite uma abordagem correta pois apenas permite subcontratações de empresas e montantes muito limitados de investimento para questões específicas (esta situação também se aplica aos financiamentos do FEDER).

Na Tabela 11 apresenta-se uma comparação entre os resultados alcançados e os objetivos previstos para cada Ação.

Na Tabela 12 é apresentada a listagem dos produtos esperados, com o prazo previsto na candidatura e a execução efetuada no projeto.

Tabela 11 – Comparação dos resultados obtidos face aos objetivos previstos para cada Ação do Projeto LIFE Estepárias.

Ação	Tarefa	Previsto	Efetuada	Avaliação
A1	Cartografia digital em SIG	sim	Efetuada	Cumprido no prazo previsto
	Relatório com cartografia	1 Relatório	1 Relatório, enviado com o Relatório de Progresso 1	Cumprido no prazo previsto
A2	Nº de contactos estabelecidos	20	49	Cumprido, com metas ultrapassadas, embora com atraso na execução
	Assinatura do 1º Contrato	Julho de 2010	Dezembro de 2010	Cumprido, embora com atraso
	Nº de Protocolos assinados	10 a 15	23 (11 com proprietários e 12 com Zonas de Caça)	Cumprido, com metas ultrapassadas, embora com atraso na execução
	Área de Protocolos com proprietários	300 a 450 hectares	3.729 hectares	Cumprido, com metas ultrapassadas, embora com atraso na execução
	Área de Protocolos com Zonas de Caça	1000 a 3000 hectares	18.221 hectares	Cumprido, com metas ultrapassadas, embora com atraso na execução
A3	Sinalização de vedações	4.000 metros	40.773m	Cumprido, com metas ultrapassadas, embora com atraso na execução
	Instalação de passagens em vedações	3.000 metros	28.156 metros (184 passagens)	Cumprido, com metas ultrapassadas, embora com atraso na execução
	Relatório com Boas Práticas para vedações	1 Relatório	1 Relatório, enviado com o Relatório Intercalar	Cumprido no prazo previsto
A4	Estudo Científico sobre o impacte das alterações climáticas nas espécies alvo do projeto	1 Relatório	3 Relatórios efetuados que se complementam (enviados com Relatório Intercalar, Progresso 2 e Final)	Cumprido no prazo previsto
	Relatório com Boas Práticas de mitigação das alterações climáticas	2 Relatório	2 Relatórios, enviado com Relatório Intercalar e Final	Cumprido no prazo previsto
	Teste de Boas Práticas para mitigar as alterações climáticas	sim	34 bebedouros testados (16 em funcionamento em 2012), construção de 21 muretes para aumentar a retenção de água e fomentar zonas de alimento naturais, 24 pontos de alimentação testados (18 em funcionamento em 2012)	Cumprido no prazo previsto
A5	Realização de uma Ação de Formação	1 Ação de Formação	2 Ações de Formação realizadas	Cumprido no prazo previsto

Ação	Tarefa	Previsto	Efetuada	Avaliação
B1	Aquisição de terrenos em áreas de parada de Abetarda	150 hectares	168,4 hectares	Cumprido, com metas ultrapassadas, embora com atraso na execução
B2/C2	Remoção de vedações	2 a 3 locais; 1.000 a 2.000 metros	3 locais com 2.036 metros	Parcialmente cumprido, pois uma das remoções implicou a instalação de passagens na vedação paralela à que foi removida
B3	Estabelecer ontrato de longo prazo para construção de torre de nidificação	1 Contrato	1 Contrato homologado	Cumprido, embora com atraso
C1	Instalação de bebedouros e de pontos de alimentação	2.000 a 3.000 hectares; 1/100 hectares	37 pontos de alimentação e 35 bebedouros	Cumprido no prazo previsto e com área de intervenção ultrapassada
	Construção de marouços	4 unidades	5 ilhas com 4 marouços cada (total de 20)	Cumprido no prazo previsto e meta ultrapassada
C3	Correção de vedações	sim	correção de 4.090 metros (84% das vedações existentes) e instalação de 2 portões adequados para as aves	Cumprido
	Remoção de vedações	sim	remoção 367 metros (incluídos na C2)	Cumprido
	Construção de torre de nidificação	1 torre	1 torre	Cumprido, embora com atraso
C4	Melhoramento do abeberamento	sim	instalação de 3 bebedouros e espalhamento de sementes	Cumprido
	Construção de torre de nidificação	1 torre	1 torre	Cumprido, embora com atraso
C5	Adaptação e capacitação técnica de um centro de recuperação de animais silvestres	sim	RIAS	Cumprido
	Recuperação de aves	sim	247 aves recolhidas das 3 espécies, das quais 121 devolvidas à natureza	Cumprido
C6	Relatórios Técnicos	4 relatórios	4 relatórios produzidos	Cumprido
	Correção de linhas elétricas	40 km	40 km corrigidos	Cumprido, embora com atraso

Ação	Tarefa	Previsto	Efetuada	Avaliação
D1	Caraterizar posições dos residentes	30 entrevistas e 3 reuniões de grupo	38 entrevistas e 3 reuniões de grupo (17 residentes)	Cumprido, embora com atraso
		600 inquéritos	600 inquéritos	Cumprido, embora com atraso
	Relatórios Técnicos	9 reuniões de Grupos de Discussão (com 15 a 24 residentes)	6 reuniões (2 por ZPE), com total de 49 residentes	Cumprido, embora com atraso
		3 relatórios	2 Relatórios, enviado com Relatório Intercalar e Final	Foi ajustado com o progresso do projeto
Minutas das reuniões	12 Minutas	9 minutas	As últimas reuniões em todas as ZPE não tiveram participantes suficientes	
D2	Workshop de Patologias, Tratamento e Recuperação de Aves Estepárias	Realização de Workshop	Realização de Workshop	Cumprido, embora com atraso, tendo a participação ultrapassado as expetativas
	Produção de materiais de comunicação e divulgação para Workshop	Folhetos (150), Cartazes (30) e Livro de Actas do Workshop (50)	Folhetos (150), Cartazes (30) e Livro de Actas Bilingue do Workshop (100)	Cumprido
D3	Seminário Conservação das Estepes Cerealíferas	Realização do Seminário	Realização do Seminário	Cumprido, embora com atraso, o que permitiu efetuar a sessão de encerramento do projeto e maximizar a divulgação dos resultados obtidos
	Produção de materiais de comunicação e divulgação	Folhetos (250), Cartazes (30) e Livro de Actas do Workshop (100)	Folhetos (250), Cartazes (30) e Livro de Actas do Workshop (120)	Cumprido
D4	Micro-site	Micro-site online	Micro-site online	Cumprido, embora o lançamento com atraso e havendo dificuldades no acesso para a manutenção e atualização

Ação	Tarefa	Previsto	Efetuada	Avaliação
	Pastas	5.000	5.000	Cumprido
	Autocolantes	25.000	total de 25.000, para 3 modelos diferentes para diferentes públicos-alvo	Cumprido
D5	Cartazes	1.000	1800 para as 3 espécies do projeto, 120 da Campanha das Aves Feridas, 80 do Concurso de BD	Cumprido
	Conto Infantil	2.000	2.500	Cumprido
	Brochura	10.000	2.500 em português e 1.000 em Inglês	Cumprido, embora com atraso
	DVD	250	250	Cumprido, embora com atraso
D6	Atividades de Educação Ambiental	6 a 8 apresentações do projeto 3 peças de teatro realizadas envolvimento das escolas	49 apresentações efetuadas 6 peças de teatro realizadas por alunos 1179 alunos, de 68 turmas de 20 escolas das quatro ZPE do projeto	Cumprido, ultrapassando as expetativas previstas
D7	Manuais de Boas Práticas	Agrícola (5.000) Cinegética (2.500)	Agrícola (5.000) Cinegética (2.500)	Cumprido, embora com atraso
D9	Notícias publicadas	10 artigos publicados na imprensa escrita 3 entrevistas na rádio e na TV 6 comunicados de imprensa	17 em jornais impressos e 29 na internet 14 entrevistas (7+7) 8 comunicados de imprensa	Cumprido
D10	Participação em eventos	1 a 2 apresentações em conferências ou seminários e 1 a 2 feiras 10 reuniões com atores locais	48 apresentações em seminários e atividades realizadas, 19 apresentações a instituições do ensino superior, 21 participações em eventos pelo menos 10 reuniões realizadas com Câmaras, Associações Locais e administração regional	Cumprido
D11	Painéis informativos do projeto Painéis informativos das Ações	4 20	6 painéis e 1 roll-up 34 painéis	Cumprido
D12	Relatório Layman	500 em Português e 500 em Inglês	800 em Português e 200 em Inglês	Cumprido, embora com atraso

Ação	Tarefa	Previsto	Efetado	Avaliação
E1	Reuniões da Comissão de Acompanhamento Técnico-Científica	4 reuniões	4 reuniões	Cumprido
E2	Relatórios do Projeto	5 relatórios	5 relatórios	Cumprido, embora com alguns atrasos
E3	Auditoria	Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria	Cumprido, embora com atraso
E4	Monitorização do projeto	4 relatórios	4 relatórios	Cumprido
E5	Plano de Conservação Pós-LIFE	1 Relatório	1 Relatório em Português e Inglês	Cumprido

Tabela 12 – Lista dos produtos esperados, com o prazo previsto na candidatura e execução efetuada no projeto

Produtos Esperados	Ação	Prazo previsto na candidatura	Execução Efetuada
Relatório com a cartografia disponível em SIG	A1	31 Dezembro 2009	Dezembro de 2009
Manual de Primeiros Socorros	A5	-	Dezembro de 2009
Manuais da Ação de Formação	A5	-	Dezembro de 2010
Relatório com os indicadores de previsão de atitudes face à aceitação das práticas de conservação	D1	31 Março 2010	Fevereiro de 2011
Relatório com as melhores práticas identificadas para melhoramentos em vedações	A3	31 Dezembro 2010	Fevereiro de 2011
Relatório de Progresso sobre medidas de mitigação face às alterações climáticas	A4	31 Dezembro 2010	Dezembro de 2010
Minutas da 1ª reunião com stakeholders online	D1	28 Fevereiro 2011	Dezembro de 2012
Manuais de Boas Práticas	D7	31 Dezembro 2011	Dezembro de 2012
Edição Especial da Revista “Liberne”	D9	31 Dezembro 2011	Março de 2012
Conclusão dos Protocolos de Gestão	A2	31 Julho 2012	Dezembro de 2012
Livros de Resumos dos Workshops	D2 / D3	31 Julho 2012	Livro de Actas do Workshop da Ação D2 concluído em Fevereiro de 2012 e do Seminário da Ação D3 em Novembro de 2012
Conclusão dos materiais de sensibilização	D5	31 Julho 2012	Dezembro de 2012
Relatório sobre o impacte das Alterações Climáticas na conservação das espécies	A4	31 Dezembro 2012	Relatório Inicial: Dezembro 2010 Relatório de Progresso: Dezembro 2011 Relatório Final: Dezembro 2012
Conclusão dos Relatórios Anuais do Gabinete de Apoio e Aconselhamento	A6	31 Dezembro 2012	Esta ação foi excluída do projeto
Conclusão dos Relatórios Anuais do Programa de Recuperação	C5	31 Dezembro 2012	1º Relatório: Dezembro 2009 2º Relatório: Dezembro 2010 3º Relatório: Fevereiro 2012 4º Relatório: Dezembro 2012
Minutas da Comissão de Acompanhamento Técnico-Científica	E1	31 Dezembro 2012	1ª Reunião (Aprovada): Dezembro 2010 2ª Reunião (Aprovada): Dezembro 2011 3ª Reunião (Aprovada): Dezembro 2012 4ª Reunião (Aprovada): Dezembro 2012
Relatórios do Projeto	E2	31 Dezembro 2012	Relatório Inicial: Outubro 2009 Relatório Progresso 1: Fevereiro 2010 Relatório Intercalar: Março 2011 Relatório de Progresso 2: Março 2012 Relatório Final: Agosto 2013
Relatórios de Monitorização Anuais	E4	31 Dezembro 2012	1º Relatório: Dezembro 2009 2º Relatório: Fevereiro 2010 3º Relatório: Fevereiro 2011 4º Relatório: Março 2013
Edição do Plano de Conservação Pós-LIFE	E5	31 Dezembro 2012	Dezembro de 2012
Edição do Relatório para Leigos (Layman Report)	D12	31 Dezembro 2012	Junho de 2013

Na Tabela 13 apresenta-se a listagem dos marcos previstos para o projeto ao longo da sua execução, com indicação da execução que se efetuou.

A Tabela 14 apresenta a Tabela Gantt, que sumariza temporalmente os progressos do projeto.

Tabela 13 – Marcos do projeto, com indicação da data prevista na candidatura e a execução efetuada no projeto.

Nome do Marco	Ação	Prazo previsto na candidatura	Execução Efetuada
Micro-site online	D4	Julho 2009	Versão temporária: Setembro 2009 Versão definitiva: Fevereiro 2010
1ª Newsletter do Projeto editada	D5	Julho 2009	Julho 2009
Identificação das áreas prioritárias de intervenção	A1	Dezembro 2009	Dezembro 2009
Inquérito sobre as atitudes das comunidades locais à conservação da natureza e desenvolvimento rural	D1	Fevereiro 2010	Fevereiro 2010
1º Protocolo de Gestão estabelecido	A2	Julho 2010	Dezembro 2010
Remoção das primeiras vedações em áreas de Parada Nupcial de Abetarda	B2 / C2	Setembro 2010	Março 2011
Conto Infanto-Juvenil produzido	D5	Dezembro 2010	Julho 2011
Área de Parada Nupcial de Abetarda adquirida	B1	Julho 2011	Fevereiro 2011
Parede de Nidificação para Peneireiro-das-torres construída	B3 / C4	Janeiro 2011	Junho 2012
1ª Minuta das Reuniões com Stakeholders	D1	Janeiro 2011	Dezembro 2012
1ª Peça de Teatro Infantil apresentada	D6	Junho 2011	Junho 2012
Apresentação pública do DVD-Vídeo	D5	Junho 2012	Novembro 2012

Tabela 14 – Tabela Gantt que sumariza o progresso das Ações do projeto (Legenda: X – indica o que está previsto na candidatura do projeto; ■ - indica a execução).

Ação Número e Nome	Progresso	2009				2010				2011				2012			
		I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Gestão Global do Projeto (entrega de relatórios)	Proposto			X		X				X				X			X
	Atual	■															
A. Ações preparatórias, elaboração de planos de gestão e/ou de planos de Ação:																	
A.1. Cartografia das áreas prioritárias para as espécies alvo e identificação dos gestores do território	Proposto	X	X	X	X												
	Atual	■															
A.2. Definição de Protocolos de Gestão para explorações agrícolas e para Zonas de Caça	Proposto			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
	Atual			■													
A.3. Identificação de boas práticas em vedações para minimizar impactes nas espécies alvo	Proposto		X	X	X	X	X	X	X								
	Atual		■														
A.4. Prever os impactes das alterações climáticas nas espécies alvo e definir medidas de mitigação	Proposto		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Atual					■											
A.5. Formação para aquisição de competências no manuseamento, tratamento e recuperação de Abetarda e Sisão	Proposto		X	X			X	X									
	Atual		■				■										
B. Compra/Aluguer de terrenos e/ou de direitos:																	
B.1. Compra de terrenos em áreas de elevada sensibilidade para Abetarda	Proposto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X						
	Atual	■													■		
B.2. Pagamentos de Compensação para a remoção de vedações	Proposto					X	X	X	X	X	X	X	X	X			
	Atual					■											
B.3. Aluguer de longa duração para a construção de Paredes de Nidificação	Proposto	X	X	X	X	X	X	X	X	X							
	Atual					■											
C. Medidas de conservação concretas:																	
C.1. Promover sinergias com gestores cinegéticos para a conservação da Abetarda e do Sisão	Proposto						X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Atual					■											
C.2. Proteção das áreas de parada nupcial de Abetarda	Proposto						X	X			X	X				X	X
	Atual									■						■	
C.3. Gestão do habitat nos terrenos adquiridos	Proposto				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Atual								■								
C.4. Nova Parede de Nidificação para colónia de Peneireiro-das-torres	Proposto			X	X	X	X	X	X	X							
	Atual					■								■			
C.5. Implementação de um Programa de Recuperação para aves estepárias	Proposto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Atual	■															
C.6. Minimizar os impactes das linhas elétricas nas espécies alvo	Proposto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Atual	■															

5.3. Avaliação dos benefícios de longo prazo

O Projeto LIFE Estepárias representou um contributo para a implementação das Diretivas Europeias Aves e Habitats e para a consolidação da importância da Rede Natura 2000 e, concomitantemente, para a conservação da natureza e da biodiversidade em Portugal e na Europa.

Um dos aspetos mais importantes, sobretudo numa perspetiva de longo prazo, é a custódia de terrenos por parte da LPN, que ficam permanentemente afetos para a conservação da natureza, em particular das aves estepárias como a Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres. Desta forma, contribui-se ativamente para manter o estatuto de conservação favorável destas espécies e do habitat de que dependem, protegendo-se a biodiversidade Europeia e evitando a perda de espécies na Europa (objetivo de estancar a perda de biodiversidade até 2020).

As torres de nidificação são uma solução que permite assegurar a longo prazo a reprodução do Peneireiro-das-torres, compensando eventuais colónias naturais que possam desaparecer nos anos vindouros. Acresce que a durabilidade dos investimentos efetuados e a manutenção reduzida e de baixo custo que este tipo de estruturas requer, minimiza a necessidade de investimentos posteriores.

Através das ações de demonstração efetuadas com as vedações e com os pontos de abeberamento e alimentação suplementar, consolidou-se as sinergias entre a conservação da natureza e as atividades agrícolas e cinegéticas. Estas temáticas têm articulação com as políticas Europeias e nacionais de desenvolvimento rural e trazem valor acrescentado em termos de conhecimento sobre as formas de gestão sustentável do território, que podem agora ser replicadas pelos atores locais numa escala maior e noutros locais.

Dada a mortalidade causada por colisão com linhas elétricas na Abetarda e no Sisão, os testes efetuados para determinar a eficácia de sinalizadores anti-colisão especificamente para estas espécies, foi uma das aprendizagens mais importantes, que pode agora ser replicada mais amplamente em Portugal e noutros países onde estas espécies ocorrem.

Este projeto LIFE demonstrou também que a conservação da natureza traz benefícios para os territórios Natura 2000, pois as ações de gestão do habitat implementadas (como a correção de vedações e de linhas elétricas, a construção de torres de nidificação) representam novas oportunidades de negócio, nomeadamente para as empresas locais que podem especializar-se na prestação destes serviços específicos.

Um dos efeitos sócio-económicos mais importantes destes projetos é que demonstram, que em associação com boas medidas agroambientais, se pode contribuir em simultâneo para a proteção da biodiversidade numa área da Rede Natura 2000 e para o combate à desertificação (unindo esforços de duas Convenções das Nações Unidas – Biodiversidade e Desertificação - conforme sugerido na Conferência do Rio), incluindo aqui a perspetiva de minimizar o despovoamento e abandono rural dos territórios mais interiores e desfavorecidos e maximizar a viabilidade das comunidades.

A sensibilização efetuada, nomeadamente com os públicos mais jovens, contribuiu para que as comunidades locais, tenham um maior sentimento de pertença relativamente a estas espécies, compreendendo melhor a importância de as conservarmos e de mantermos este património para as gerações futuras. Assim, com este projeto contribuiu-se para aumentar a consciência social sobre os benefícios da Rede Natura 2000 e a proteção das espécies ameaçadas da Europa.

As tendências populacionais destas três espécies parecem ser otimistas, com exceção da situação na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos onde urge implementar medidas agroambientais corretas e adequadas para assegurar o estado de conservação favorável destas aves. No entanto, há que realçar que a ZPE de Castro Verde continua a ser o principal local de ocorrência para estas três espécies em Portugal, o que torna as populações nacionais muito vulneráveis a acontecimentos estocásticos que possam ocorrer.

Algumas das ações iniciadas com este projeto poderão ter continuidade com financiamento no Programa de Desenvolvimento Rural (como é o caso das vedações), mas para outras situações será necessário encontrar fontes de financiamento privadas que permitam implementar futuras intervenções (correção de linhas elétricas, por exemplo). O Plano de Conservação Pós-LIFE abordou estas questões e estabeleceu algumas das intervenções que se devem continuar a implementar, quem são os parceiros que estarão envolvidos e quais as possíveis fontes de financiamento.

Como indicadores do sucesso deste projeto teremos as tendências populacionais das espécies-alvo para cada ZPE, a ocupação das torres de nidificação, a continuidade das medidas de abeberamento e alimentação suplementar pelos gestores cinegéticos e o aumento de linhas corrigidas com os sinalizadores mais eficazes.

5.4. Disseminação

As Ações de sensibilização do Projeto LIFE Estepárias tiveram como objetivo diminuir o desconhecimento sobre as três espécies-alvo do projeto, melhorando o envolvimento e participação dos cidadãos na conservação destas aves ameaçadas.

Estas Ações foram estruturadas para alcançar diferentes públicos-alvo, nomeadamente:

- Comunidades locais;
- Técnicos de conservação da natureza, agricultura, sociologia e ordenamento do território;
- Alunos (de todos os graus de ensino), professores e comunidade parental;
- Gestores do território como agricultores, proprietários e caçadores;
- Decisores e gestores de políticas;
- Meios de comunicação social;
- Público em geral.

Em todos os equipamentos e terrenos adquiridos, materiais produzidos e apresentações efetuadas foram incluídos os logotipos do LIFE e da Natura 2000.

Os produtos previstos no projeto foram todos concluídos pela LPN, nomeadamente:

- Construção e manutenção do Website (www.lifeesteparias.lpn.pt);
- Produção de um DVD vídeo (250);
- Painéis informativos: sobre o projeto em cada ZPE (6), identificação dos terrenos adquiridos (2), das ações no terreno (10 das vedações, 9 das linhas elétricas, 2 das torres de nidificação, 1 da recuperação de aves, 12 das sinergias com a cinegética);
- Produção da brochura do projeto em Português (2.500) e Inglês (1.000);
- Produção dos Livros de Atas do Workshop (100), bilingue em Português e Inglês e do Seminário, impresso em Português (120) e bilingue na versão disponibilizada online;
- Produção de Folhetos trípticos do Workshop (150) e do Seminário (200);
- Produção de Cartazes: para as espécies do projeto (1.800), para as aves feridas (120), para o Concurso de Banda Desenhada (80), para o Workshop (30) e para o Seminário (30);
- Produção de Autocolantes: 3 desenhos diferentes (25.000);
- Produção de Manuais de Boas Práticas para agricultores (5.000) e para gestores cinegéticos (2.500);
- Produção de 8 Newsletter (média de 2.500 cada edição), com regularidade semestral;
- Produção de uma edição especial da Revista Liberne (2.000);
- Produção de pastas (5.000);
- Produção de um conto infantil (2.500);
- Produção de ilustrações para os materiais (conto, manuais de boas práticas, autocolantes);
- Cedência de fotografias das três espécies por vários fotógrafos de natureza.

Em termos das atividades de comunicação, uma das dificuldades sentidas foi não se dispor na equipa de um técnico especializado de comunicação que pudesse concentrar-se nos materiais a produzir, atualização do micro-site, elaboração de notícias frequentes e estabelecimento de contatos com os meios de comunicação social. Assim, este trabalho foi efetuado pela equipa do projeto da LPN, cujos técnicos não são da área de comunicação e que tinham a responsabilidade da implementação das ações de gestão do habitat no terreno.

Numa tentativa de facilitar a produção e uniformizar a imagem dos materiais de comunicação do projeto, efetuou-se um concurso para selecionar uma empresa que ficasse responsável pela produção de todos os materiais de comunicação (com exceção do DVD e dos painéis). Infelizmente, houve muitas dificuldades para a empresa selecionada conseguir

responder às solicitações efetuadas, sobretudo na qualidade do design dos materiais, o que obrigou a muitas revisões e tornou os processos muitíssimo morosos.

5.4.1. Balanço das atividades de disseminação por ação

5.4.1.1. D.1. Implementação de um programa de participação pública

Os objetivos propostos para esta Ação consistiam em consultar atores locais relevantes para a compreensão das reações das comunidades locais às regulamentações e práticas de conservação da natureza e das aves estepárias e promover o envolvimento destes elementos da comunidade na conservação do ecossistema pseudo-estepário.

Dada a proximidade entre a ZPE de Castro Verde e de Piçarras, para esta ação foram consideradas em conjunto.

Para caracterizar de forma detalhada as posições dos atores locais em relação ao seu quotidiano enquanto residentes em zonas Natura 2000, foram conduzidas 38 entrevistas e três reuniões de grupo entre Setembro e Dezembro do primeiro ano de execução do projeto. A proposta inicial de efetuar um total de 30 entrevistas individuais foi revista após uma análise preliminar das entrevistas realizadas na primeira área de intervenção. De modo a garantir a riqueza e diversidade de posições que constituem o *corpus* de análise, considerou-se necessário aumentar ligeiramente o número de entrevistas realizadas em cada ZPE. Este aumento da amostra teve como consequência o prolongamento do período de recolha de dados, que se estendeu até ao início de Dezembro de 2009. Durante o primeiro trimestre de 2010 foram efetuadas as análises do material textual que resultou desta recolha, com recurso à técnica de análise de conteúdo. Durante este período foram também redigidos os resumos das três reuniões de grupo. Estes resumos, depois de validados pelos participantes, foram colocados no micro-site do projeto durante o primeiro semestre de 2010. Uma primeira versão das análises efetuadas foi apresentada no VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, que teve lugar em Braga, entre 4 e 6 de Fevereiro de 2010.

A Tarefa 2 - a realização de um inquérito junto de uma amostra representativa das principais freguesias em cada ZPE abrangida pela área de atuação do projeto – teve início em Dezembro de 2009, com a seleção e consulta de estudos anteriores relevantes. O questionário foi construído com base nesta revisão de literatura e nos resultados das análises efetuadas ao material qualitativo resultante das entrevistas e reuniões. Com base nos resultados da pesquisa qualitativa e na literatura da psicologia social e do ambiente, foi construído o questionário que serviu de base ao inquérito às populações residentes nas áreas de atuação do projeto. O inquérito decorreu entre 23 de Fevereiro e 18 de Abril de 2010 e deste resultaram 600 entrevistas válidas. Os resultados deste inquérito permitiram sistematizar as posições encontradas dentro das comunidades e as diferenças entre as três

zonas de implementação do projeto. Foi cumprido o prazo proposto para o primeiro marco (*milestone*) desta Ação: lançamento do inquérito em Fevereiro de 2010.

O trabalho de campo relativo ao inquérito, efetuado pela empresa TNS, prolongou-se por mais três semanas do que o prazo inicialmente previsto, devido a dificuldades inerentes à metodologia utilizada, nomeadamente a reduzida taxa de resposta. Daqui resultou que a análise de dados e a redação do relatório sofressem um atraso relativamente ao prazo proposto na candidatura. Este atraso levou a uma sobreposição de atividades com outros projetos em que a equipa do CIS está envolvida, como é o caso do projeto LIFE+ Habitat Lince Abutre (LIFE08 NAT/P/000227), condicionando a apresentação do relatório conjunto das Tarefas 1 e 2. O relatório da Fase I foi entregue com atraso, no final de Fevereiro de 2011 (*milestone* Março 2010), tendo seguido com o Relatório Intercalar.

O relatório da Fase I serviu de base para a definição dos objetivos específicos para a última parte da ação. Os resultados anteriores indicavam haver níveis de envolvimento cívico e empenhamento pessoal nestas matérias ainda pouco expressivos, embora as populações locais manifestem interesse em ter mais acesso à informação sobre estas matérias. Além disso, alguns grupos locais consideram que as leis que regulam a conservação da biodiversidade são pouco flexíveis e gostariam que houvesse mais abertura para negociação e participação nas decisões sobre as zonas protegidas e a conservação da natureza a nível local. Em consequência, na Tarefa 3 as reuniões de grupo foram orientadas para a consulta das comunidades locais relativamente a formas concretas de envolvimento e participação cívica na conservação do ecossistema pseudo-estepário. O início desta tarefa foi, assim, adiado cerca de seis meses relativamente ao marco previsto na candidatura (*milestone* Janeiro 2011).

Durante o primeiro semestre de 2011 realizaram-se seis das nove reuniões de grupo previstas. Após um intervalo para analisar as primeiras reuniões, em Setembro retomaram-se os contactos para efetuar as três últimas reuniões. No entanto, apesar de terem sido marcadas e ter havido deslocação da bolseira para realizar duas reuniões, estas não ocorreram por falta de participantes. Considerou-se que este insucesso na realização da tarefa resultou de dois fatores: por um lado, foi-nos dito que seria uma altura do ano em que proprietários e agricultores tinham muitas atividades em curso, e portanto menor disponibilidade para colaborar neste tipo de tarefa; por outro, constatámos haver alguma saturação das populações locais face a múltiplos contactos do mesmo género, por parte de vários projetos e interlocutores, relatados por vários participantes. Assim, optou-se por adiar o término da ação para 2012, utilizando o final do ano de 2011 para transcrever, resumir e analisar as reuniões já efetuadas.

As nove reuniões realizadas contaram com a presença de 49 membros das comunidades locais (14 na ZPE de Castro Verde e Piçarras, 15 na ZPE do Vale do Guadiana e 20 na ZPE em Mourão/Moura/Barrancos), tendo contribuído para a sua auscultação no âmbito do projeto, mas também para o desenvolvimento ou fortalecimento das relações entre estes participantes. A metodologia escolhida, grupos de discussão focalizada, e a estrutura do guião proporcionavam a troca de ideias e de pontos de vista entre os participantes, sendo

valorizada a diversidade e o relato de experiências. No final das reuniões, os participantes muitas vezes continuavam a conversar e trocavam contactos entre si; além disso, em geral o feedback dos participantes foi de que estes eram espaços úteis para conhecerem outros pontos de vista e poderem expressar a sua opinião. Optou-se por apresentar publicamente os resumos apenas quando todos fossem validados pelos participantes, para evitar que os conteúdos das primeiras reuniões interferissem demasiado com os das últimas. Isso resultou no adiamento do cumprimento desta meta (*deliverable* Fevereiro 2011). Os resumos e relatório final desta atividade foram concluídos em Janeiro de 2013 e disponibilizados no micro-site.

Os resultados revelaram que os residentes consideram que é importante conservar a natureza porque esta tem valor intrínseco, porque isso valoriza os recursos locais e contribui para a qualidade de vida na zona. Mas, consideram também que – para a conservação - há falta de subsídios, dinheiro e apoios, políticas desajustadas, desarticuladas e descontinuadas e que falta envolver atores locais e comunidade.

Os resultados revelaram ainda que:

- As aves estepárias são mais conhecidas nas zonas de Castro Verde e Vale do Guadiana do que em Mourão e Moura. A abetarda é, além disso, mais conhecida em Castro Verde do que no Vale do Guadiana. Esta é também a ave com que os participantes no geral estão mais familiarizados;
- Os motivos para conservar e o apoio a práticas de conservação das aves são em muito determinados pela posse de propriedade;
- São os motivos para conservar e o envolvimento cívico na conservação da natureza que melhor preveem o apoio às práticas de conservação;
- Existem práticas de conservação destas aves que são consensuais:
 - EDP colocar sinalizadores nas linhas elétricas;
 - Cultivar parcelas de cereal de sequeiro alternados com pastagens;
- Existem práticas menos consensuais
 - Evitar plantar olival/vinha/floresta em áreas agrícolas;

Por fim, os resultados revelaram ainda que em relação a práticas de envolvimento cívico na proteção da natureza, “Dar opinião”, “Tentar entender as leis”, “ler as notícias” são muito praticadas, mas “Ir a reuniões” é algo pouco frequente.

5.4.1.2. D.2. Organização do Workshop “Patologias, tratamento e recuperação de Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres”

Este Workshop realizou-se em Fevereiro de 2012, em Castro Verde, tendo sido enviada informação detalhada sobre o mesmo no Relatório de Progresso 2. Para este evento preparou-se um cartaz, folheto de divulgação e o Livro de Atas bilingue em Português e

Inglês (que seguem em Anexo). Para o Livro de Atas estavam previstos 50 exemplares, mas imprimiram-se 100 e disponibilizou-se online no micro-site, em conjunto com as apresentações efetuadas.

Sendo um tema tão específico, a participação no Workshop superou largamente a esperada, tendo-se contado com um total de 64 participantes, dos quais 16 estrangeiros (Espanha foi o país estrangeiro com mais participantes). A elevada participação no Workshop demonstrou o interesse existente nesta área da biologia e da medicina da conservação e, em concreto, na recuperação de aves silvestres, como os otitídeos e os falconídeos.

Foi também uma oportunidade para consolidar conhecimentos e experiências dos técnicos do projeto e dos técnicos do RIAS.

5.4.1.3. D.3. Organização do Workshop “Conservação do ecossistema pseudo-estepário”

O Seminário “Conservação das Estepes Cerealíferas” decorreu nos dias 7 e 8 de Novembro de 2012, em Castro Verde, no Cineteatro Municipal (Figuras 20 e 21 no Anexo 7.3.1).

Teve como objetivo atualizar e promover o intercâmbio de conhecimentos sobre estes ecossistemas e as aves ameaçadas associadas. Foi também a sessão de encerramento do Projeto LIFE Estepárias, onde foram apresentados os resultados obtidos nas Ações de gestão do habitat.

Este Seminário teve como público-alvo biólogos, técnicos de conservação da natureza, investigadores na área da Biologia da Conservação e Agronomia, agricultores, agentes locais, técnicos de desenvolvimento local e funcionários das autoridades nacionais, regionais e locais, e público em geral.

Para este evento preparou-se um cartaz (30 exemplares) e folheto de divulgação (250 exemplares) e o Livro de Atas (120 exemplares impressos em Português - embora estivessem previstos 100 - e versão bilingue em Português e Inglês disponibilizada online), que seguem em Anexo. A língua oficial foi o Português dado que se pretendia alcançar um público nacional, apesar de terem sido apresentadas 3 comunicações em Castelhana.

O Seminário foi composto por três painéis principais com os temas (i) Ecologia das Espécies, (ii) Projeto LIFE Estepárias e (iii) Gestão do Habitat (Anexo 7.3.3). Entre os oradores estiveram investigadores nacionais e representantes de vários projetos LIFE desenvolvidos em três regiões de Espanha (Extremadura, Andalucía e Castilla y León). A sessão de abertura contou com o Diretor Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo e o Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde e a sessão de encerramento com a Assessora da Ministra de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Após as apresentações do dia 7, foi realizada uma breve Homenagem de Agradecimento, tendo sido reconhecidas as entidades e particulares que colaboraram com empenho na concretização deste Projeto LIFE, através da entrega de certificados de colaboração e de

aguarelas com as espécies-alvo do projeto. Também no dia 7 foi inaugurada a exposição “art&penas”, no Cineteatro, com um conjunto de trabalhos realizados pelas diversas turmas que participaram nas Ações de educação ambiental no decurso do projeto, bem como com a presença das ilustrações originais do conto infantil ilustrado “As Aventuras de D. Berta, Sansão e Julião”, de Rui Sousa (no 7Arte Café/Bar, que também foi o local de realização das pausas para café). No final do dia 7, efetuou-se também a comemoração do 20º aniversário do Programa LIFE.

Na noite de dia 7, pelas 21h30, foi apresentada uma peça de teatro infantil pelo Grupo de Teatro da Associação Regina Cordium de Apoio à Integração, numa dramatização do conto infantil “As Aventuras de D. Berta, Sansão e Julião”, à qual assistiram cerca de 90 pessoas, entre participantes e oradores do Seminário, crianças das várias escolas de Castro Verde e familiares.

Para divulgar este evento, foram colocados 30 cartazes em Universidades e Institutos nacionais, distribuídos 200 folhetos em Associações, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, Bibliotecas e enviados conjuntamente com convites diretos por carta para as várias entidades. Foram ainda enviados centenas de e-mails através das mailing-list da LPN e contactos dos técnicos, realizada a divulgação online no site da LPN, no micro-site do Projeto LIFE Estepárias e página do Facebook da LPN. Várias foram as entidades que se associaram à divulgação deste evento, como o programa LIFE, o ICNF, a CMCV, a REN S.A. (na sua rede interna), a plataforma Naturlink ou a SPEA, para além de vários meios de comunicação social. Numa pesquisa rápida realizada através do motor de busca Google, foram contabilizados 13 artigos divulgativos do evento e 9 notícias sobre o mesmo, publicados pelas mais diversas entidades e meios de comunicação social.

O seminário contou com a presença de mais de 100 participantes. O número de presentes, bem como, a representatividade das entidades relacionadas com o tema deste Seminário demonstrou o interesse despertado pelas temáticas discutidas. Tendo em consideração toda a divulgação efetuada, as expectativas de participação ficaram um pouco aquém do esperado, apesar de se ter alcançado o número mínimo previsto, tendo sido perceptível que os constrangimentos económicos existentes terão condicionado a participação (nomeadamente de funcionários governamentais locais, regionais e nacionais).

No final do Seminário, disponibilizou-se no micro-site do projeto as apresentações efetuadas e a versão bilingue do Livro de Actas.

5.4.1.4. D.4. Website do projeto (micro-site)

O micro-site esteve online oficialmente em www.lifeesteparias.lpn.pt desde Abril 2010, embora já estivesse em funcionamento desde Fevereiro.

Em 2012 procedeu-se a uma atualização dos conteúdos em Português com a respetiva atualização na versão em Inglês. Desde que esteve online até ao final do projeto

contabilizaram-se 9231 visitas (Tabela 15), de 64 países (Mapa 19 no Anexo 7.2.2), embora a grande maioria tenha sido de Portugal.

Tabela 15 – Resumo do número de visitantes no micro-site do projeto, para cada ano do projeto e para a totalidade do projeto.

	N.º de Visitantes 2010 - 2012			TOTAL
	2010	2011	2012	
Total	892	3229	5110	9231
Média Mensal	38	154	243	
Média Diária	2,9	8,8	14,0	

Apesar do aumento de visitas que se verificou no último ano do projeto, em termos de visitação do micro-site, os resultados obtidos ficaram aquém das expectativas. Nem sempre foi fácil a dinamização muito ativa do site, pois o funcionamento de back-office para carregamento de informação teve sempre problemas associados. Uma das dificuldades do carregamento de informação foi a velocidade de ligação de internet (que no escritório de Castro Verde é com rede móvel, pelo que é mais lenta e com mais oscilações), que dificultou muito o trabalho. Acresce que o próprio funcionamento do back-office é relativamente complexo, limitando o número de pessoas que conseguiam carregar a informação, tendo sido mais complicado proceder às atualizações necessárias.

Uma outra explicação para este número de visitação tão baixo pode dever-se à utilização de outras plataformas (como o portal da LPN, Facebook da LPN e newsletter digital da LPN onde foram publicadas notícias regulares do projeto) e da newsletter semestral do projeto, que permitiram visualizar alguma informação do projeto, sem ter que obrigatoriamente consultar o site do projeto (sendo que este tipo de visualizações não foi contabilizado).

Como os associados da LPN receberam semestralmente informação por correio do projeto, tal poderá ter contribuído também para uma menor necessidade de consulta do micro-site.

5.4.1.5. D.5. Produção dos materiais de sensibilização

Os materiais de comunicação previstos no âmbito desta Ação foram produzidos e seguem com este relatório, nomeadamente:

- Pasta - foram produzidos 5.000 exemplares (conforme previsto);
- Autocolantes - foram produzidos 25.000 exemplares (conforme previsto) de 3 versões: duas versões para um público juvenil e uma para um público adulto;

- Cartazes - foram produzidas 5 versões: Concurso de BD (80 exemplares), Campanha das aves feridas nas ceifas (120 exemplares) e três espécies do projeto (1800 exemplares para as três espécies), sendo que estavam previstos 1000 exemplares de cartazes;
- Conto infantil – foram produzidos 2.500 exemplares (estavam previstos 2.000 exemplares);
- Brochura do projeto - foi produzida uma versão em Português (2.500 exemplares) e outra em Inglês (1.000 exemplares). Para compensar o aumento de páginas e o aumento de custos na impressão foi necessário reduzir o número de exemplares produzidos;
- DVD – foram produzidos 250 exemplares (conforme previsto), com voz-off em Português e legendagem em Inglês (segue em anexo);
- Newsletters do projeto – foram produzidas as 8 edições previstas no projeto (Anexo 7.3.2). Estava prevista a impressão de 3.000 exemplares por edição, contudo, o número variou em função das edições (em função do nº de associados com moradas atualizadas), tendo sido impressas uma média de 2.500 exemplares para as 8 edições, que foram enviadas por correio para os associados da LPN. Além da versão impressa todas as edições da Newsletter foram também enviadas por mailing eletrónico para os associados e contatos da LPN (cerca de 5.000 contatos) e anunciadas no FB da LPN.

Relativamente ao DVD, verificou-se alguma in experiência por parte da realizadora na produção de vídeos do tipo documentário de natureza (associado ao facto de estar ausente de Portugal com muita frequência), que dificultaram a produção e que exigiram um acompanhamento por parte da equipa do projeto muito superior ao que tinha sido previsto. Como se conseguiu incluir a legendagem em Inglês do voz-off, este DVD foi e poderá ser, apesar de tudo, uma ferramenta de divulgação útil (foi tanto durante o projeto como no pós-LIFE).

O conto infanto-juvenil foi um grande sucesso, tendo tido muita aceitação por parte do público-alvo (crianças dos 3 aos 12 anos) e potenciou a realização de atividades de educação ambiental adicionais, através de sessões de leitura do conto nas escolas e noutras iniciativas organizadas pela LPN, nomeadamente as duas apresentações efetuadas em Lisboa no Museu Nacional de História Natural e Ciência em Lisboa e na Feira do Livro da Primavera no Campo Branco em Castro Verde (Figuras 22 e 23 no Anexo 7.3.1).

Apesar das dificuldades na conceção da brochura, o resultado final obtido é positivo, tendo-se tido um bom retorno da sua divulgação. A Associação de Agricultores do Campo Branco solicitou exemplares para entregar aos agricultores durante o período das candidaturas aos apoios agrícolas.

Vários fotógrafos de natureza (Faísca, Iván Vásquez, Luís Quinta, Luís Venâncio, Nuno Lecoq, Ricardo Guerreiro, Rui Cunha e Yves Adams) cederam gentilmente fotografias suas à LPN

para a elaboração dos materiais do projeto. As ilustrações necessárias para os materiais do projeto foram contratadas a Helena Passos, Rui Sousa, Pedro Fernandes e Rita Nunes.

5.4.1.6. D.6. Atividades de Educação Ambiental com as escolas

Esta Ação teve como objetivo catalisar o envolvimento das comunidades locais com as espécies do projeto, através dos alunos das 4 ZPE do projeto, para haver um reconhecimento do seu valor e importância de conservação.

Esta Ação decorreu durante 3 anos letivos (2009/10, 2010/11 e 2011/12), tendo-se procurado envolver os alunos de uma forma continuada ao longo do projeto e haver uma maior consolidação dos conhecimentos adquiridos. No entanto, esta situação não foi sempre possível, pois houve alterações nas escolas e nas turmas e alguns professores não tiveram disponibilidade para desenvolver as atividades mais complexas propostas pelo projeto (como a Banda Desenhada e a Peça de Teatro). Assim, o número de alunos e de turmas variou em cada ano letivo.

Para o ano letivo 2011/12, as atividades de Educação Ambiental estiveram relacionadas com a realização das peças de teatro e com sessões de leitura do conto infantil.

Relativamente à preparação das peças de teatro, entre Outubro de 2011 e Janeiro de 2012, conforme previsto na candidatura, foram realizadas as sessões de expressão dramática para os docentes e alunos, com a colaboração da companhia de teatro “ArtePública”. Nestas sessões foram dadas ferramentas a professores e alunos, para que pudessem trabalhar/transformar o conto infantil do projeto “As Aventuras de Dona Berta, Sansão e Julião” numa peça de teatro ou numa outra forma de expressão artística que consiga passar as mensagens de conservação das aves estepárias focadas no conto infantil.

No total foram realizados 7 workshops: 4 com alunos e 3 com professores. As sessões para os Docentes foram realizadas em Castro Verde, com a inclusão de duas professoras de Ourique, em Barrancos e em Mértola (incluiu também uma professora de S. Miguel do Pinheiro). Com os alunos foram realizadas sessões em Mértola, Moura, Aljustrel e S. Miguel do Pinheiro (Freguesia de Mértola). No total participaram nestas sessões 14 professores e 64 alunos.

Das 13 turmas que tinham iniciado a preparação das peças de teatro, apenas 7 turmas fizeram a sua apresentação ao público (uma peça de teatro envolveu duas turmas e uma das turmas apresentou a peça duas vezes): 4 da ZPE de Castro Verde, 1 da ZPE do Vale do Guadiana e 1 da ZPE de Mourão/Moura/Barrancos. Estas peças de teatro foram todas integradas nas Festas de Fim de Ano das respetivas escolas, tendo sido apresentadas perante os restantes alunos da escola, professores, pais e encarregados de educação, pelo que alcançaram um público bastante mais vasto (terá rondado pelo menos 850 pessoas). Nalguns casos os pais e encarregados participaram também na conceção do guarda-roupa.

Nas peças de teatro de Castro Verde, uma das professoras elaborou um hino com base no conto e uma música da cantora Shakira, cujo vídeo dos alunos segue em anexo no CD.

No ano letivo 2011/12, houve uma redução no número de alunos que acompanharam o projeto. Em parte deve-se à alteração curricular que eliminou a disciplina de “Área Projeto”, onde este tipo de atividades estava a ser desenvolvido, sendo difícil a integração das atividades no plano curricular das outras disciplinas, o que dificultou a inserção das atividades nos planos curriculares.

Para colmatar esta situação, considerou-se oportuno maximizar o conto infantil que foi desenvolvido no projeto, tendo-se realizado sessões de leitura a turmas que ainda não tinham participado nas atividades do projeto. Desta forma, foi possível efetuar atividades de educação ambiental com mais 17 turmas (15 sessões de leitura porque algumas abrangeram duas turmas em simultâneo), com cerca de 333 alunos, que envolveram também alunos do pré-escolar.

Ao longo do projeto, efetuaram-se 49 apresentações do projeto, com 25 saídas de campo realizadas, 12 atividades sobre a recuperação das aves, realização do Concurso de Banda Desenhada, a apresentação de 6 peças de teatro e 15 sessões de leitura do conto (Tabela 16). No Seminário de encerramento do projeto (Ação D3) efetuou-se uma exposição com todos os trabalhos desenvolvidos pelos alunos que participaram no projeto.

Tabela 16 – Resumo com o número de atividades e de alunos efetuadas na Ação D6, durante o Projeto LIFE Estepárias.

	Ano Letivo			TOTAL
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	
N.º de Reuniões de divulgação do projeto	10	4		14
N.º de reuniões com Associações e outras Instituições ligadas à comunidade escolar	3	2	7	12
N.º de apresentações do projeto a alunos	15	33	1	49
N.º de visitas de campo realizadas	9	15	1	25
N.º de Visitas ao CARAS		4		4
N.º de Visitas “O CARAS vai à Escola”		8		8
N.º visitas de acompanhamento dos projetos realizados pelos alunos	4	3	13	21
N.º de atividades de educação ambiental <i>ad-hoc</i>	3	2	2	7
N.º de <i>workshops</i> de expressão dramática			7	7
N.º de sessões de leitura do conto “As Aventuras de D. Berta, Sansão e Julião”			15	15
N.º de Apresentações públicas da dramatização do conto “As Aventuras de D. Berta, Sansão e Julião (incluindo peça de teatro Regina Cordium)			6	6

Ao longo do projeto participaram nas atividades do projeto, um total de 1179 alunos, de 68 turmas, de 20 escolas (Tabela 17), das quatro ZPE de intervenção do projeto. A ZPE do Vale do Guadiana registou uma participação muito inferior às restantes ZPE.

Tabela 17 - Número de alunos envolvidos nas atividades de educação ambiental, por ZPE e por Ano Letivo 2010/11 e 2011/12 e no total do Projeto LIFE Estepárias.

	N.º de Alunos			N.º de Turmas			N.º de Escolas		
	2010/11	2011/12	TOTAL	2010/11	2011/12	TOTAL	2010/11	2011/12	TOTAL
ZPE de Castro Verde e Piçarras (Castro Verde, Aljustrel, Almodôvar, Beja e Ourique)	373	344	634	22	20	39	7	7	12
ZPE do Vale do Guadiana (Mértola e Serpa)	80	27	87	4	2	6	4	2	4
ZPE de Mourão/Moura/Barrancos	386	97	458	20	4	23	4	2	4
TOTAL	839	468	1179	46	26	68	15	11	20

O grau de ensino que registou maior participação no projeto foi o 1º Ciclo do Ensino Básico, seguido do 2º e 3º Ciclo, respetivamente (Tabela 18). Atualmente, o 1º Ciclo parece ser o que tem maior capacidade para desenvolver atividades extracurriculares, o que é facilitado por cada turma ter apenas um professor titular. No entanto, tanto no 2º como no 3º ciclo, a temática da biodiversidade e conservação da natureza está contemplada no plano curricular, pelo que há interesse de alguns professores em desenvolver estes temas (embora exista a dificuldade para realizar atividades que envolvam a articulação de diferentes disciplinas ou sair do contexto da escola). De referir que, algumas destas turmas participaram nas atividades do projeto em vários anos consecutivos.

Tabela 18 – Resumo do número de alunos, turmas e escolas envolvidos nas atividades de educação ambiental, por grau de ensino, ao longo do projeto, por ZPE (Anos Letivos 2009/10/11/12).

	Pré-escolar	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUNDÁRIO	N.º TOTAL TURMAS
		(1º ao 4º Ano)	(5º e 6º Ano)	(7º, 8º e 9º Ano)	(10º e 12º Ano)	
ZPE de Castro Verde e Piçarras (Castro Verde, Aljustrel, Almodôvar, Beja e Ourique)	6	17	8	6	2	39
ZPE do Vale do Guadiana (Mértola e Serpa)		4	1		1	6
ZPE de Mourão/Moura/Barrancos		6	10	7		23
TOTAL	6	27	19	13	3	68

A participação de escolas de Ensino Superior, que procuram um grau de conhecimento diferente, foi efetuada através da apresentação de palestras inseridas na Ação D10, que se realizaram ou nas instituições de Ensino Superior ou em visitas de campo efetuadas no CEAVG.

Esta Ação decorreu de acordo com o previsto, tendo o número de alunos participantes e o número de atividades desenvolvidas superado muito as expetativas previstas (6 a 8 apresentações do projeto e 3 peças de teatro).

As principais dificuldades encontradas foram a articulação com as escolas, pois nem sempre foi fácil conseguir envolver os professores que estão potencialmente mais recetivos à realização deste tipo de atividades ou conseguir que os professores pudessem dispor de tempo para atividades extracurriculares, e a realização de atividades mais complexas que requeriam tempo adicional ou articulação entre várias disciplinas. Nos últimos anos, também se tornou mais difícil a realização de atividades fora da escola, sobretudo por falta de transporte.

Para esta Ação, foram produzidas 3 maquetes 3D das aves e um puzzle em tapeçaria, conforme referido no Relatório Intercalar.

5.4.1.7. D.7. Produção de Manuais de Boas Práticas

Os Manuais de Boas Práticas contaram com contributos de agricultores, caçadores, técnicos agrícolas e sugestões dos conselheiros da CATC, com os quais a LPN reuniu. Para maximizar a perceção das boas práticas divulgadas, considerou-se necessário efetuar ilustrações para expressar melhor alguns conceitos que as fotografias não conseguiam transmitir.

Esta Ação teve um atraso na elaboração dos conteúdos, por um lado, e depois no design, maquetização e produção gráfica. Conforme previsto foram produzidos 5.000 exemplares do Manual de Boas Práticas Agrícola e 2.500 exemplares do Manual de Boas Práticas Cinegéticas, que seguem em anexo.

Embora só tenham ficado concluídos no final do projeto, a LPN irá continuar a fazer a sua disseminação. A Estrutura Local de Apoio (ELA) da ITI das Zonas Rede Natura 2000 tinha previsto a edição de um manual com orientações de gestão agrícola para zonas estepárias, tendo sido decidido que se adotaria este Manual de Boas Práticas Agrícolas produzido no projeto LIFE Estepárias. A ELA da ITI Castro Verde irá proceder de igual forma, fazendo a sua entrega, por exemplo, durante a época de candidaturas aos apoios agrícolas e em sessões de esclarecimento. Desta forma, foi possível alargar a abrangência de divulgação para estes materiais.

O Manual de Boas Práticas Cinegéticas foi distribuído junto das Zonas de Caça que colaboraram com o projeto e junto das Federações Nacionais de Caçadores.

5.4.1.8. D.8. Visitas Guiadas

Ao longo do projeto realizaram-se 8 visitas guiadas (estavam previstas 6), nas 4 ZPE de intervenção do projeto, dinamizando-se atividades diferentes para cativar a adesão de um público-alvo diversificado.

Assim, decorreram as seguintes visitas:

- 2009
 - 14 de Março: visita com uma caminhada na ZPE de Castro Verde durante a manhã e uma gincana ambiental para os mais novos, com provas relacionadas com a conservação do Peneireiro-das-torres, da Abetarda e do Sisão, na Vila de Castro Verde (Parque da Liberdade) na parte da tarde. De manhã participaram cerca de 25 pessoas e na parte da tarde cerca de 12 jovens;
- 2010
 - Dia 20 de Março – Boas Vindas ao Peneireiro-das-torres, que decorreu na ZPE de Castro Verde, no Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho. Realizou-se uma Prova de Orientação, acessível a públicos de todas as idades, incluindo famílias, e teve como mote o regresso da migração do Peneireiro-das-torres e os temas relacionados com a conservação das três espécies do projeto. Nesta atividade participaram 14 pessoas;
 - Dia 8 de Maio – Caminhada de observação das aves do projeto na ZPE de Piçarras, guiada pelos técnicos do projeto, para dar a conhecer esta nova área da Rede Natura 2000 e as intervenções do projeto em termos de gestão do habitat. Nesta atividade participaram 13 pessoas;
- 2011
 - 16 de Abril – visita à ZPE do Vale do Guadiana, com uma caminhada na zona de Moreanes, por ser a zona mais importante desta ZPE para as aves estepárias, sob o tema “Em Abril... Aves Mil”. Nesta atividade participaram 9 pessoas;
 - 26 de Novembro – visita à ZPE de Mourão/Moura/Barrancos, na Herdade dos Lameirões, em Safara (Moura), em colaboração com a DRAPAL. A visita nesta ZPE foi efetuada nesta época do ano dado que a abundância de Sisões nesta ZPE ser maior no Inverno que na Primavera e há também maior probabilidade de observação de Abetarda. Nesta atividade participaram 19 pessoas;
- 2012
 - 17 de Março de 2012 – Boas Vindas ao Peneireiro-das-torres, com uma caminhada na ZPE de Castro Verde, para observação das aves estepárias e as ações de gestão implementadas no terreno. Nesta atividade participaram 12 pessoas (Figura 25 no Anexo 7.3.1);
 - 14 de Abril de 2012 – “Há festa na estepe”, apresentação e sessão de leitura do conto infantil no Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho na

ZPE de Castro Verde, com atividades de trabalhos manuais (mobiles e desenhos), jogos (jogo do Lencinho Queimado com as personagens do conto; Jogo da Teia, com as espécies-alvo do Projeto LIFE Estepárias, a Abetarda, o Sisão e o Peneireiro-das-torres e Jogo da Pesca dos alimentos correspondentes às três espécies) e pinturas faciais dedicadas às três espécies do projeto e celebração dos 20 anos do Programa LIFE. Além da divulgação realizada pela LPN, esta atividade foi divulgada junto da comunidade escolar do Concelho de Castro Verde com o apoio do Agrupamento de Escolas. Participaram cerca de 50 pessoas (30 crianças e 20 pais) (Figura 4 no Anexo 7.3.1);

- o 16 de Junho de 2012 – Sessão de anilhagem de juvenis de Peneireiros-das-torres, na ZPE de Castro Verde. Esta atividade contou com cerca de 20 pessoas (embora tenha havido mais pessoas interessadas mas que não participaram para minimizar a perturbação na colónia) (Figura 26 no anexo 7.3.1).

A participação nas atividades de 2012 foi melhor que nalgumas das atividades efetuadas nos anos anteriores, pois tentou-se encontrar formas de divulgação muito dirigidas para os públicos-alvo. Com esta Ação, conseguiu-se divulgar as espécies do projeto, as ameaças que ainda existem e quais as medidas de gestão do habitat implementadas para as minimizar, procurando sensibilizar diferentes públicos para a importância da sua conservação.

5.4.1.9. D.9. Informação e comunicação aos meios de comunicação social

Ao longo do projeto publicaram-se 8 Notas de Imprensa, 3 das quais em 2012 (Anexo 7.3.5.2) e produziram-se 45 notícias para divulgação na newsletter digital da LPN e uma notícia para a edição nº 87 da Revista Liberne da LPN (Tabela 19).

A edição nº89 da Revista Liberne foi dedicada em exclusivo ao projeto LIFE Estepárias, tendo sido enviada aos sócios em Março de 2012. Estava prevista uma edição de 3.000 exemplares mas dados os custos apenas se imprimiram 2.000 exemplares. A versão digital está disponível no micro-site do projeto e no portal da LPN em <http://www.lpn.pt/Homepage/Documentos/Revista-Liberne/Announcements.aspx?tabid=2430&code=pt>

Relativamente às notícias nos meios de comunicação social, verificaram-se 60 referências entre imprensa escrita (17), televisão (7), rádio (7) e internet (29). Nem todas as notícias referem explicitamente a referência ao projeto LIFE Estepárias (até porque, por vezes, é difícil aos jornalistas efetuar a separação entre os diferentes projetos LIFE já implementados para as aves estepárias), mas mencionam as espécies envolvidas e o trabalho de gestão do habitat efetuado pelo projeto.

Além dos destaques já efetuados em anteriores relatórios, no último ano do projeto destacam-se as duas notícias publicadas na Revista Turcaça e um artigo publicado na versão Portuguesa da National Geographic, especificamente sobre o Peneireiro-das-torres que foca

este projeto e o anterior projeto LIFE para esta espécie. O documentário “Antur Y Gorwellin” do País de Gales, transmitido em Janeiro de 2012 no Canal S4C, que mostrou o trabalho de conservação das abetardas em Castro Verde foi transmitido em Março de 2013 no National Geographic Channe, sendo uma versão adaptada sem o apresentador Galês.

Tabela 19 – Resumo das notícias efetuadas sobre o projeto nos meios de comunicação da LPN e que ocorreram nos meios de comunicação social, ao longo do projeto.

		Previstos	2009	2010	2011	2012	2013	Total	Total Agrupado
Meios de Comunicação da LPN	Newsletter digital		9	6	8	17	5	45	47
	Revista Liberne				1 Artigo	1 Revista		2	
	Notas de Imprensa	6	1		4	3		8	8
Meios de Comunicação Social	Imprensa Escrita		4	4	5	2	2	17	60
	Rádio		3	1	3			7	
	Televisão			2	5			7	
	Internet		2		6	16	5	29	
			19	13	32	39	12	115	

Em 2012 enviaram-se várias fotografias para o concurso de fotografia de armadilhagem fotográfica da Revista BBC Wildlife (“BBC Wildlife Camera-trap Photo of the Year 2012”) tendo ficado uma das fotografias do projeto na Categoria de “Animal Portraits”, que foi publicada na edição de Novembro de 2012. Infelizmente a fotografia selecionada foi de uma lebre e não de nenhuma das espécies-alvo do projeto.

Esta Ação tinha previsto 10 artigos sobre o projeto publicados na imprensa escrita, 3 entrevistas para a rádio e televisão, 6 comunicados de imprensa e a edição especial da Revista Liberne, bem como, o Press-kit com os materiais disponível para jornalistas, que foram alcançados. Dado que algumas notícias associadas à conclusão do projeto só foram publicadas no 1º trimestre de 2013, foram também contabilizadas (Tabela 19). No Anexo 7.3.5.1 apresenta-se uma listagem que resume todas as notícias efetuadas e publicadas sobre o projeto.

5.4.1.10. D.10. Participação em eventos e reuniões com stakeholders

Durante 2012, efetuaram-se apresentações sobre o projeto em mais de 16 eventos (incluímos também 2 eventos adicionais realizados em Janeiro de 2013, já no pós-LIFE, por

terem sido significativos em termos de disseminação do trabalho efetuado pelo projeto), perfazendo um total de 48 apresentações ou atividades temáticas (Tabela 20 e Figuras 27, 28 e 29 no Anexo 7.3.1).

Especificamente para instituições do Ensino Superior, foram realizadas 5 palestras em 2012, perfazendo um total de 19 ao longo dos três anos do projeto, tendo envolvido um total de 598 alunos deste grau de ensino. No Anexo 7.3.6 apresenta-se a listagem destes eventos e participações da equipa do projeto.

Tabela 20 – Resumo das apresentações, atividades temáticas, palestras ao ensino superior e participação em seminários, efetuadas pela equipa do projeto ao longo dos 4 anos de execução e posteriormente ao projeto no 1º trimestre de 2013.

	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Apresentações e Atividades Temáticas do Projeto	10	10	10	16	2	48
Palestras a Instituições do Ensino Superior	1	4	9	5		19
Participações em eventos pela equipa do projeto (Seminários, Workshops, Sessões, Feiras)	6	8	6	1		21
Participação em Ações de Formação	2	3				5
TOTAL	19	25	25	22	2	93

Ao longo do projeto, foram realizadas reuniões com diversos stakeholders, nomeadamente caçadores, agricultores, entidades como a DRAPAL, Direção Regional de Educação, ICNF, Diocese de Beja, Câmaras Municipais, entre outros. De destacar a participação nas reuniões que decorreram no âmbito do Observatório das Dinâmicas Regionais – Valorização Económica do Espaço Rural, organizado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, em Évora, onde foi possível realçar a importância das áreas da Rede Natura 2000 e da conservação de espécies ameaçadas, como as aves estepárias, para o desenvolvimento sustentável do espaço rural na região do Alentejo.

Os resultados esperados nesta Ação eram a participação em uma ou duas conferências ou seminários, uma ou duas feiras e cerca de 10 reuniões com atores chave, e foram ultrapassados.

Estima-se que entre todas as atividades de sensibilização desenvolvidas pelo projeto, excluindo com as escolas, se tenha ultrapassado os 2.000 participantes (sendo esta uma estimativa bastante conservadora pois não se contabilizou a participação de todos os eventos).

5.4.1.11. D.11. Painéis de divulgação

Para a disseminação do projeto através de painéis de divulgação efetuaram-se diferentes tipos de painéis (geral, ações de gestão e aquisição de terrenos), os quais consoante a localização tiveram estruturas de suporte diferente.

Assim, para uma divulgação mais geral do projeto (painel com as espécies, objetivos e áreas de intervenção) colocaram-se painéis em todas as ZPE do Projeto, num total de 6 painéis (Figura 30 no Anexo 7.3.1), com uma dimensão de 120cm de altura por 100cm de largura (estavam previstos 4 painéis):

- Na ZPE de Castro Verde de Castro Verde colocaram-se 3 painéis:
 - Na Vila de Castro Verde, no Jardim do Parque Infantil, que fica no centro da povoação. A estrutura de suporte autorizada pela Câmara Municipal de Castro Verde é idêntica à dos painéis existentes no Parque Infantil, por uma questão de coerência;
 - No CEAVG. Dada a afluência de visitantes estrangeiros, nomeadamente para a observação de aves, foram colocados 2 painéis, um em Inglês e outro em Português. Para manter a coerência com a sinalética existente, a estrutura de suporte é idêntica à que já existia no CEAVG.
- Na ZPE de Piçarras foi colocado na Aldeia das Piçarras, um painel numa das paredes da casa dos apartados de correio, conforme autorizado pela Junta de Freguesia de Castro Verde;
- Na ZPE do Vale do Guadiana foi colocado no parque de estacionamento da Praia Fluvial da Tapada da Mina de S. Domingos, conforme autorizado pela Câmara Municipal de Mértola. Numa ótica de maior sustentabilidade, a estrutura de suporte utilizada é de plástico reciclado;
- Na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos foi colocado na Herdade dos Lameirões, junto a um caminho para maximizar a visibilidade. A estrutura de suporte é idêntica à da ZPE do Vale do Guadiana.

Os painéis das ações de gestão do habitat (previstos 20) pretenderam sinalizar no terreno as intervenções efetuadas, com um pequeno enquadramento do projeto e das medidas implementadas. Para os painéis das ações seguiu-se um modelo tipo (com 50cm de altura e 40cm de largura), cuja cor variou em função do tipo de medida de gestão (Figura 32 no anexo 7.3.1). Os painéis foram colocados no terreno junto das intervenções efetuadas, procurando assegurar a sua visibilidade e legibilidade. Foram produzidos um total de 34 painéis distribuídos da seguinte forma:

- Vedações – 10 painéis, colocados em vedações;
- Linhas elétricas – 9 painéis, colocados nos apoios das linhas elétricas;
- Cinegética – 12 painéis, colocados nas sedes das zonas de caça ou junto às intervenções no terreno;
- Torres de nidificação – 2 painéis, colocados na parede exterior das torres;

- Recuperação de aves – 1 painel, colocado no RIAS no seu Centro de Interpretação Ambiental.

Para identificar os terrenos adquiridos foram colocados dois painéis (com uma dimensão de 120cm de altura por 100cm de largura) em duas das entradas da herdade (Figura 31 no Anexo 7.3.1), numa estrutura de alvenaria que imita uma parede de um monte alentejano, semelhante às utilizadas pela LPN no CEAVG.

Além destes 42 painéis, produziu-se um painel amovível (roll-up), com informação geral do projeto, que pode ser transportado para eventos ou estar em exibição no CEAVG (Figura 33 no Anexo 7.3.1).

As dificuldades verificadas para a realização destes painéis foram, por um lado encontrar modelos resistentes para estarem no campo e, por outro lado, a articulação com as autoridades locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) e os proprietários para obter a autorização para a colocação dos painéis.

5.4.2. Relatório Layman (Relatório para Leigos)

O Relatório Layman foi elaborado no âmbito da Ação D12 do Projeto LIFE Estepárias. Este relatório teve um atraso inicialmente pois algumas ações do projeto ficaram concluídas muito próximo do final do projeto, o que atrasou a versão final dos conteúdos. Além disso, foi muito complicado conseguir que a empresa encarregue do grafismo produzisse um trabalho com a qualidade que se pretendia para este material de comunicação tão importante do projeto. Este processo foi muito moroso e exigiu muitas revisões de versões, até se conseguir um resultado que se considerasse aceitável, o que só se conseguiu em Junho de 2013.

Procurou-se que os conteúdos fossem dirigidos para um público generalista, incluindo decisores, com uma linguagem acessível e pouco técnica, efetuando um enquadramento da problemática de conservação, explicando os objetivos do projeto, a área de intervenção em mapa, os resultados alcançados e uma clara indicação ao micro-site do projeto. Procurou-se também que os conteúdos focassem os benefícios em termos da Rede Natura 2000, implicações com outras políticas, nomeadamente a agrícola e replicabilidade dos resultados.

Para maximizar a sua divulgação está disponível on-line no micro-site do projeto. O Relatório Layman foi produzido em Português (800 exemplares) e em Inglês (200 exemplares). Estavam previstos 500 exemplares em cada língua, mas considerou-se que a versão impressa seria uma ferramenta para utilizar a nível nacional, onde faria mais diferença uma versão impressa para entregar a decisores.

O Relatório Layman será entregue a diversas entidades locais (Câmaras Municipais, Associações de Agricultores e suas Federações, Associações e Caçadores e suas Federações, entre outras) e a decisores regionais e nacionais da área do Ambiente e da Agricultura.

5.4.3. Plano de Conservação Pós-LIFE

O Plano de Conservação Pós-LIFE teve como objetivo assegurar a continuidade de longo prazo das ações desenvolvidas durante o Projeto LIFE Estepárias, para garantir a conservação das três espécies alvo do projeto.

O Plano de Conservação Pós-LIFE define o planeamento das atividades que devem continuar a ser desenvolvidas após a conclusão do Projeto LIFE e como a gestão a longo-prazo das áreas de intervenção do projeto deverão ser asseguradas.

Este Plano indica quais as ações que irão decorrer, sob a responsabilidade de que entidades, quando e com que fontes de financiamento e teve como objetivos específicos:

- Assegurar a continuidade a longo-termo das ações implementadas e da conservação das espécies estepárias;
- Apresentar os resultados principais e as lições retiradas durante o projeto;
- Estabelecer constrangimentos, oportunidades e ameaças para as espécies-alvo, em cada ZPE, tendo em conta os estatutos de conservação nacional e europeu para cada espécie;
- Contribuir para identificar necessidades e perspetivas de conservação futuras, de acordo com as necessidades de gestão de habitat e administrativas;
- Avaliar as várias partes interessadas a envolver na implementação das medidas de conservação, as fontes de financiamento e a calendarização para alcançar os objetivos;
- Definir o planeamento e desenvolvimento da continuidade das ações iniciadas durante o projeto, nos anos seguintes, e como é que a gestão das espécies a longo-termo será desenvolvida nas áreas de intervenção do projeto, incluindo informação sobre as ações que serão mantidas, quando, por quem e com que fontes de financiamento.

Para ser uma ferramenta de maior utilidade, pretendeu-se que fosse efetuado de uma forma mais participada. Neste sentido, a LPN elaborou uma 1ª versão que foi apresentada aos Conselheiros da CATC (Ação E1) e debatida em plenário durante a 4ª reunião da CATC, no final de Novembro de 2012.

A versão preliminar teve por base os requisitos previstos pela Comissão Europeia:

1) História e análise do Projeto:

- Breve história do projeto: as espécies, as áreas de intervenção, uma análise das ações desenvolvidas, dos resultados e desafios;
- Situação atual do projeto e do sítio da Rede Natura 2000: análise SWOT efetuada para cada ZPE do Projeto, tendo em consideração as 3 espécies-alvo;

2) Os objetivos e metodologia Pós-LIFE indicando quais as medidas de conservação e ações envolvidas, em que locais, quais as entidades envolvidas, que possibilidades de financiamento e qual o grau de prioridade.

O Plano de Conservação Pós-LIFE foi elaborado em Português e traduzido para Inglês, seguindo juntamente com este Relatório Final.

6. Comentários ao Relatório Financeiro

6.1. Custos incorridos

Como já foi referido em relatórios anteriores, desde o início do projeto a legislação portuguesa em matéria de impostos sofreu duas variações significativas que se traduziram em aumentos de custos para o projeto, nomeadamente as taxas de IVA e as contribuições obrigatórias para a Segurança Social. Assim, as taxas de IVA em 2012, foram três:

- Taxa reduzida: 6%. Esta taxa tinha o valor de 5% em 2009 e foi aumentada em Julho de 2010 para 6%. Taxa aplicável, por exemplo, em despesas de portagens da Ponte 25 de Abril ou produtos alimentares de base;
- Taxa intermédia: 13%. Esta taxa tinha o valor de 12% em 2009 e foi aumentada em Julho de 2010 para 13%. Inicialmente aplicada na restauração, ficou em 2012 reservada a poucos bens e serviços, nomeadamente águas engarrafadas, conservas de carne, peixe e moluscos, produtos hortícolas e vinhos;
- Taxa normal: 23%. Esta taxa já teve várias oscilações desde o início do projeto: em 2009 era de 20%, tendo aumentado em Julho de 2010 para 21% e em Janeiro de 2011 para 23%. Taxa aplicável à maioria dos bens e serviços. Em 2012, passou também a ser a taxa aplicável às refeições prontas e na restauração.

O IVA é um custo tanto para a LPN como para o CIS, pois as duas instituições são entidades sem fins lucrativos, que beneficiam de um regime em que não cobram IVA para as atividades relacionadas com o seu objeto social, mas em contrapartida não podem reaver o IVA.

Relativamente ao enquadramento em sede de IVA do CIS, convém realçar que enquanto associação sem fins lucrativos, goza de isenção de IVA em algumas das suas atividades, nomeadamente:

- As prestações de serviços e as transmissões de bens com ela conexas efetuadas no interesse coletivo dos seus associados, quando a única contraprestação seja uma quota fixada nos termos dos estatutos – nº 19 do artigo 9º;
- Manifestações ocasionais destinadas à angariação de fundos – nº 20 do artigo 9º. A isenção abrange também as receitas relativamente às diversas operações efetuadas nessa ocasião, nomeadamente, bar, aluguer de stands, receitas publicitárias, etc.;
- As prestações de serviços e as transmissões de bens com elas conexas, efetuadas por pessoas coletivas de direito público e organismos sem finalidade lucrativa, relativas a congressos, colóquios, conferências, seminários, cursos e manifestações análogas de natureza científica e educativa – nº 14 do artigo 9º.

Para além disso, o CIS desenvolve projetos de investigação subsidiados por entidades nacionais ou comunitárias, os quais, sendo tratados como subsídios à exploração, não são tributados em sede de IVA. Nestes casos não é exercido o direito à dedução inerente aos referidos custos, como é o caso no Projeto LIFE Estepárias.

Relativamente aos projetos efetuados para entidades privadas, os mesmos são considerados como prestações de serviços, liquidando o CIS o IVA nas faturas que emite e,

concomitantemente, exercendo o direito a deduzir o IVA suportado de acordo com o previsto no artigo 19º e seguintes do Código do IVA.

Por último, o CIS só utiliza o método de dedução pro-rata em despesas de funcionamento de carácter geral que não podem ser afetas a nenhum projeto de investigação específico. O método de dedução pro-rata não foi utilizado no Projeto LIFE Estepárias.

A EDP Distribuição Energia SA está inserida num regime normal de IVA, pelo que o IVA não é um custo elegível para o Projeto LIFE Estepárias. No entanto, é de notar que no relatório financeiro, os valores sem IVA e com IVA relativas às despesas incorridas pelo Beneficiário Associado EDP Distribuição Energia SA são idênticas, pois estas despesas estão inseridas no regime do artigo 36º do Código do IVA, que refere que o IVA é devido pelo adquirente.

No Anexo 7.4.2. seguem cópias das certidões do IVA para os três Beneficiários do Projeto.

A execução financeira do projeto não atingiu a totalidade do valor aprovado em sede de candidatura. A taxa de execução final foi de 99,70% do orçamento inicial, tendo ficado por executar 4.421,80€ (Tabela 21).

Tabela 21 - Resumo do orçamento do Projeto LIFE Estepárias por rubrica (categoria) de despesa, com indicação dos montantes executados até 31/12/2012 e da respetiva percentagem em função dos montantes totais por rubrica.

Categoria de Custo	Custo Total segundo decisão da Comissão	Custo efetivamente incorrido desde o início do projeto até 31/12/2012	% do Custo Total
1. Pessoal	497.452,00 €	503.683,26 €	31,49
2. Viagens e Estadias	87.683,00 €	72.192,32 €	4,51
3. Assistência Externa	420.663,00 €	441.599,87 €	27,61
4. Bens Duradouros	64.300,00 €	62.287,75 €	3,89
Infraestruturas	10.500,00 €	8.029,44 €	0,50
Equipamento	53.800,00 €	54.258,31 €	3,39
Protótipo			
5. Compra de terrenos/locação de longa duração	368.550,00 €	366.914,76 €	22,94
6. Consumíveis	34.348,00 €	24.828,12 €	1,55
7. Outros Custos	50.200,00 €	47.477,78 €	2,97
8. Gastos Gerais	80.825,00 €	80.615,39 €	5,04
TOTAL	1.604.021,00 €	1.599.599,25 €	

Por parceiro associado, as taxas de execução financeira foram de 98,63% para a LPN, 105% para a EDP Distribuição-Energia, SA, e 99,92% para o CIS. De referir que a relativamente à EDP Distribuição Energia, SA., o valor das despesas é superior ao inicialmente previsto porque os custos para atingir as metas previstas na Ação C6 foram mais elevados do que inicialmente previsto. Assim, efetuou-se a alocação de 13.452,75€ do orçamento da LPN para o orçamento da EDP Distribuição Energia, SA, para possibilitar o cumprimento dos objetivos propostos no projeto (40 km de linhas elétricas corrigidas).

Tal como solicitado pela Comissão Europeia na Visita de Acompanhamento em 2011, as despesas relativas à compra de material de escritório, necessário à criação e envio das Newsletter do projeto, e à compra de cartas militares, inicialmente classificadas como Outros Custos, foram reclassificadas na rubrica de Consumíveis.

Para facilitar a compreensão do Ficheiro Financeiro acrescentou-se a referência ao número da Ação (ou Ações) correspondentes nas descrições de cada despesa, em todas as rubricas. Foi também incluída na folha relativa aos custos com pessoal, uma coluna com indicação da instituição a que pertence cada trabalhador (LPN ou CIS).

No decorrer dos quatro anos de realização do projeto, verificaram-se algumas variações na execução das rubricas entre o orçamento inicial e o total das despesas efetuadas (Tabela 22). Estas variações nas rubricas não ultrapassaram os 10%/30.000,00€ previstos no Artigo 15.2 das Disposições Comuns, podendo considerar-se assim que não representam modificações substanciais ao orçamento inicial. Por outro lado, estas variações não acarretaram nenhuma alteração aos objetivos gerais do projeto, tendo sido atingidos os resultados esperados.

No global do projeto, as alterações que se verificaram entre rubricas foram as seguintes:

- Beneficiário Associado CIS solicitou uma transição do valor de 6.825,50€ da rubrica de Assistência Externa para a rubrica de Pessoal. Esta alteração foi necessária para conseguir abranger o período adicional de trabalho necessário para concluir a recolha e análise de dados da última tarefa da Ação D1. Como a LPN não executou na totalidade o previsto na rubrica de Pessoal (444,24€), a rubrica de Pessoal excedeu o orçamento previsto em 1% correspondentes a 6231,16€;
- Na rubrica de Assistência Externa, a LPN e a EDP Distribuição Energia, SA, tiveram custos superiores ao previsto no orçamento, respetivamente 14.174,32€ e 13.452,75€, que perfaz um total de 27.627,07€, devido essencialmente aos custos acrescidos que ocorreram na correção de linhas elétricas e na construção das duas torres de nidificação. Por outro lado, com a transferência de rubrica do CIS de Assistência Externa para Pessoal, mencionada atrás. Assim, a rubrica de Assistência Externa excedeu o previsto inicialmente em 20.926,87€ (5%).

Esta execução adicional na Rubrica de Assistência Externa foi compensada por um lado, pela não execução de parte do que estava previsto nesta rubrica para o Beneficiário Associado CIS e, por outro lado, pela execução abaixo do previsto nas rubricas das Viagens e dos Consumíveis para a LPN.

Tabela 22 - Resumo do orçamento do Projeto LIFE Estepárias por rubrica (categoria) de despesa, com indicação dos montantes executados até 31/12/2012 e da respetiva percentagem em função dos montantes totais por rubrica.

Categoria de Despesa (Rubrica)	Orçamento Inicial em € (A)	Despesas realizadas em € (B)	Montante ultrapassado elegível em € (B-A)	Despesas em % (B/A*100%)
1. Pessoal	497.452,00 €	503.683,26 €	6.231,26 €	101,25
2. Viagens e Estadias	87.683,00 €	72.192,32 €	-15.490,68 €	82,33
3. Assistência Externa	420.663,00 €	441.599,87 €	20.936,87 €	104,98
4.1 Infraestruturas	10.500,00 €	8.029,44 €	-2.470,56 €	76,47
4.2 Equipamento	53.800,00 €	54.258,31 €	458,31 €	100,85
5. Compra de Terrenos/Locação de longa duração	368.550,00 €	366.914,76 €	-1.635,24 €	99,56
6. Consumíveis	34.348,00 €	24.828,12 €	-9.519,88 €	72,28
7. Outros Custos	50.200,00 €	47.477,78 €	-2.722,22 €	94,58
8. Gastos Gerais	80.825,00 €	80.615,39 €	-209,61 €	99,74
TOTAL	1.604.021,00 €	1.599.599,25 €	-4.421,75 €	

Relativamente à execução de despesas por rubrica, realça-se o seguinte:

Rubrica de Pessoal:

Esta rubrica atingiu os 101% de execução, o que se deveu essencialmente às alterações entre rubricas solicitadas pelo parceiro CIS, que necessitou de recorrer a mais recursos humanos que o inicialmente previsto para terminar a recolha e análise de dados da última tarefa da ação D1. As alterações às taxas de Segurança Social ao longo dos quadros anos do projeto também explicam que se tenha ultrapassado o previsto inicialmente nesta rubrica. No entanto, não ocorreu nesta rubrica nenhuma alteração substancial, cumprindo-se aqui a regra definida no Art 15.2 das Disposições Comuns.

Como já foi referido, o Beneficiário Associado CIS solicitou duas alterações entre rubricas, de maneira a cobrir despesas com Pessoal não previstas inicialmente. Assim, o Beneficiário Associado CIS utilizou nesta rubrica 30.537,50€ e não os 23.712,00€ inicialmente previstos. Por outro lado, a LPN não executou 444,24€ na rubrica de Pessoal.

A forma de contratação padrão de recursos humanos no CIS é efetuada por contratos individuais de prestação de serviços e bolsas de investigação. Assim, em conformidade com a legislação portuguesa e com as disposições do Art. 25.2 das Disposições Comuns, as

despesas do Beneficiário Associado CIS na rubrica de Pessoal são as decorrentes de contratos individuais de prestação de serviços (é o caso da Professora Paula Castro e a Técnica de Investigação Carla Mouro) ou de bolsas de investigação (Margarida Costa de Julho de 2009 a Abril de 2010 e Ana Jacinto de Abril a Outubro de 2011 e de Maio a Junho de 2012).

As despesas apresentadas na rubrica Pessoal da LPN são decorrentes de contratos individuais de trabalho. Estão aqui incluídas despesas com vencimentos brutos reais, com encargos obrigatórios e com valores decorrentes da não renovação de contratos no final do projeto (neste caso para os trabalhadores que não estão incluídos no quadro da instituição, o que explica que em 2012, o valor do vencimento bruto anual dos trabalhadores Beatriz Estanque, Ana Rita Sanches, Liliana Barosa e Vítor Hugo Lousa seja tão elevado). Ao longo do projeto foram efetuados alguns ajustamentos nos valores dos vencimentos, de modo a compensar a inflação e para padronizar com a tabela de vencimentos interna da LPN.

De referir também que, entre o início do projeto em Janeiro de 2009 e o final de 2012, os encargos obrigatórios suportados pela LPN sofreram um aumento de 0,9%, devido ao aumento das taxas de Segurança Social suportadas pela entidade empregadora (que passou de 20,60% em 2009 para 21,40% em 2012) e devido ao facto de, a partir de Janeiro de 2012, parte do subsídio de alimentação pago ao trabalhador passar a ser incluído no valor base sobre o qual incide a taxa de contribuição para a Segurança Social. Assim, passou a ser taxado o valor superior ao limite estabelecido para o subsídio de alimentação de 5,12€/dia em 2012: no caso da LPN, o subsídio de alimentação sendo de 6,17€/dia, teve que ser incluído no valor base de incidência da Segurança Social com um acréscimo de 1,05€/dia, em 2012.

No Anexo 7.4.4. (e em versão digital no CD) segue, conforme solicitado pela Comissão Europeia na sequência do Relatório Intercalar, um Quadro Explicativo especificando a forma de cálculo dos montantes pagos à Segurança Social para os trabalhadores Filipa Maria Lopes Lacerda, Rui Manuel Luís Constantino e Paula Maria Sousa Lopes, ao longo dos quatro anos do projeto.

No decorrer do projeto, a equipa de técnicos da LPN sofreu várias alterações:

- Nos meses iniciais do projeto, a coordenação geral foi assegurada pela Diretora Executiva da LPN, Filipa Maria Lopes Lacerda, em substituição de Rita Alcazar que se encontrava, na altura, de licença de maternidade. As tarefas desempenhadas foram sobretudo a nível de escolha e contratação dos técnicos especializados para o projeto, bem como à reafecção de pessoal do quadro para a execução de novas tarefas;
- Como já foi referido, a coordenadora do projeto Rita Alcazar estava de licença de maternidade quando o projeto iniciou, tendo iniciado funções no dia 09/03/2009;
- técnico de Biologia Ruben Heleno demitiu-se no final de Dezembro de 2009; e foi substituído em Fevereiro de 2010, pelo técnico de Biologia João Guilherme. Por sua

vez, o técnico João Guilherme demitiu-se em Fevereiro de 2012. Em Maio de 2012 foi contratado o técnico de Biologia Vitor Hugo Lousa;

- A técnica Ana Rita Sanches apresentou várias baixas por motivos de saúde no decorrer do projeto: entre 4 de Janeiro e 17 de Março de 2011, de 27 de Setembro a 7 de Outubro de 2011, de 05 de Março a 10 de Junho de 2012, e novamente de baixa médica entre 10 de Dezembro e 31 de Dezembro de 2012. Esteve também de licença de maternidade entre 06 de Junho e 07 de Novembro;
- Em 2011, durante estes períodos, o acompanhamento das aves que permaneceram no CARAS foi assegurado por voluntários da Direcção da Delegação da LPN-Alentejo (coordenados por Carlos Miguel Cruz). Em Maio de 2012 foi contratada a técnica de Biologia Liliana Barosa para assegurar as tarefas das ações C5 e D7;
- A afetação temporal de Rui Constantino variou ao longo do projeto em função do volume do trabalho. Assim, inicialmente a afetação foi de 50%, tendo aumentado em 2012 para 100%, de maneira a assegurar todas as tarefas previstas na ação E4 e maior volume de trabalho no último ano do projeto.

Na Tabela 23 apresenta-se uma síntese do pessoal da LPN afeto ao projeto, com uma descrição sucinta das tarefas realizadas. Apesar de cada técnico ter estado principalmente afeto a determinadas ações, houve colaboração e apoio entre os diversos técnicos da equipa para as tarefas do projeto no global.

Conforme solicitado pela Comissão Europeia na sequência do Relatório Intercalar, segue em anexo pastas com cópias das Folhas de tempo, dos recibos de vencimento e respetivos comprovativos dos pagamentos de Filipa Maria Lopes Lacerda, Rui Manuel Constantino e Paula Maria Sousa Lopes, para os anos do projeto. Segue igualmente uma pasta com os comprovativos de pagamento da Segurança Social por parte da LPN.

Tabela 23 – Síntese do pessoal da LPN afeto ao Projeto LIFE Estepárias.

Nome Completo	Categoria	Ações	Tipo de Dedicção ao Projeto	Vínculo Laboral	Período de afetação ao Projeto
Rita Alcazar Bento Alves da Silva	Gestor global do Projeto e Coordenador da LPN	E2	Tempo inteiro	No quadro da Instituição	Desde a conclusão da Licença de Maternidade no início do projeto (09/03/2009) até ao final do projeto
Filipa Maria Lopes Lacerda	Coordenação inicial do projeto	E2	Parcial	Contratado	Diretora Executiva da LPN (2009 a 2012). Executou tarefas de coordenação e gestão iniciais do projeto, durante o mês de Fevereiro de 2009, no período de Licença de Maternidade de Rita Alcazar.
Paula Maria Sousa Lopes	Administração, Secretariado e Controlo Financeiro da LPN e global do projeto	E3	Parcial (50%)	No quadro da instituição	Janeiro de 2009 até ao final do projeto
Ruben Huttel Heleno	Biólogo	A1, A3 e E4	Tempo inteiro	Contratado	Contratado, após concurso em Fevereiro de 2009; pediu demissão em Dezembro de 2009
Beatriz Maria Carvalho Estanque	Bióloga	A1, A4, E4, A2 em 2009; A2, A3, E4 em 2010; A3 e E4 em 2011; E4 em 2012	Tempo inteiro	Contratado	Contratada, após concurso, em Fevereiro de 2009 até ao final do projeto
Ana Rita Correia Sanches	Engenheira Zootécnica	C5 e D6	Tempo inteiro	Contratado	Contratada após concurso, em Janeiro de 2009 até ao final do projeto, embora em 2012 tenha estado maioritariamente de Baixa Médica e Licença de Maternidade.
Cátia Cristina dos Santos Marques	Animadora Sócio-Cultural	D5 e D6 em 2009 e 2010; D6 e D7 em 2011; D6, D7 e C1 em 2012	Tempo inteiro	No quadro da instituição	Todo o projeto
Rui Manuel Luís Constantino	Vigilante	E4	Parcial de 2009 a 2011; Tempo inteiro em 2012	No quadro da instituição	No quadro da instituição; dedicação a 50% de tempo entre 2009 e 2011; 100% a partir de Janeiro de 2012 e até ao final do projeto
João Lopes Guilherme	Biólogo	A4, E4, A2 e A3	Tempo inteiro	Contratado	Contratado em Fevereiro de 2010, após concurso; demitiu-se em Fevereiro de 2012.
Liliana Patrícia Gomes Barosa	Bióloga	C5 e D7	Tempo inteiro	Contratado	Contratada, após concurso em Maio de 2012 e até ao final do projeto
Vitor Hugo Nunes Lousa	Biólogo	C1	Tempo Inteiro	Contratado	Contratado, após concurso, em Maio de 2012 e até ao final do projeto

Rubrica de Viagens:

Esta rubrica chegou aos 82% de execução. O valor final das despesas relativas às viagens e estadias foi menor relativamente ao orçamentado, pois evitaram-se algumas das deslocações previstas com reuniões (nomeadamente em Lisboa), efetuando-se muito trabalho à distância por correio eletrónico e vídeo-conferência. Tanto para as estadias em Lisboa como para o trabalho de campo, não foi necessário recorrer a alojamento, pelo que estas verbas também não foram executadas.

Com já foi referido em relatórios anteriores, as despesas de deslocações realizadas no âmbito do projeto, tanto pela LPN como pelo Beneficiário Associado CIS, estão agrupadas numa folha de registo de deslocação, que indica o percurso realizado, a data de realização da viagem e o motivo dessa viagem. Assim, ficou definido que cada viagem seria resumida numa linha única no relatório financeiro, correspondente a uma folha de registo de deslocação.

No caso da LPN, as folhas de registo de deslocação podem reunir várias deslocações de diferentes Ações, todas elas feitas com o mesmo abastecimento dessa viatura por uma questão de facilidade de realização das operações no terreno (desta forma evita-se estar sempre a efetuar abastecimentos sempre que o pretexto da deslocação se refere a outra Ação do projeto).

As despesas de deslocação foram imputadas a um valor de 0,20 € por km (valor praticado na LPN de 2009 a 2012) tanto para as viaturas próprias dos trabalhadores (quando o seu uso se revelou necessário) como para as viaturas da instituição (incluindo as duas viaturas do projeto). Este tipo de imputação permitiu cobrir as despesas relativas à manutenção das viaturas utilizadas para o projeto.

Assim, no ficheiro financeiro, o valor das despesas apresentadas corresponde ao valor de imputação por km, em vez do valor faturado no abastecimento.

Relativamente ao parceiro beneficiário CIS, nota-se que as despesas de deslocação foram maioritariamente feitas em viatura própria do trabalhador, pagas ao valor de 0,36€ por km, em conformidade com a prática interna do CIS.

Para terminar, importa referir que o número registado na coluna B do ficheiro financeiro (*Reference number of accounting document*) é o número de lançamento da despesa na contabilidade. Desta forma, várias despesas podem ter um número idêntico se, por exemplo, o serviço de contabilidade utiliza como critério de lançamento o pagamento único para várias despesas pagas a uma mesma entidade ou pessoa (por exemplo, as despesas descritas nas linhas 46 a 56 foram lançadas na contabilidade com o mesmo número -408037- porque foram pagas todas juntas no dia 30/08/2009).

Rubrica de Assistência Externa:

Os valores finais da rubrica de Assistência Externa ultrapassaram em 5% o valor inicialmente previsto, por duas razões essenciais:

A LPN ultrapassou a verba prevista nesta rubrica em 14.174,82€, o que se deveu nomeadamente ao aumento do IVA para bens e serviços praticado em Portugal (que passou de 20% em 2009 para 23% a partir de Janeiro de 2011) e aos custos ligados à construção das torres de nidificação na Herdade dos Lameirões e das Figueiras, das ações C3 e C4, terem sido mais elevados do que inicialmente previsto.

A EDP Distribuição Energia, SA, também ultrapassou a verba prevista 13.452,75€, devido ao custo mais elevado que se verificou nos dispositivos de sinalização testados.

As despesas incluídas nesta rubrica foram as inicialmente previstas no projeto, com exceção do relatório de avaliação dos terrenos adquiridos que tinha sido previsto inicialmente na rubrica de Aquisição de Terrenos mas dado ser uma subcontratação de serviços considerou-se mais adequado contabilisticamente imputar na rubrica de Assistência Externa.

Relativamente ao processo de seleção dos fornecedores, a LPN e o CIS solicitaram orçamentos comparativos e efetuaram a seleção com base na relação custo/benefício para o projeto, tendo em consideração a confiança e credibilidade estabelecida em aquisições anteriores.

O processo de seleção de fornecedores por parte do Beneficiário Associado EDP está explicado no anexo 7.4.5.

Rubrica de Bens Duradouros: Infraestruturas

A taxa de execução desta rubrica relativamente ao inicialmente previsto foi de 76%. Esta rubrica previa a instalação de vedações para os terrenos adquiridos (Ação C3), mas dado que grande parte do perímetro da propriedade já possuía vedações e sendo considerável o impacto que estas infraestruturas têm nas aves estepárias, apenas se colocaram vedações em redor das torres de nidificação (Ação C3 e C4) e efetuou-se para complementar as vedações existentes a construção e instalação dos portões na nova propriedade (Ação C4).

Considerou-se mais coerente com a legislação nacional que os muretes para abeberamento e alimentação das aves estepárias dos testes da Ação A4 fossem considerados como infraestruturas e não assistência externa, onde estavam inicialmente previstos.

Rubrica de Bens Duradouros: Equipamento

O valor total desta rubrica foi superior ao inicialmente previsto em 1%, o que se deveu à necessidade de substituição da viatura acidentada 27-IC-50, que decorreu no segundo semestre de 2012. Conforme aconselhado pela Comissão Europeia, acrescentou-se no ficheiro financeiro, os valores relativos ao abate da viatura e à indemnização por parte da seguradora.

Os bens adquiridos nesta categoria seguiram o inicialmente previsto no projeto ou foram autorizados pela Comissão no seguimento do pedido de alterações ou na sequência da visita de acompanhamento de 2011. Este foi o caso para as 6 câmaras de armadilhagem fotográfica adicionais para a monitorização das ações do projeto (que complementaram as 5

adquiridas inicialmente e que também foram autorizadas já no decorrer do projeto) ou da substituição da máquina fotográfica que se tinha avariado.

Dos equipamentos inicialmente previstos não se efetuou a aquisição dos aparelhos para vedações elétricas. Para o kit de transporte de água efetuou-se apenas a aquisição da moto-bomba de água, para extração de água dos poços.

Aquisição de terrenos:

A taxa de execução desta rubrica chegou praticamente aos 100% relativamente ao previsto.

A aquisição do 1º terreno (150,3 ha) ocorreu por escritura notarial no dia 24 de Fevereiro de 2011, com um aditamento retificativo no dia 3 de Junho de 2011, para incluir a cláusula de afetação definitiva da Herdade adquirida para fins de conservação da natureza. A 2ª aquisição (18,3 ha) foi efetuada a 10 de Maio de 2012.

Nesta rubrica estão incluídas todas as despesas associadas à compra da Herdade das Figueiras, que além dos valores de aquisição da Herdade das Figueiras em si, incluiu também os valores referentes às escrituras, certidões de teor e impostos associados.

Nota-se ainda que a LPN, enquanto Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, solicitou e obteve o reembolso do Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas (IMT) decorrente da 1ª aquisição da Herdade, no valor de 16.202,00€. Para a 2ª aquisição esta isenção também foi solicitada mas foi recusada.

Assim, as despesas incluídas nesta rubrica são:

- Relativamente à escritura de dia 24/02/2011 (1ª aquisição):
 - Certidões de teor do registo de propriedade: 47,50€
 - Escritura notarial: 325,00€
 - Aquisição da Herdade (150 ha): 325.000,00€
 - Retificação da escritura: 50,00€
- Relativamente à escritura de dia 10/05/2012 (2ª aquisição):
 - Certidão de teor do registo predial: 2,00€
 - Escritura notarial: 325,00€
 - IMT: 1.960,25€
 - Aquisição da Herdade (18h): 39.205,00€

Conforme solicitado pela Comissão Europeia na sequência do Relatório Intercalar, segue em anexo uma pasta com cópias dos comprovativos dos pagamentos relativos à aquisição do terreno.

Consumíveis

Esta rubrica teve uma execução de 72,3%. A subexecução desta rubrica deveu-se a uma redução de custos na Ação A4 e C1, por não se ter adquirido comedouros artificiais, dado que as boas práticas identificadas para a Abetarda demonstraram que o fornecimento de

alimento suplementar teria que ser por espalhamento e não por comedouros. Também para os cuidados veterinários (material médico e alimentação) da Ação C5, os custos ficaram abaixo do previsto (em parte por já haver distribuição nacional de alguns produtos e não ter sido necessário importar).

Como já referido em relatórios anteriores, foram aqui incluídos custos de consumíveis para a Ação E4 (pilhas e cartões de memória para as máquinas fotográficas automáticas e sacos para armazenar cadáveres recolhidos na monitorização das linhas elétricas), não previstos inicialmente na candidatura.

Também já referido, as despesas relativas à compra de material de escritório necessário à criação e envio das Newsletter do projeto (Ação D5), e à compra de cartas militares (Ação E1), inicialmente classificadas como Outros Custos, foram reclassificadas e incluídas nesta rubrica.

Outros Custos

Esta rubrica teve uma execução de 94,6%, refletindo custos abaixo do esperado em licenças e na impressão das newsletters semestrais.

Estão aqui incluídas despesas de impressão e envio por correio das 8 *newsletters* do projeto, edição do DVD do projeto (D5); custos de impressão dos vários materiais de divulgação (Ações D2; D3, D4, D5, D7, D11 e D12); custos de inscrições em ações de formação ou workshop (Ação D10); custos de refeições ou pausas para café nas reuniões da Comissão de Acompanhamento Técnica e Científica (Ação E1), ou para os workshops da Ação D2 e seminário da Ação D3; custos vários relacionados com a gestão do projeto (Ação E2) e custos ligados ao processo de abate e indemnização após acidente da carrinha 27-IC-50.

Gastos Gerais

Em conformidade com o Art. 25.13 das Disposições Administrativas, o valor dos gastos gerais imputados ao projeto (80.825,00€) corresponde a 7% das despesas totais incorridas para o período do relatório, excluindo os gastos decorrentes da aquisição de terrenos.

6.2. Sistema de Contabilidade

Tanto na LPN como no CIS, optou-se por utilizar as folhas de registo de horas mensais sugeridas pela Comissão Europeia (Anexo 7.4.1.).

Relativamente ao Beneficiário Associado EDP Distribuição Energia, SA, este não tem formalmente pessoal imputado ao projeto, pelo que não houve lugar a registo de horas para esse parceiro.

Em conformidade com a legislação nacional, a LPN e o CIS têm uma contabilidade organizada por Centro de Custo, tendo sido criado um Centro de custo específico para o projeto em

cada uma das entidades, o que permite na contabilidade ligar as receitas e despesas ao projeto de maneira clara e efetiva.

Para além disso, e na medida do possível, foi sempre solicitado aos fornecedores de bens e serviços a inscrição aquando da emissão das faturas, da referência do projeto. No entanto, e como esta inscrição nem sempre foi possível devido às características de alguns programas de faturação, ficou estabelecido no início do projeto entre os parceiros, como já foi referido anteriormente, que todos os originais de despesas seriam carimbados com um carimbo (Figura 2) contendo informação sobre a referência do projeto, a rubrica em que se inseria a despesa, a taxa de cofinanciamento por parte da Comissão Europeia bem como a taxa de alocação ao projeto (100% ou parcial), de modo a cumprir a regra de referência clara ao projeto e ao co financiamento da Comissão Europeia, conforme solicitado nas Disposições Comuns do Programa LIFE+.

Como já referido em relatórios anteriores, ficou estabelecido, logo no início do projeto, que a entrega dos documentos financeiros e contabilísticos (cópia dos documentos em papel e relatório financeiro em formato digital) dos Beneficiários Associados ao Beneficiário Coordenador se faria numa base semestral. Após verificação e esclarecimentos de eventuais dúvidas, o Beneficiário Coordenador elaborou semestralmente um ficheiro consolidado de gastos e despesas, permitindo, assim, um bom acompanhamento das despesas ao longo do decorrer do projeto.

Projeto LIFE Estepárias (LIFE07/NAT/P/0000654)
Taxa de Cofinanciamento da Comissão Europeia: 75%
Rubrica: _____
% de Alocação ao Projeto: _____

Figura 2 – Exemplo do carimbo utilizado para os documentos de despesa do Projeto LIFE Estepárias

Conforme solicitado pela Comissão Europeia na sequência do Pedido de Pagamento Intercalar segue em anexo uma Nota Explicativa do sistema de contabilidade do Beneficiário EDP Distribuição Energias SA para as faturas do fornecedor Visabeira (Anexo 7.4.4).

No Anexo 7.4.3. está a documentação relativa aos juros gerados na conta do projeto.

6.3. Disposições entre Beneficiários

As relações financeiras entre o Beneficiário Coordenador e os Beneficiários Associados foram descritas em Protocolos assinados nos primeiros meses de implementação do projeto.

Assim, relativamente ao Beneficiário Associado CIS, e no que diz respeito ao financiamento da Comissão Europeia, o plano de pagamento seguiu o plano previsional de pagamento das tranches de co financiamento da Comissão Europeia:

- 40% após o primeiro pagamento;
- 30% após o pagamento intercalar e após verificação pelo beneficiário coordenador de que o CIS tinha efetuado despesas elegíveis correspondente a 150% do montante do primeiro pagamento;
- O pagamento do saldo será efetuado na proporção do realmente gasto pelo Beneficiário Associado CIS, após recebimento pelo Beneficiário Coordenador do pagamento final por parte da Comissão Europeia.

No que diz respeito aos valores de contribuição dos co financiadores, esses foram transferidos do Beneficiário Coordenador ao Beneficiário Associado CIS na medida em que foram recebidos pelo primeiro, e nas seguintes proporções: 31% no primeiro ano do projeto; 35% no segundo ano do projeto e os restantes 34% no primeiro trimestre de 2011.

Relativamente ao Beneficiário Associado EDP Distribuição Energia, S.A, ficou inicialmente previsto o seguinte esquema de pagamentos:

- 30% após o recebimento pelo Beneficiário Coordenador do primeiro pagamento por parte da Comissão Europeia;
- Pagamento do saldo após o pagamento final por parte da Comissão Europeia.

No entanto, ficou acordado entre os dois Beneficiários que a transferência da totalidade dos gastos considerados elegíveis do Beneficiário Associado EDP Distribuição Energia, SA, se fará unicamente após o recebimento do pagamento final.

Como já foi referido anteriormente, ficaram implementadas desde o início do projeto, algumas regras para permitir, por parte do Beneficiário Coordenador, um bom acompanhamento e apoio aos Beneficiários Associados relativamente às questões administrativas e financeiras.

Assim, para além da entrega semestral das cópias de documentos de despesa (fatura/recibo, pagamento, extrato bancário permitindo a identificação do pagamento, balancetes de contabilidade), os Beneficiários Associados elaboravam, também semestralmente, o ficheiro financeiro com as respetivas despesas até à data. Após eventuais comentários e correções, o Beneficiário Coordenador LPN integrava as despesas de cada beneficiário no ficheiro consolidado.

6.4. Relatório de Auditoria

Juntamente com este relatório final segue o Relatório de Auditoria.